



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS DA AMAZÔNIA—PPGRNA



“VILA DE MULHER SÓ”: O TRABALHO INVISÍVEL DAS MULHERES DOS BALATEIROS DE MONTE ALEGRE

AMASA FERREIRA CARVALHO

SANTARÉM - PARÁ
MAIO/2017

AMASA FERREIRA CARVALHO

**“VILA DE MULHER SÓ”: O TRABALHO INVISÍVEL DAS
MULHERES DOS BALATEIROS DE MONTE ALEGRE**

Orientadora: Profa. Dra. LUCIANA GONÇALVES DE CARVALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção do título de mestre em Recursos Naturais da Amazônia, Área de Concentração: Bioprospecção de Recursos Naturais da Amazônia.

**SANTARÉM - PARÁ
MAIO/2017**

“VILA DE MULHER SÓ”: O TRABALHO INVISÍVEL DAS MULHERES DOS BALATEIROS DE MONTE ALEGRE

Prof. Dr. Maurício Torres (PGRNA/Ufopa)
Examinador

Profa. Dra. Danielle Wagner Silva (IBEF/Ufopa)
Examinadora

Profa. Dra. Lilian Rebellato (PPGSND/Ufopa)
Examinadora

Prof. Dr. Jarsen Guimarães (PPGSND/Ufopa)
Examinador Suplente

Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho
Orientadora

SANTARÉM - PARÁ
MAIO/2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre foram o maior motivo e motivação para estudar. Ao meu mestre da vida, Dr. Daisaku Ikeda por me fazer acreditar que sou capaz de ser uma cidadã do mundo. E às mulheres dos balateiros que abriram suas portas, memórias e lágrimas para mim.

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão à Universidade Federal do Oeste do Pará que deu suporte estrutural para a concretização do meu mestrado. À minha orientadora, Luciana Carvalho, que não mediu esforços e tempo para estar ao meu lado e me apresentar aos balateiros, taxistas, líderes da comunidade e tantos outros que foram decisivos para a realização desta pesquisa. E, também, por me orientar pelos tortuosos caminhos da minha mente e da minha escrita, com palavras assertivas e muita paciência, me conduzindo até aqui. A todos os professores do PPGRNA pelos ensinamentos dados. Aos professores Maurício Torres, Danielle Wagner, Lilian Rebellato e Jarsen Guimarães pelo aceite em ler e criticar meu trabalho desde a fase de elaboração do projeto de pesquisa e pelas orientações acadêmicas. Aos psicólogos Irazy Cajado e Luciano Oliveira, que foram decisivos para a minha saúde mental. Aos meus amigos que sempre acreditaram que um dia eu conseguiria entrar no mestrado e torceram para que eu conseguisse sair dele. Ao senhor Lucinaldo Souza e sua família maravilhosa e muito prestativa, que me acolheram e me guiaram pelos caminhos e histórias de Cuçaru. Minha eterna gratidão a cada uma das mulheres dos balateiros entrevistadas, que me fizeram ver o mundo e as relações humanas de uma forma diferente. Aos meus pais, pela vida, estudo e toda motivação que me deram para que eu nunca desistisse de lutar e, também, à Tatiane Costa e Marcelo Araújo, pois sem eles eu não teria conseguido chegar ao fim deste trabalho. A todos os meus companheiros de fé e de luta budista em prol do Kossen-Rufu na Amazônia.

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Sofrem pros seus maridos
Poder e força de Atenas

Quando eles embarcam soldados
Elas tecem longos bordados
Mil quarentenas
E quando eles voltam, sedentos
Querem arrancar, violentos
Carícias plenas, obscenas

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Despem-se pros maridos
Bravos guerreiros de Atenas

Quando eles se entopem de vinho
Costumam buscar um carinho
De outras falenas
Mas no fim da noite, aos pedaços
Quase sempre voltam pros braços
De suas pequenas, Helenas

Mulheres de Atenas
Chico Buarque

RESUMO

A pesquisa que deu origem a este trabalho foi desenvolvida entre 2015 e 2017, e baseou-se em narrativas de mulheres casadas com balateiros (extrativistas da balata) residentes na comunidade de Cuçaru, no município de Monte Alegre/PA. Seu objetivo foi o de compreender, do ponto de vista das mulheres, como as formas de organização e divisão do trabalho familiar contribuía para a continuidade do extrativismo de balata sustentado no sistema de aviamento entre as décadas de 1930 a 1970, que corresponderam ao auge da extração e da comercialização de balata no oeste do Pará. Nesta pesquisa pretendeu-se verificar de que maneira as atividades produtivas desenvolvidas no próprio local de moradia da família ou no seu entorno, frequentemente desconsideradas nos estudos sobre as práticas sociais e trocas econômicas articuladas em torno da balata, importaram na sustentação desse extrativismo regulado pelo sistema de aviamento que predominou na economia de inúmeras comunidades amazônicas. O interesse nos relatos das mulheres repousou, também, em outro aspecto que é, em geral, negligenciado nas pesquisas sobre o extrativismo de balata: o trabalho feminino. Esta pesquisa dialoga com estudos sobre a organização familiar do trabalho em sociedades camponesas, que compõem um vasto campo de investigação nas ciências que focam o mundo rural. Dialoga, também, com pesquisas sobre as relações de trabalho nos balatais da Amazônia, onde o papel da mulher tende a ser invisibilizado. Como conclusão, sustenta que as mulheres tinham um papel muito importante na organização e na divisão do trabalho, bem como nos arranjos e nas trocas sociais vivenciadas em Cuçaru, que garantiam a sobrevivência das famílias no período de extração da balata. Entre os arranjos sociais enfocados, sobressaíram a cooperação e a ajuda mútua entre vizinhos e familiares no cotidiano das mulheres dos balateiros, em cuja ausência respondiam pela organização de pessoas e espaços na casa, na roça e na comunidade.

Palavras-chave: Mulheres. Trabalho. Sociedade camponesas. Balata. Monte Alegre - Pará.

ABSTRACT

The research that originated this work was developed between 2015 and 2017, and was based on narratives of women married to balateiros (extractive of the balata) living in the community of Cuçaru, in the municipality of Monte Alegre / PA. Its objective was to understand, from the point of view of women, how the forms of organization and division of family labor contributed to the continuity of the balata extractivism sustained in the system of aviamento between the decades of 1930 to 1970, that corresponded to the peak of the Extraction and the commercialization of balata in western Pará. This research aimed to verify the way in which the productive activities carried out in the family's dwelling place or in its surroundings, often disregarded in the studies on the social practices and economic exchanges articulated around Of balata, imported in support of this extractivism regulated by the system of aviamento that prevailed in the economy of numerous Amazonian communities. Interest in women's reports has also rested on another aspect that is generally neglected in research on balata extractivism: female labor. This research dialogues with studies about the family organization of work in peasant societies, which compose a vast field of research in the sciences that focus on the rural world. It also discusses labor relations in the Balatais of Amazonia, where the role of women tends to be invisible. As a conclusion, she maintains that women played a very important role in the organization and division of labor, as well as in the arrangements and social exchanges experienced in Cuçaru, which ensured the survival of families during the period of balata extraction. Among the social arrangements focused on, cooperation and mutual assistance between neighbors and family members in the day-to-day life of the women of the balateiros stood out, in the absence of which they responded by organizing people and spaces in the house, in the countryside and in the community.

Keywords: Women. Job. Peasant society. Balata. Monte Alegre - Pará.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Sheroes you should know.....	20
Figura 02: Em vermelho, a principal área de ocorrência das balateiras.....	29
Figura 03: Cortes da balateira (Manilkara bidentata).....	30
Figura 04: Tabela de Preços no Aviamento.....	34
Figura 05: Localização do município de Monte Alegre no Estado do Pará	36
Figura 06: Localização de Cuçaru no Mapa Político do Município de Monte Alegre.....	37
Figura 07: Uma das principais ruas de Cuçaru.....	41
Figura 08: Rua de Cuçaru, ao fundo muro do campo de futebol.....	43
Figura 09: Dona Santana.....	58
Figura 10: Dona Menair.....	64
Figura 11: Dona Creuza.....	69
Figura 22: Dona Isabel.....	79
Figura 33: Dona Doracir.....	84
Figura 44: Dona Sebastiana.....	87

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS.....	15
2.1 Do balatal à comunidade: definindo o objeto da pesquisa.....	15
2.2 Por que estudar o trabalho feminino.....	18
2.3 Enquadramentos teóricos.....	21
2.3.1 A Divisão do Trabalho Social.....	21
2.3.2 Trabalho como medição de relações entre os sexos em comunidades rurais.....	24
3. APROXIMAÇÕES DO CAMPO.....	28
3.1 Contextualizando o extrativismo de balata no Pará.....	28
3.1.1 Aspectos práticos da extração de balata.....	28
3.1.2 Exploração gomífera e aviamento na Amazônia.....	31
3.2 Delimitação do campo do estudo: a comunidade de Cuçaru.....	35
3.2.1 Localização e acesso.....	35
3.2.2 Toponímia.....	37
3.2.3 Histórico.....	38
3.2.4 Características gerais da comunidade do Cuçaru.....	41
3.3 Na comunidade: incursões no campo.....	43
4. ELAS POR ELAS: RELATOS BIOGRÁFICOS DE MULHERES DE BALATEIROS.....	49
4.1. A história oral em pesquisa social.....	49
4.2. Relatos biográficos de mulheres de balateiros.....	56
5. O TRABALHO NAS FAMÍLIAS DOS BALATEIROS	89
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	105

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem a este trabalho foi desenvolvida entre 2015 e 2017, e baseou-se em narrativas de mulheres casadas com balateiros (extrativistas da balata) residentes na comunidade de Cuçaru, no município de Monte Alegre/PA. Seu objetivo foi o de compreender, do ponto de vista das mulheres, como as formas de organização e divisão do trabalho familiar contribuía para a continuidade do extrativismo de balata sustentado no sistema de aviamento entre as décadas de 1930 a 1970, que corresponderam ao auge da extração e da comercialização de balata no oeste do Pará. (CARVALHO, 2011).

É importante notar que, naquela época, durante os períodos de extração de balata, coincidentes com a estação chuvosa na região, os balateiros passavam de seis a nove meses consecutivos dentro da floresta, isolados e sem contato com a família, vivendo em pequenas turmas de quatro a seis homens unidos pelo mesmo propósito de fornecer látex aos patrões. Nesses períodos, o sustento da família era responsabilidade das mulheres dos extrativistas, ajudadas pelos filhos e parentes próximos, e, eventualmente, por adiantamentos feitos pelos patrões, em mercadoria ou dinheiro. Assim, os membros da família que permaneciam em casa suportavam, indiretamente, a cadeia produtiva da balata que saía das florestas do Pará para as indústrias nos Estados Unidos e na Europa.

Nesta pesquisa pretendeu-se verificar de que maneira as atividades produtivas desenvolvidas no próprio local de moradia da família ou no seu entorno, frequentemente desconsideradas nos estudos sobre as práticas sociais e trocas econômicas articuladas em torno da balata, importaram na sustentação desse extrativismo regulado pelo sistema de aviamento que predominou na economia de inúmeras comunidades amazônicas. O interesse nos relatos das mulheres repousou, também, em outro aspecto que é, em geral, negligenciado nas pesquisas sobre o extrativismo de balata: o trabalho feminino, para o que já chamou atenção Simonian (2006).

As narrativas aqui analisadas refletem relações entre sociedade e natureza, na ótica de sujeitos sociais considerados coadjuvantes nos processos de trabalho extrativista. Apesar das especificidades do trabalho com a balata, que interferiram sobremaneira no cotidiano das famílias dos balateiros (CARVALHO, 2013), as histórias registradas na comunidade de Cuçaru traduzem um modo de vida que remete a outras comunidades rurais e permitem estabelecer conexões com o tema do trabalho em família, que é explorado em diversos estudos socioantropológicos de sociedades camponesas no Brasil (SOUZA FILHO, 1996). Nesse modo de vida, a esfera do trabalho é perpassada pelas relações entre sujeitos e

territórios dentro de um sistema de produção e reprodução social que inclui estratégias visando a garantir gêneros para o autoconsumo, o abastecimento e a troca por outros produtos (SAHLINS, 1983).

Narrativas orais e relatos biográficos constituem um material valioso de pesquisa em diferentes áreas científicas e, especialmente em abordagens socioantropológicas, são considerados como vias legítimas para a produção de conhecimento sobre o mundo social para além do sujeito do narrador. Conforme Halbwachs (1990), a memória individual se relaciona intimamente com a memória coletiva. No entanto, as intenções e as edições do narrador devem ser consideradas na análise desse tipo de material.

Nessa perspectiva, conforme Bosi (1994), é de interesse trazer à tona o que foi escolhido pelos próprios sujeitos pesquisados para ser lembrado e exposto, com o intuito de perpetuar a história de quem narra. Porém, ressalta-se que as autoras dos relatos de vida registrados, rememorando cenários e múltiplos atores sociais, fizeram-no de forma não linear, nem sempre seguindo a ordem cronológica dos fatos ou as perguntas da pesquisadora. Logo, na análise do material narrativo, foram valorizados silêncios, lágrimas, omissões e pausas, compreendendo a mediação simbólica na construção dos seus significados (PORTELLI, 1996).

As mulheres entrevistadas, como porta-vozes de uma época, evocam vestígios de lembranças e criam registros pouco visitados na história contada em livros. São registros guardados apenas nos “pequenos museus da lembrança feminina do privado” (PERROT, 1988). Entretanto, as narrativas ouvidas fazem o cruzamento entre a esfera privada e pública, visto que, “além das vinculações ainda bastante presentes com o espaço privado, a memória das mulheres mistura e reconstrói as experiências ligadas ao domínio público” (CATANI et al. 1997, p.44). Criando pontes entre esses domínios, as mulheres entrevistadas, mesmo fazendo parte de um microcosmo social, deixam claro que estão inseridas em um mundo social mais amplo, redimensionando a noção público/masculino e privado/feminino, alterando e ampliando o espaço da mulher camponesa para além do universo estritamente doméstico. Elas constroem, assim, as próprias condições de sobrevivência, como afirma Silva (1999).

Contar a história das mulheres de Cuçaru é, também, contar a história dos homens e de toda uma população de uma região que teve sua economia fortemente centrada na exploração de um produto florestal. Ainda, significa contar uma parte da história da humanidade, entendendo que o momento histórico ao qual suas narrativas remetem atravessa a Segunda Grande Guerra Mundial, evento que fomentou a exploração de balata nos municípios paraenses de Monte Alegre, Alenquer, Almeirim e Curuá. Enquanto a matéria-prima retirada

da floresta pelos homens era exportada para uso na indústria bélica, as mulheres travavam suas lutas diárias de sobrevivência e reprodução social em inúmeras vilas e comunidades amazônicas como a de Cuçaru.

Assumindo, como Moraes (2000), que a memória não é pertencente a um gênero ou outro, mas é, antes, a própria construção cultural da trajetória e da experiência de cada um dos gêneros, estruturada pelos tipos de papéis sociais desempenhados por cada um, este trabalho pretende compreender mais que um contexto feminino, embora partindo de experiências de mulheres. Neste sentido, seguimos Fentress e Winckham (1994) quando esses autores enfatizam que não se pode deixar de considerar as experiências femininas construídas a partir da estruturação familiar, da cooperação entre os sexos e da cumplicidade com os homens. Então, esta pesquisa dialoga intimamente com outros estudos que vêm sendo desenvolvidos junto aos balateiros cujas esposas foram ouvidas (CARVALHO, 2011; SILVA, 2016).

O diálogo se deu, primordialmente, no âmbito do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (Sacaca) e do Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia (Pepca). Desde 2010, esse programa vem realizando atividades de pesquisa e extensão que envolvem balateiros ativos e inativos, as quais resultaram em publicações sobre as memórias e as relações de trabalho nos balatais do Pará. Assim, além de poder compartilhar do extenso levantamento bibliográfico e documental produzido nesses espaços acadêmicos, a presente pesquisa recebeu deles apoio institucional e financeiro para etapas de trabalho na comunidade do Cuçaru. Da mesma forma, pôde identificar entre as questões não abrangidas pelas demais iniciativas o objeto central da dissertação.

A primeira ida a campo aconteceu em abril de 2015, acompanhando a orientadora em uma reunião com moradores de Cuçaru, onde a maioria das famílias trabalhou no extrativismo de balata até os anos 1970. Após a reunião, em visitas às casas de alguns balateiros, ouvi a esposa de um deles contando o quanto ela lutou na vida, na lida com a roça, na busca por dinheiro e na criação dos filhos enquanto ele “estava para o balatal”. Entre outras coisas, ela mencionou o apoio que recebeu de vizinhas e parentes, a exemplo de um tio mais velho, que não tinha mais condições de trabalhar nos balatais e, por isso, ficou em casa e a ajudou a criar as crianças. Falou, também, sobre a dificuldade de viver em um lugar onde não havia hospital, escola, posto de saúde, energia, distante da cidade de Monte Alegre e que se transformava em uma “vila de mulher só” durante seis a oito meses por ano.

Foi refletindo sobre a caracterização de Cuçaru como uma “vila de mulher só” que se tornou nítida a pertinência de compreender as condições de continuidade do extrativismo de

balata a partir de um lugar não considerado nos estudos anteriores: o lugar da mulher que não ia para os balatais e seguia a vida, as relações e as trocas na comunidade. Na prolongada ausência dos homens, na maioria das vezes, a mulher era a única ou principal responsável pelas decisões a serem tomadas, visto que as coisas precisavam ser feitas, as doenças precisavam ser tratadas, os remédios precisavam ser plantados e a roça precisava ser colhida.

A pesquisa se concentrou, então, em averiguar como se dava, sob o ponto de vista das mulheres, a organização e a divisão do trabalho bem como os arranjos sociais realizados em Cuçaru para garantir a sobrevivência das famílias no período de extração da balata e, ao mesmo tempo, permitir a permanência dos homens nos balatais, alimentando o mercado externo. E entre os arranjos sociais enfocados, sobressaem a análise da solidariedade entre vizinhos e familiares e o cotidiano das mulheres.

Para trabalhar os objetivos traçados nesta dissertação, a estruturei da seguinte forma: o primeiro capítulo é composto pela introdução e objetivos da pesquisa; o segundo com as aproximações teóricas, onde questões relacionadas à balata e a comunidade são apresentadas, assim como o porquê de estudar o trabalho feminino e os enquadramentos teóricos; no terceiro capítulo são apresentadas a extração da balata, a delimitação do campo e do estudo, a comunidade de Cuçaru, localização e histórico e a incursão no campo; o quarto capítulo é composto pelos relatos biográficos das mulheres dos balateiros, história oral e relatos; o quinto capítulo traz o trabalho nas famílias dos balateiros; e o sexto são as considerações finais.

2. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Neste capítulo serão apresentados os principais enquadramentos teóricos aos quais se filia esta pesquisa. Eles se dispõem em três eixos estruturantes, correspondentes a temáticas clássicas do trabalho no meio rural, com as quais o presente texto pretende dialogar: a) a divisão do trabalho social; b) a mediação operada pelo trabalho nas relações entre os sexos em comunidades rurais; e c) o sistema de aviação como instituição social amazônica.

Antes, porém, de revisar os referenciais teóricos delineados, é importante expor algo sobre o processo de formulação do objeto da pesquisa. No caso, destaca-se que esse processo não se limitou a aproximações teórico-conceituais do tema proposto, mas foi deflagrado por aproximações empíricas do campo investigado, as quais constituíram experiências objetivas e subjetivas que propiciaram a formulação de questões de pesquisa.

2.1 Do balatal à comunidade: definindo o objeto da pesquisa

O interesse pelo tema desta pesquisa – o trabalho feminino frequentemente invisibilizado entre os arranjos sociais que suportaram o extrativismo de balata no Pará – foi despertado no contato com aspectos distintos do universo narrativo de homens que se dedicaram à exploração dessa matéria-prima nos anos 1930 a 1970. Esse contato foi, inicialmente, propiciado pelas leituras de relatos biográficos de balateiros e textos analíticos sobre o trabalho que eles desenvolviam, e pelas inúmeras vezes que assisti ao documentário “Balatais de saudade”, produzido no Pepca.

Por meio dos referidos materiais, tive acesso à história de vida de vários desses homens que, muitas vezes, são chamados de “soldados da borracha”, tanto por terem atuado no período da Segunda Guerra Mundial quanto pelas características do próprio trabalho que realizaram. As histórias narradas mostram como, com muita luta, enfrentaram onças, doenças, cachoeiras e todos os perigos da floresta densa no balatal, mas, com todos os reveses, ainda hoje, já velhos, sonham e choram com saudade desse lugar que alimentou a economia de toda uma época e representou a identidade de todo um grupo.

O balatal pode ser considerado um lugar de memória, nos termos de Nora (1993), sobre o qual os balateiros produzem representações plurais e, em regra, positivas, afirmando sua importância na constituição de identidades individuais e coletivas. Lugar esse aonde precisavam ter muita coragem para ir, motivo pelo qual os balateiros foram frequentemente

caracterizados como homens “de verdade” e “opiniões”, como dizem entrevistados do filme “Balatais de saudade”.

Naquela época, os balateiros para nós eram homens desbravadores, eram homens de coragem. Já pensou você morar oito meses na mata, comendo só caça e se acordar quatro horas da madrugada para amanhecer o dia nas brenhas dessas matas aí? É muita força de vontade, é muita coragem. (Pedro Costa Neto, balateiro de Almeirim, entrevista ao documentário “Balatais de Saudade”).

Ou seja, o balatal não é apenas um lugar geográfico, mas uma experiência decisiva para a assunção de uma identidade masculina profundamente marcada pelo domínio da floresta. Como afirmou Sílvio Meira em seu romance, “a floresta era um esconderijo impenetrável para os seres humanos, com exceção dos balateiros, misto de gente e fera” (MEIRA, 1984, p. 13).

Para os balateiros, o balatal era seu ambiente, um lugar no meio da floresta, onde, segundo contam, tinham frutas, caças, água, tudo o que precisavam e, ainda, onde não havia doença. Um lugar de fartura, em tudo diferente dos povoados rurais, ribeirinhos e bairros pobres onde viviam lutando contra carências de várias ordens. A respeito da fartura e do bem-estar experimentados nesse ambiente, muitos relatos registrados entre balateiros foram compilados e analisados por Carvalho (2013, p. 378):

Relatam a fartura das florestas traduzidas em muitos tipos de caças, peixes e frutas, a coragem empenhada no desbravamento de áreas indômitas, o companheirismo nas formas de controlar ou burlar a vigilância, a severidade e a desconfiança dos patrões, a saúde física e mental que só o balatal lhes dava. Emocionam-se e confessam mortificante saudade dos balatais, que relembram como uma espécie de terra sem males onde sofrimento reconcilia prazer.

Além da luta, diversos outros elementos chamavam atenção nos registros feitos com e sobre os balateiros: a honra, a glória, os fogos e os rojões do passado; o contato com índios; o elo de amizade formado entre as turmas que trabalhavam juntas e se consideravam e se defendiam como uma família; a volta dos balatais, os caminhos percorridos pelos bares e bordéis até a chegada a suas casas; as doenças contraídas, o orgulho vivido e ferido. Nos seus relatos, imagens de um passado rico e intenso de experiências sociais se confrontavam com a pobreza e a velhice atual dos balateiros, revelando lembranças e esquecimentos significativos.

Assim, os primeiros contatos com o universo da pesquisa favoreceram certo encantamento com a vida e o trabalho daqueles homens, que nenhuma história, sozinha, é capaz de encerrar. Até que, na primeira visita à comunidade de Cuçaru, para conhecê-los,

sentei numa escada ao lado de um balateiro velho que contava e mostrava os equipamentos usados para subir a balateira. Dizia ele: “lá a gente subia nas árvores presos a um cinturão e fazia os cortes na balateira. Levávamos embutidor, espingarda...”. Enquanto ele contava suas aventuras, do outro lado se sentou a esposa dele, que, concomitante, à sua fala, passou a narrar:

E nesses oito, dez meses que eles ficavam para lá, a gente ficava aqui, na luta com as crianças, tendo que fazer roça, colher curuá, fazer remédio para curar os filhos, chá quando as crianças adoeciam. Aqui não tinha farmácia, posto, nada perto, era só nós e deus. E aqui a gente subia para colher castanha, fruta, o que precisasse para tirar um dinheirinho com a venda, porque o dinheiro que ele deixava não dava para quase nada, então o jeito era trabalhar mesmo. Aqui toda mulher aprendeu foi cedo a atirar, porque todos os homens iam para os balatais, a gente tinha que saber caçar.

Confesso que minha escuta estava dividida entre os dois narradores, tentando acompanhar a ambos em suas histórias, ele no balatal, ela na comunidade. Foi então que ela, de joelhos enfaixados com gaze, disse: “Ixi, quando eles iam para os balatais, isso aqui era uma vila de mulher só”. A partir desse ponto, despertou em mim a curiosidade para compreender o sentido da expressão “vila de mulher só”. A partir desse encontro, optei por mudar o foco da pesquisa, que inicialmente recairia sobre as relações de trabalho dos balateiros, e passei a inquirir sobre a organização e a divisão do trabalho na perspectiva das mulheres dos balateiros.

A nova questão de pesquisa se tornou desafiadora, afinal, era uma imersão em um universo que não era o da minha orientadora, nem o meu. Mesmo assim, me sentia atraída a entender o ponto de vista das mulheres que lutavam sozinhas e esperavam tanto por homens que, em alguns casos, não voltariam mais dos balatais.

Se o modo de vida dos balateiros nos balatais causava certo fascínio, a atitude das mulheres, de espera, resignação e resiliência na comunidade provocava estranhamento: por que perseveravam em relações conjugais e familiares em que os homens passavam, a maior parte do ano, distantes, e como viviam enquanto isso, fazendo igualmente os trabalhos que são usualmente considerados “de homem” e “de mulher”?

A minha escuta seria aguçada pelas leituras de Witkoski (2007), Chayanov (1924), Durkheim (1999), Heredia (1979), Garcia Junior (1980) e outros que trazem à tona a mulher e suas lutas referentes à família, à sexualidade e a relações de gênero. Com as rotas refeitas e referências bibliográficas levantadas, mudanças perceptíveis foram sentidas quanto à minha compreensão dos pontos de vista das mulheres de Cuçaru. Logo, o trabalho que iniciara com

indagações sobre o trabalho no balatal passaria a se voltar para o modo de vida daqueles que não iam para as florestas, mas permaneciam na comunidade suportando, solidariamente, a cadeia produtiva do látex.

2.2 Por que estudar o trabalho feminino

Moraes (2003) salienta que o estudo do trabalho feminino requer levar em conta o espaço produtivo e reprodutivo da mulher na sociedade, bem como considerar os arranjos sociais que se articulam às formas de organização social e divisão sexual do trabalho em família. Seguindo essa observação, procuro, neste tópico, alinhar alguns conceitos fundamentais da pesquisa, que permitam focar o lugar das mulheres de balateiros no sistema produtivo da balata, considerando a divisão de papéis entre homens e mulheres quanto ao trabalho realizado na casa, família e na sociedade.

Por sociedade compreendo “um corpo mais amplo de habitantes num território específico que tem um sentido de identidade comum, vive sob um conjunto de arranjos sociais distintos” (MOORE, 1987, p. 31). Esses arranjos sociais pautam-se por sentimentos e emoções que se expressam em relações de parentesco, afinidade e vizinhança, tendo por base um espaço comum onde trabalho se associa à formação de identidades sociais e práticas culturais que são passadas de geração a geração (MARTINS, 2013, p. 3).

De acordo com Garcia e De Oliveira (2006, p. 148), “a família e o trabalho constituem eixos fundamentais de reflexões e análises de uma ampla gama de enfoques teóricos e investigações sobre as sociedades contemporâneas”. Portanto, essas duas categorias precisam estar bem claras para se ter uma compreensão de um todo social (GARCIA e DE OLIVEIRA, 2006).

O foco na divisão do trabalho nas famílias dos balateiros como eixo condutor da pesquisa justifica-se por essa instituição “ser um importante agente integrador das relações sociais no interior das unidades de produção”. (ALVES, 2010, p.19). Então, família, nesta pesquisa não é entendida apenas “como um grupo estruturado cercado por suas condições históricas e culturais, mas como o conjunto de normas e valores que ele agrega através de uma rede de relações e representações sociais” (CARNEIRO, 1998, p. 65).

Segundo Carneiro (1998), a família é quem integra as relações dos estabelecimentos agropecuários, e isso é perceptível através da análise das inter-relações na unidade familiar e na unidade de produção, onde os domínios do parentesco e do trabalho se entrecruzam. Ainda, para esse autor, a família é a unidade que permite a identificação das relações de força entre

agentes sociais externos às relações de parentesco e produção. Nessa linha, Fortes (1974) também afirma que o desenvolvimento da família se dá simultaneamente nos planos internos e externos, através de movimentos gerados pelas relações mais amplas com a sociedade em geral.

É importante lembrar que, quando a Amazônia é o cenário do estudo da organização e da divisão sexual do trabalho em famílias rurais, o tema em si e os arranjos sociais das unidades de produção e reprodução está longe de ser esgotado. Mesmo buscando contribuições em dissertações e teses voltadas para os aspectos familiares e produtivos na região amazônica, muitas questões ainda precisam ser investigadas. Logo, os subsídios desta pesquisa podem apenas trazer contribuições à vasta literatura que trata da realidade de comunidades locais, somando-se a outras publicações sobre mulheres, família e trabalho na Amazônia.

Grande parte das pesquisas sobre atividades produtivas desempenhadas por mulheres em comunidades rurais e ribeirinhas na Amazônia reconhece que a organização e a divisão do trabalho familiar dependem de múltiplos fatores que perpassam os diversos “mundos de trabalho” que os contextos socioculturais e modelos econômicos diferenciados comportam nessa região, especificamente (CASTRO, 1997, p.16). Assim é que, para Castro, “na Amazônia, a perspectiva ‘mundos de trabalho’ parece ser mais adequada para compreendermos as relações de trabalho desta região” (CASTRO, 1997, p.16).

A pluralidade da perspectiva dos “mundos de trabalho” sugerida pela autora, que assumo aqui, favorece a compreensão do que afirma Witkoski (2007) em relação às sociedades camponesas na Amazônia: que a família camponesa, vista de fora, é fonte de trabalho, de produção e de exploração para alguns grupos ou classes sociais; mas, vista de dentro, é uma unidade econômica que produz valores de uso para toda uma sociedade, a qual desenvolve “uma multiplicidade de atividades” (WITKOSKI, 2007, p. 147). Essa multiplicidade de atividades, segundo o autor, caracteriza o seu modo de vida e imprime-lhe um *habitus* – conceito compreendido por Bourdieu (1974) como estruturas constitutivas de um determinado meio, que são aprendidas de forma empírica repassada de geração a geração.

Para Witkoski (2007), a combinação de diferentes atividades de produção que são “instituídas e instituintes” do *habitus* camponês, tendo por base a terra, a floresta e a água, confere ao homem do campo na Amazônia uma relação com a natureza intimamente mediada pela esfera do trabalho, num ambiente em que os ciclos naturais determinam estratégias, períodos e meios que serão usados para a produção, operando clara distinção do território social, político e econômico, e onde o poder está com os agentes de comercialização.

Segundo o autor, as principais características do trabalho nas comunidades rurais amazônicas são: a predominância da mão-de-obra familiar, o uso de tecnologias de baixo impacto sobre o meio ambiente e a divisão de tarefas conforme sexo e idade, a partir da qual as mulheres desempenham papel central.



Figura 01: “Sheroes you should know”
Fonte: HUDA A. (2015)

Transitando entre diferentes mundos de trabalho, nos modelos econômicos vividos pelas populações amazônicas, as mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos e pelo espaço doméstico, ao mesmo tempo que participam da administração da economia familiar e da execução das tarefas em prol da renda do grupo (CASTRO, 2005). Além delas, outros membros da família como idosos e crianças participam da divisão do trabalho com base no sexo e idade (LISBOA et al., 2002), mas, como inúmeras pesquisas têm demonstrado, a atuação feminina tem sido determinante para a reprodução material e simbólica das sociedades locais.

Por exemplo, em pesquisa sobre mulheres pescadoras em uma comunidade pesqueira do litoral paraense, Lima (2003) relata que a mulher exerce, entre outras funções, a de cuidar da família e a de executar trabalhos que vão além da pesca, como tecer e consertar redes, desfiar pescados e fazer trabalhos manuais para comercialização. No mesmo sentido, Maneschy, Alencar e Nascimento (1995) analisam as estratégias de suplantação de desafios vividos no dia a dia de comunidades pesqueiras, enfatizando a atuação da mulher não apenas no âmbito doméstico, mas também nas frentes de produção para além do autoconsumo familiar, para suprir mercados mesmo diante de preconceitos dos próprios esposos.

E, apesar da inegável importância econômica do trabalho feminino em comunidades rurais e ribeirinhas da Amazônia, seu papel é frequentemente invisibilizado nos sistemas

produtivos locais. No entanto, algumas exceções são encontradas, como exemplo, na pesquisa de Forline (1995) com mulheres coletoras-caçadoras Guajá:

No caso Guajá, testemunhou-se ser uma mulher beneficiária de direitos paritários e complementares ao do homem, tratando-se assim de uma pessoa fundamental na sua sociedade, não somente através do ponto de vista antropológico que busca entender os papéis e contribuições de cada ator social, mas também do ponto de vista indígena que enxerga a mulher como uma entidade social essencial na sua *raison d'être* (FORLINE, 1995, p. 74).

Em pesquisa de Van Velthem (1995) entre os Wayana, a autora ressalta que, quando foi perguntado a um homem sobre qual seria “o mais belo e estético elemento de sua cultura”, a resposta rapidamente veio: “wori”, ou seja, a mulher (VAN VELTHEM, 1995, p.54).

A resposta remete à compreensão de que a mulher, na cultura Wayana, detém o papel central, mediador, transformador dos campos cotidianos, rituais e também de coprodução dos filhos e alimentos.

Tal não é, certamente, a percepção predominante no contexto delimitado por esta pesquisa, onde o trabalho dos homens nos balatais tende a ofuscar as práticas cotidianas das mulheres que permanecem na comunidade.

2.3 Enquadramentos teóricos

2.3.1 A divisão do trabalho social

Segundo Figueira (2004, p.337), toda sociedade preconiza forma de desempenho da “autoridade, da divisão do trabalho e da distribuição dos bens e serviços”, contribuindo para o reforço de desigualdades sociais. A aceitação dessa autoridade, ora explícita, ora implícita, pode ser entendida como uma espécie de contrato que corresponde a “um conjunto de limites sobre aquilo que tanto governantes como os súditos, os grupos dominantes e os subordinados devem fazer. Há também um conjunto de obrigações mútuas que mantém unidos os dois grupos” (MOORE, 1987, p. 38-39).

A noção do contrato traz, em si mesma, diferenças pressupostas entre os membros da sociedade, com privilégios para alguns e exclusão para outros, ainda que as regras que o estabeleçam não estejam colocadas em papéis, contratos escritos ou em leis (FIGUEIRA, 2004). Na obra “O Contrato Social”, por exemplo, Rousseau (2003) fala sobre condutas

voltadas à justiça e à moralidade associadas à passagem entre estados (por exemplo o estado civil) e “condições sociais”, acompanhadas de mudanças de comportamento dos indivíduos.

As regras de obediência e submissão transmitidas pelas instituições sociais (família, religião e outras) são incorporados pelos indivíduos e, “normalmente, os valores de uma sociedade não derivam apenas dela, mas de um contexto amplo em que outras sociedades concorrem, os complementam ou os reforçam” (FIGUEIRA, 2004, p. 338).

Para Moore (1987) a razão inata ou a dinâmica social de um determinado tipo de comportamento ou sentimento do grupo não pode ser satisfatoriamente, conhecida. O que pode ser melhor compreendido é a:

única natureza humana que podemos observar: aquela que é modificada e moldada pelos imperativos da vida em diferentes tipos de sociedades. Nessa forma, a natureza humana é, na verdade, altamente plástica, por isso se manifesta a capacidade humana para suportar o sofrimento e o abuso, por mais trágico que isso seja (MOORE, 1987, p. 32).

Como exemplo, podemos citar um grupo que recebe uma ordem através de uma estrutura hierárquica para a execução de uma determinada atividade, seja de ordem formal ou informal, este grupo terá uma aceitação voluntária a partir do momento que a hierarquia possui o desejo expresso através dos membros, do costume ou da lei ou é considerada necessária. Entretanto, quando acontece a recusa pelo grupo, a hierarquia se fez através da coerção e não havia um dever moral para obedecer (FIGUEIRA, 2004).

Durkheim expressa a primazia da sociedade sobre as ações e condutas dos indivíduos pela noção de fato social, que designa “toda maneira de fazer fixada ou não, suscetível de exercer sobre o individuo uma coerção exterior. Ou ainda toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo possui uma existência própria independente de suas manifestações individuais”. (DURKHEIM, 1999, p. 13). É o próprio autor que lança luz sobre a temática da divisão do trabalho em sociedade.

Segundo ele, a divisão do trabalho não tem como função principal preconizar rendimento diante às funções divididas entre homens e mulheres ou aumentar o rendimento entre membros de uma sociedade, não. Para Durkheim, o efeito mais claro da divisão do trabalho é tornar as funções divididas em funções solidárias. Longe do intento de “embelezar ou melhorar sociedades existentes”, a real função da divisão do trabalho é tornar possível a existência de uma sociedade (DURKHEIM, 1999, p. 27).

As questões voltadas ao desempenho econômico também tem suas bases na divisão do trabalho, no entanto, nem de perto, a divisão do trabalho se limita ao cunho puramente

financeiro. Segundo Durkheim (1999) há como base as ordens morais e sociais, as quais interligam indivíduos para além dos momentos que passam juntos executando uma tarefa. São solidários uns aos outros, em uma solidariedade que os fazem se desenvolver juntos em relações muito profundas.

De acordo com Durkheim (1999), a solidariedade ocasiona imagens em nível da consciência, as quais passam para o nível da percepção e se tornam claros para o indivíduo. Essas imagens projetadas no outro, são vistas em nós mesmos, como um “complemento natural” integrando e permanecendo fortes da nossa própria consciência (DURKHEIM, 1999, p.28). Para o autor supracitado, é este o motivo de nos sentirmos bem ao lado de pessoas que representam estas imagens e de sofrermos tanto quando nos separamos delas. Porque estas imagens expressas no outro, elas também nos representam.

Diferente da simpatia, a solidariedade é muito profunda, sendo representada pela imagem do outro dentro de nós e, portanto, “a divisão do trabalho é a fonte, se não única, pelo menos principal da solidariedade social” (DURKHEIM, 1999, p. 30). E como função, a divisão do trabalho tem como dever ter o caráter moral, visto que, moral está voltada a situações referentes à solidariedade, harmonia e ordem social (DURKHEIM, 1999).

Quanto mais os membros de uma sociedade são solidários, mais mantêm relações diversas seja uns com os outros, seja com o grupo tomado coletivamente, pois se seus encontros fossem raros, só dependeriam uns dos outros de maneira intermitente e fraca. [...] De fato, a vida social, onde quer que exista de maneira duradoura, tende inevitavelmente a tomar uma forma definida e a se organizar (DURKHEIM, 1999, p. 31)

A solidariedade conjugal, então, para Durkheim (1999), é a fonte da divisão do trabalho, a qual pode se desenvolver através do cunho sexual ou ir muito além, preenchendo todas as camadas orgânicas e também sociais. As imagens citadas, quando formuladas a nível de sociedade em um conjunto de valores e crenças compartilhados por um grupo social, são chamadas por Durkheim (1999, p.50) de “consciência coletiva” ou “comum”. Elas abrangem, de forma extensa, um grande número de pessoas, e são permanentes nas consciências individuais, apesar do tempo cronológico passar e as gerações mudarem em alguns aspectos, elas se mantêm. “É-se induzido a crer que a consciência coletiva é toda a consciência social, isto é, se estende tão longe quanto a vida psíquica da sociedade” (DURKHEIM, 1999, p. 51).

De acordo com Mauss (2003, p 55), nunca foi observado na história do direito ou da economia, trocas entre indivíduos classificadas como sendo simples, de bens ou produtos. Primeiro porque, para o autor supracitado, não podem ser chamados de “indivíduos” e sim de “coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam”, pessoas que tem questões

internas que se opõem uns aos outros, e em decorrência disto se atacam. E as trocas ditas como simples de bens e produtos, são das mais diversas, passando desde móveis a amabilidades, crianças a festas, danças a serviços militares (MAUSS, 2003).

Estas trocas acontecem sob o véu voluntário das ações, no entanto, na verdade, estes presentes e prendas, no fundo, são obrigatórios, tendo até mesmo o risco caso não cumprido o contrato de trocas, de ser desencadeada uma verdadeira “guerra privada ou pública”, sendo este sistema chamado de “sistema de prestações totais (MAUSS, 2003, p. 56). O sistema de prestação total implica também na obrigação de dar presentes, na obrigação de receber, além da de retribuir, formando assim as três obrigações.

E todas estas instituições exprimem unicamente um fato, um regime social, uma mentalidade definida: é que tudo, comida, mulheres, crianças, bens, talismãs, solo, trabalho, serviços, ofícios sacerdotais e classes, é matéria de transmissão e de entrega. Tudo se passa como se houvesse troca constante de uma matéria espiritual compreendendo coisas e homens, entre os clãs e os indivíduos, repartidos entre as classes, os sexos e as gerações (MAUSS, 2003, p. 69).

De acordo com Mauss (2003), ainda existem coisas que não estão apenas no viés “compra e venda”, mas para ele, ainda existem coisas que estão classificadas com um valor sentimental e que ainda estavam ligados a costumes que em determinadas épocas do ano afloram. E situações como “ficar em dívida”, é preciso pagar o que se deve, é preciso aceitar o que é oferecido, sendo que o não aceite é considerado uma ofensa para alguns povos, é preciso retribuir o que recebeu (MAUSS, 2003).

2.3.2 Trabalho como mediação de relações entre os sexos em comunidades rurais

Para a melhor apreensão das formas de divisão e organização do trabalho nas famílias de balateiros da comunidade de Cuçaru, recorro a aportes teóricos sobre as relações homem-mulher em comunidades rurais ou camponesas, remetendo, inicialmente, à obra de Chayanov, uma referência clássica para os estudos sobre trabalho em sociedades camponesas.

Por meio de levantamentos estatísticos feitos desde 1870 na Rússia, esse autor formulou sua teoria distinguindo-a dos modelos do escravismo, feudalismo e capitalismo. Partindo do princípio de que o “modo de produção doméstico” visava garantir, não necessariamente o lucro, mas principalmente, a satisfação das necessidades do grupo, Chayanov (1981), afirmou que as categorias lucro, renda da terra, custo e salário, não são a base do modo de produção doméstico do homem do campo.

A categoria que aparece para o autor supracitado e que pode ser mensurada é o produto do trabalho familiar, por ser a variável que depende do número de membros da

família e da disponibilidade dos membros aptos a trabalhar. Para Chayanov, a composição da família determina quais são os limites máximos e mínimos da atividade econômica da unidade camponesa, entendendo o limite máximo como sendo a utilização total da força de trabalho familiar e o mínimo como a necessidade mínima para a manutenção da reprodução familiar (CHAYANOV, 1981).

Por mais subjetivo que seja o ponto de equilíbrio entre o esforço máximo e mínimo, ele é determinado pela força de trabalho empregada, ou seja, pela penosidade, assim como pelos meios de produção disponíveis e pela situação de mercado (FARIA, 2001).

A família camponesa tem sua produção organizada a partir da subjetividade de uma avaliação baseada na experiência passada de gerações e gerações que trabalharam naquele local. Uma das características marcantes da família camponesa é que ela tem um ponto que limita o trabalho de todos os membros até ali, sem intensificar para um trabalho extra (ALVES, 2010).

Para Woortmann (2001), o ponto de equilíbrio é analisado a partir do número de membros da família e de uma proporção entre o número dos que trabalham e dos que não trabalham.

Outras características da natureza familiar da produção camponesa são que, ainda que o produto seja vendido por um preço mais baixo, ano após ano, a família é capaz de plantar e colher aquele produto, mesmo sem obter lucro com excedentes. Assim, aquilo que numa economia capitalista pode ser isolado como remuneração do capital, na família camponesa é utilizado para o autoconsumo. É a autoexploração do trabalho, onde não há salários ou remuneração, até se alcançar o ponto de equilíbrio entre consumidores e produtores dentro da família (WOORTMANN, 2001).

Portanto, a lógica da atividade econômica camponesa tem características próprias vinculadas ao caráter familiar da unidade de produção, diferindo de um empreendimento capitalista (WOORTMANN, 2001). Segundo Tepicht (1973), o modo de produção camponês se articula e se adapta às leis econômicas dos outros modos de produção, onde o campesinato apresenta traços característicos, tais como, o caráter familiar e a simbiose entre produção e consumo; a relação entre terra, trabalho e capital; assim como a relação da economia camponesa e o mercado externo, na qual é utilizada parte da produção para o autoconsumo e o restante é comercializado.

A unidade familiar de produção é formada por “forças plenas” e “forças marginais”. As forças plenas são representadas pelos homens em idade produtiva, e as forças marginais são compostas por mulheres, velhos e crianças (TEPICHT, 1973). Para Chayanov (1981) esse

último grupo (forças marginais) consome mais do que produz, mas para Tepicht (1973), é nele que estão as peças-chave da produção e da reprodução social camponesa.

Heredia (1979), Santos (1984) e Garcia Junior (1983), criticando a teoria de Chayanov, assinalam que a unidade de produção e a unidade de consumo não são, necessariamente, as mesmas. Para esses autores, há uma distinção entre “casa” e “roçado” que precisa ser considerada para compreender os lugares e as funções desempenhadas pelos diferentes membros da família camponesa (ALVES, 2010).

A posição que cada um dos membros ocupa dentro do grupo doméstico está estreitamente ligada às atividades que realizam no âmbito do roçado ou da casa, inclusive o cuidado com os animais. [...] Cada um dos membros do grupo ocupa um lugar – reconhecido por todos – relacionado à provisão dos bens considerados necessários para a subsistência do grupo doméstico no seu conjunto. A oposição casa-roçado atualiza e reforça, ao mesmo tempo, as esferas masculinas e femininas (HEREDIA, 1979, p. 154).

Para Heredia (1979, p.77), o lugar que cada um ocupa no grupo doméstico camponês “varia tanto pelo sexo a que pertence como pelo ciclo de vida de cada indivíduo”, considerando aspectos como o esforço despendido no trabalho por cada membro da família.

No mesmo sentido, Witkoski (2007), Castro (1997) e Alves (2010) observam distinções entre trabalho “pesado” e trabalho “leve”, mostrando como as comunidades separam os trabalhos destinados aos homens e às mulheres, e como tendem a classificar e valorizar, como trabalho, principalmente as funções masculinas, ainda que toda a produção do grupo seja resultante do esforço em conjunto de todos os seus membros (HEREDIA, 1979).

Um exemplo da divisão do trabalho quanto à idade e ao sexo no meio rural é fornecido por Garcia Junior (1983) a partir de pesquisa realizada entre pequenos produtores da plantação canavieira de Pernambuco.

As preparações de preparo da área (roça, derruba, queima, limpeza do terreno) são consideradas tarefas masculinas. Cavar e plantar são tarefas realizadas simultaneamente (os homens cavam, as mulheres plantam). Depositar as sementes nas covas e cobri-las de terras com os pés são tarefas realizadas pelas mulheres, filhos, filhas pequenas, por não requerer grande esforço físico (GARCIA JUNIOR, 1983, p.121).

Na referida pesquisa, o autor evidencia que, para o grupo estudado, apenas as tarefas diretamente aplicadas no roçado são consideradas como trabalho, enquanto que a participação das mulheres no “roçadinho” aparece como ajuda, uma espécie de trabalho inferior. Na prática, a mulher não tem o direito de comercializar os produtos pelos quais é responsável,

sendo essa atividade algo que apenas o marido ou o irmão mais velho pode fazer (GARCIA JUNIOR, 1983). Assim, muito embora ela ocupe um lugar decisivo nas relações econômicas no contexto do campo, a mulher é frequentemente invisibilizada sua participação na esfera do trabalho no campo.

Para Woortmann e Woortmann (1997, p. 37), os domínios femininos são primordialmente associados ao espaço doméstico: “a casa, núcleo simbólico da família”. Conforme Claval “a carga afetiva da casa é forte. Ela aparece como um território onde a presença feminina é particularmente forte. Ao homem cabe controlar os espaços produtivos externos à casa e cabe à mulher o governo e o controle da mesma” (CLAVAL, 1999, p. 85).

A partir dessas considerações, podemos compreender melhor o lugar ocupado e as atividades desenvolvidas pelas mulheres de balateiros dentro do sistema econômico partilhado pela comunidade de Cuçaru, valorizando o espaço da casa e seu entorno (a roça, o povoado, as matas próximas, o comércio da vila) e reconhecendo, com Neves e Medeiros (2013), que as mulheres são determinantes no processo produtivo camponês, na garantia da continuidade da vida (tanto no trato da alimentação, quanto na preservação ambiental), na distribuição da renda e no cuidado com o comércio, ou seja, na reprodução da vida social do grupo doméstico.

3. APROXIMAÇÕES DO CAMPO

Este capítulo realiza uma breve exposição de alguns aspectos históricos e práticos da exploração econômica da balata, com destaque para o sistema de aviamento que a sustentou para, então, focar a comunidade de Cuçaru, local da pesquisa. Por fim, tece algumas considerações a respeito da produção da pesquisa propriamente dita.

3.1 Contextualizando o extrativismo de balata no Pará

Contextualizar a extração de balata na região e na época a que se refere o estudo é o primeiro objetivo deste capítulo, o que se pretende alcançar por meio de descrições extraídas de bibliografia afim, em que se destacam informações tanto sobre o extrativismo em si quanto sobre o sistema de aviamento que o sustentou.

Frise-se que esta pesquisa lidou, fundamentalmente, com relatos sobre um passado já relativamente distante, precisamente o período compreendido entre as décadas de 1930 e 1970, correspondente ao auge da exploração de balata no município de Monte Alegre (CARVALHO, 2011). Logo, recuperar informações sobre o contexto histórico e socioeconômico de atividade máxima dos balateiros é necessário para criar melhores condições de compreender as narrativas de vida e do trabalho realizado pelas mulheres desses extrativistas.

3.1.1 Aspectos práticos da extração de balata

A balateira (*Manilkara bidentata*) é um indivíduo arbóreo pertencente à família das sapotáceas. Possui grande porte, chegando seu tronco a ter até trinta metros de altura e seis metros de circunferência, folhas verdes escuras, e frutos que são consumidos por animais silvestres como o macaco, veado e a paca (LINS, 2001). Sua ocorrência é conhecida em diferentes países na Amazônia, incluindo Venezuela, Costa Rica, Antilhas, Guianas e Brasil. Neste último, aparece em localidades situadas na margem esquerda do rio Amazonas, distante da sua calha e tendo sua incidência mais acentuada no alto curso dos afluentes encachoeirados Maicuru, Paru, Jari, Cuminá e Curuá (CARVALHO, 2011).



Figura 02: Em vermelho, a principal área de ocorrência das balateiras
 Fonte: Carvalho, s/d.

Assemelhada à maçaranduba (*Manilkara huberi*), a balateira fornece madeira nobre e de excelente qualidade, mas tem sido historicamente visada especialmente pelo seu látex, que apresenta em sua composição: 48% de guta, 37 a 44% de resina, 2 a 14% de impurezas e de 1 a 8% de água (IDESP, 1986).

Dotado de propriedades semelhantes às da seringa (como ductilidade e elasticidade), esse látex era vendido, principalmente, para os Estados Unidos e a Europa, sendo utilizado nas indústrias naval, civil e telefônicas para a produção de correias, materiais eletrônicos, isolantes, térmicos e elétricos (CARVALHO, 2011). Até os anos 1970, portanto, essa matéria-prima foi objeto de grande interesse internacional, quando então foi substituída por materiais sintéticos.

Para extração do látex, popularmente chamado de “leite da balateira”, se utilizam técnicas antigas e tradicionais, parecidas com as usadas na extração da seringa no que diz respeito ao corte da árvore, como se pode ver na figura abaixo.



Figura 03: Cortes na balateira (*Manilkara bidentata*)
Fonte: Silva (2016)

No entanto, para a extração de balata, faz-se necessária a escalada da árvore até mesmo nos galhos mais altos, desde que sejam grossos o suficiente para “dar leite”. Segundo os balateiros, as técnicas de sangria devem ser cuidadosamente executadas para não esgotar a seiva e comprometer a sobrevivência da árvore, garantindo, então, o aproveitamento da mesma para as safras futuras (CARVALHO, 2013). Como ilustra um romancista, “a balateira é como uma vaca leiteira. Nunca se retira todo o leite. O bom vaqueiro deixa sempre um pouco no ubre para o bezerro e para que a própria árvore não enfraqueça” (MEIRA, 1984, p.109).

Para aparar a balata que escorre pelos cortes feitos na árvore, coloca-se junto a ela um saco impermeabilizado com o próprio leite, chamado embutidor. O material recolhido em diversos embutidores é juntado em um saco maior, chamado carregador, e transportado para os acampamentos dos balateiros. Lá, é armazenado e cozido, e, em seguida, passa por um puxador e um jirau, limpando o produto de impurezas como palhas, areia e pedaços de pau. Depois, deixa-se a matéria-prima esfriar em espécie de tanques cavados no chão, em formato retangular. Esse processo tem como produto final blocos de cerca de 50 quilos cada um, os quais seriam entregues a comerciantes que os revenderiam para firmas estrangeiras (CARVALHO, 2011).

Todo o processo de trabalho dos balateiros se concentra nos meses chuvosos, em regra de janeiro a junho, podendo estender-se por alguns meses mais. O trabalho requer permanência continuada nos balatais, posto que estes se situam muito distantes dos locais de moradia dos extrativistas. Assim, as estratégias de arregimentação de mão-de-obra para extração da balata deviam ser suficientemente atraentes para mobilizar centenas de extrativistas para atender às demandas do mercado externo (CARVALHO, 2011).

As expedições de coleta eram – e são até hoje – bastante dispendiosas, além de arriscadas. No interior da floresta e nas corredeiras dos rios que dão acesso aos balatais os trabalhadores arriscavam-se invariavelmente à morte e a acidentes, mas também a perder sua produção de meses quando desciam os rios e os blocos de balata se chocavam nas pedras (SILVA, 2016).

Para compreender como uma empresa tão arriscada movimentou tantos investidores internacionais, patrões locais e centenas de homens nativos (balateiros), exigem-se algumas considerações sobre o aviamento na Amazônia.

3.1.2 Exploração gomífera e aviamento na Amazônia

Para a melhor compreensão das relações sociais erigidas em torno do sistema de aviamento na exploração gomífera na Amazônia, é sugestiva a afirmação de Marx e Engels (1986) de que não podemos compreender a história da natureza sem a compreensão da história dos homens, e que essas duas histórias se entrecruzam na esfera do trabalho. O trabalho, para esses autores, é a base fundadora das relações entre o homem e a natureza e dos homens entre si. O trabalho, portanto, realiza mediações entre sociedade e natureza, operando transformações em ambos os elementos (WITKOSKI, 2006).

Segundo Witkoski (2006), porém, na Amazônia, as relações entre homens e natureza são marcadas por um histórico e um contexto cultural próprios, para os quais Castro (2005) também chamou atenção ao propor uma perspectiva ampliada sobre “mundos de trabalho” plurais, através dos quais as populações locais transitam. Witkoski (2006) assina, nesse sentido, que o campesinato amazônico realiza, de forma combinada, múltiplas atividades produtivas sobre a terra, a água, a floresta.

Na história econômica da região, diversas frentes exploração de drogas do sertão, resinas, essências, látex, madeiras e outros produtos florestais têm sido compreendidas como

“ciclos”¹, dentre os quais o da borracha tem sido amplamente tomado como objeto de estudo por pesquisadores de várias áreas científicas.

Como atesta Carvalho (2013, p. 379), “a extração gomífera na Amazônia, dentro e fora do Brasil, é uma atividade econômica estudada desde pelo menos o século 19, praticada por indígenas mesmo antes da grande exploração das árvores de látex visando ao mercado internacional”. Reiterando a antiguidade dessa atividade, Simonian (2006) afirma que cabia aos indígenas o domínio e a confecção de produtos com látex vegetal desde muito antes do seu conhecimento e exploração no mercado internacional. Para essa autora, foram os Omaguas que descobriram o modo de preparo e fabricação de sandálias, braceletes e afins a partir da extração da seiva da figueira.

As principais frentes de exploração gomífera na Amazônia brasileira se associaram a intensos fluxos migratórios nos quais se deslocaram pessoas de outras regiões do país em busca das riquezas, apoiadas por governos baseados na ideia de que se tratava de uma região pouco povoada e propícia à implantação de projetos de desenvolvimento nacional.

Houve pelo menos dois grandes fluxos de migrantes: um, em 1870, após a seca no Nordeste, quando centenas de nordestinos foram seduzidos para a região amazônica em busca de trabalho e riqueza com a borracha (WITKOSKI, 2006); outro, no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando mais nordestinos foram arregimentados para cortar seringueiras e fornecer látex para as indústrias internacionais que alimentavam a guerra, tendo, por isso, sido chamados de “soldados da borracha”.

Embora tenha tido abrangência menor que a da borracha, a exploração da balata também foi importante no norte do Brasil, principalmente no estado do Pará e especificamente nos municípios de Almeirim, Alenquer e Monte Alegre, onde este estudo foi realizado. De acordo com Carvalho (2013), essa matéria-prima movimentou a economia de toda a região do Baixo Amazonas, alcançando a média de exportação de 300 a 400 toneladas anuais entre 1930 e 1970.

À medida que a matéria prima era demandada pelo mercado internacional, eram articulados os padrões regionais que, situados em Manaus e Belém, repassavam a demandas aos padrões locais que, por sua vez, contratavam os balateiros para subirem o rio em direção aos balatais (SILVA, 2016).

¹ A noção de ciclo compreende um “modelo de organização dos fatos históricos ligados à produção da borracha na Amazônia” no qual se realiza um “mecanismo de filtragem e incorporação de fatos a uma forma pré-definida, excluindo sistematicamente aqueles fenômenos que pudessem refutar ou relativizar seu valor heurístico” (OLIVEIRA FILHO, 1979, p. 102).

Poucos balateiros sabiam para quem a balata era vendida no exterior, já os patrões locais eram bem conhecidos. Em Monte Alegre foram citados: Tufi Farah Sadala, Ib Sadala, José Batista de Sousa e Silva, Washington de Melo, Mundico Torco, Antônio Moreira, Mágid Guizam e Henrique Sousa, que manteve suas bases na comunidade do Cuçaru, a partir de onde estabeleceu seus negócios e domínios na economia regional (SILVA, 2016).

Para sustentar a exploração gomífera, seja de borracha ou de balata, as relações de trabalho instituídas na Amazônia foram baseadas no aviamento: um sistema de adiantamento de mercadoria e dinheiro a crédito, cuja denominação teria sido cunhada na própria região (ARAMBURU, 1996). Praticado na região desde a época colonial, “foi no ciclo da borracha que ele se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica” – afirma Aramburu (1996, p. 1).

Esse sistema de crédito é estabelecido entre o aviador (frequentemente chamado patrão) e o aviado, e amplamente reconhecido como legítimo pelos mais diversos atores na Amazônia. No momento da negociação, o aviador antecipa bens e insumos necessários ao trabalho do aviado, que não tem nada para dar em troca a não ser a sua força de trabalho. Após o trabalho concluído, este pagará sua dívida com o aviador através do saldo tirado do seu trabalho, em produtos (MELLO, 1985). Existem, portanto, dois componentes principais no sistema de aviamento:

De um lado, o sistema comercial, com transações baseadas principalmente no escambo e crédito, raramente envolvendo dinheiro em moeda; do outro, a rede comercial, baseada neste tipo de relação, com produtores individuais ligados a casas aviadoras específicas através de uma rede de intermediários. Os atores do sistema de aviamento incluem, basicamente, o extrator, que podia ser o castanheiro, seringueiro, caçador ou pescador, ou uma combinação destes; o dono do entreposto ou barracão, que poderia ou não ser proprietário de um seringal ou castanhal onde os extratores moram e trabalham; o comerciante de uma cidade local, frequentemente de uma das principais rotas de barcos de linha, que abastece os donos dos barracões com mercadorias e recebe produtos florestais e animais em troca; finalmente, as casas aviadoras, baseadas em Belém e Manaus, que abastecem os comerciantes do interior e que recebem deles os produtos que estes, por sua vez, recebem de seus fregueses (MACGRATH, 1999, p. 59).

Aviar, em um sentido estrito, significa fornecer mercadorias (materiais de trabalho e bens de consumo) e/ou adiantar quantias em dinheiro para que o aviado – em geral, desprovido de equipamentos e recursos para prover a exploração ou produção de bens para comercialização – execute empreitadas extrativistas e agrícolas ao fim das quais possa restituir a dívida contraída por meio do fornecimento de produtos ao aviador. Nesse sentido, os mais variados gêneros são fornecidos antecipadamente e é acordado que o pagamento dos mesmos será feito em produtos dentro de um prazo especificado (MACGRATH, 1999).

No entanto, o aviador é quem fixa tanto os preços dos produtos que fornece quanto daqueles que recebe. As movimentações de saída de bens em nome do extrativista são anotadas em livros-caixa, assim como os pagamentos em produtos florestais.

A figura 04, extraída dos escritos de Lins (2001) sobre a exploração de balata no Pará, são mostrados os preços dos produtos para os clientes em geral e os preços dos mesmos para os balateiros, os quais eram praticados também para membros da sua família, que podiam gozar da prerrogativa de adquirir mercadorias a crédito em seu nome.

Gêneros	Preço/cliente Cr\$	Preço/balateiro Cr\$	% a mais
Açúcar	4,00	10,00	250
Café	8,00	20,00	250
Feijão	4,00	10,00	250
Farinha (mandioca)	2,50	6,00	240
Sal	2,00	5,00	250
Charque	18,00	45,00	250

Figura 04: Tabela de Preços no Aviamento
Fonte: Lins (2001, p. 162)

Fica claro, pelos exemplos acima, que a comercialização de produtos entre a população local, majoritariamente constituída de lavradores, pescadores e extrativistas, e os patrões, enquanto agentes dominantes da economia e da política regional, é mediada pelo permanente endividamento do trabalhador (RAPOZO e WITKOSKI, 2011).

Segundo Pereira et al. (2007) a relação que envolve o aviamento é da mais profunda exploração do trabalho e desigualdade, pois, quando o aviado vai pagar sua “dívida” o faz com muita dificuldade em virtude dos valores que lhes são cobrados pelos bens e insumos antecipados pelo aviador – em geral, mais elevados que os preços cobrados de outros clientes. Assim, o aviado está sempre “preso” ao seu aviador, e na safra seguinte ele precisará estar lá novamente.

Em um sentido mais amplo, aviar significa estabelecer laços de confiança, lealdade e, até, ajuda mútua, como assinala Wagley (1957). Para esse autor, o sistema de aviamento tornou-se tão central na estrutura social das comunidades amazônicas, que o definiu como o “principal elemento estrutural que regula as relações sociais na Amazônia” (1957, p.146). Destaca-se que o compromisso estabelecido entre aviador e aviado é de natureza

essencialmente informal e firmado em contratos verbais por meio da “palavra dada”, à qual se associam valores como honra, dignidade e prestígio.

O grande enigma que a maioria dos autores encontrava no aviamento era a formação de uma moralidade especial, aquela que liga o patrão ao freguês mediante poderosos laços de fidelidade e deveres morais mútuos. A fidelidade comercial do freguês é um termo de uma relação cujo outro termo são as obrigações morais que os patrões têm para com seus clientes em casos de dificuldades. A relação entre o comerciante e o freguês é uma relação social central na vida do interior amazônico, pois não só possibilita a existência de produção mercantil, mas constitui relação de poder sujeita a uma moralidade que dispõe prescrições morais de ajuda aos fregueses em caso de perigo. (ARAMBURU, 1996, p.02)

No documentário “Balatais de Saudade” pode-se perceber claramente a ambiguidade das relações entre aviados e patrões. Alguns balateiros relatam sentir medo e raiva de alguns “maus patrões”, ao passo que para com os que consideravam “bons patrões” expressam gratidão. Em geral, essa gratidão tem a ver com a ajuda garantida pelo patrão quando nada tinham, ou quando estavam nos balatais e a família adoecia e podia “pegar o mantimento ou o remédio” com o patrão/, mesmo que o extrativista não tivesse mais crédito junto a ele, já que na safra seguinte poderia honrar essa dívida. Outros balateiros contam, ainda, que os bons extrativistas eram tão disputados pelos patrões, que estes chegavam a quitar suas dívidas com outro patrão para arregimentar esse trabalhador para sua turma (LINS, 2001).

Enquanto os homens compunham a base do processo da exploração da balata que movimentava toda a economia em torno da comercialização do látex na região amazônica, as mulheres ficavam nas vilas e comunidades cuidando dos filhos, da casa, da roça e também da saúde daqueles homens quando eles voltavam dos balatais. Realizavam trocas com o que produziam entre os vizinhos e também vendiam o que plantavam. Daí a importância desta pesquisa, no sentido de dar visibilidade à atuação de um grupo social que ajudou a sustentar a economia de uma região com seu trabalho, cuidados e esperas.

3.2 Delimitação do campo do estudo: a comunidade de Cuçaru

A segunda proposição deste capítulo é apresentar o campo específico do estudo, a comunidade de Cuçaru.

3.2.1 Localização e acesso

A comunidade de Cuçaru fica na zona rural de Monte Alegre, um município situado na região da Calha Norte do Rio Amazonas, no oeste do estado do Pará, que faz limites com

Almeirim ao norte, com Almeirim e Prainha a leste, com Prainha e Santarém ao sul, e com Alenquer a oeste.



Figura 05: Localização do município de Monte Alegre no Estado do Pará
Fonte: IBGE, 2014.

Na paisagem natural de Monte Alegre destacam-se os rios Amazonas e o Maicuru, que é o principal acesso aos balatais; a ilha Grande de Gurupatuba; a cachoeira Pancada Grande; o salto do Castanhal; as serras Ereré, Paituna, Mutuaca, Itauajuri, Azul, Taboca, Oriental e Ocidental; o Campo do Desterro; as fontes de águas hipotérmicas e sulfurosas; por fim, o Lago Grande.

A tradição local atribui aos religiosos da Piedade a fundação do povoado, no século XVII, que deu origem a Monte Alegre. Entretanto, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros menciona haver um desacordo entre essa versão, mais popular, e a que é apresentada no relatório de João Antônio Diniz da Cruz Pinheiro, que, em 1751, na tarefa de inspecionar as missões da área, registrou a presença, no lugar, de padres franciscanos Capuchos de São José. Baseado nessa referência, o historiador local Cristóvão Lins afirma serem estes últimos os fundadores do município de Monte Alegre (LINS, 2001).

Atualmente, a população de Monte Alegre está estimada em 56.231 habitantes (IBGE, 2014), sendo que pouco mais da metade (55%) dela reside na zona rural, embora a tendência dos últimos anos seja de crescimento da ocupação urbana. A população rural está distribuída em mais de 350 comunidades, entre as quais a de Cuçaru.

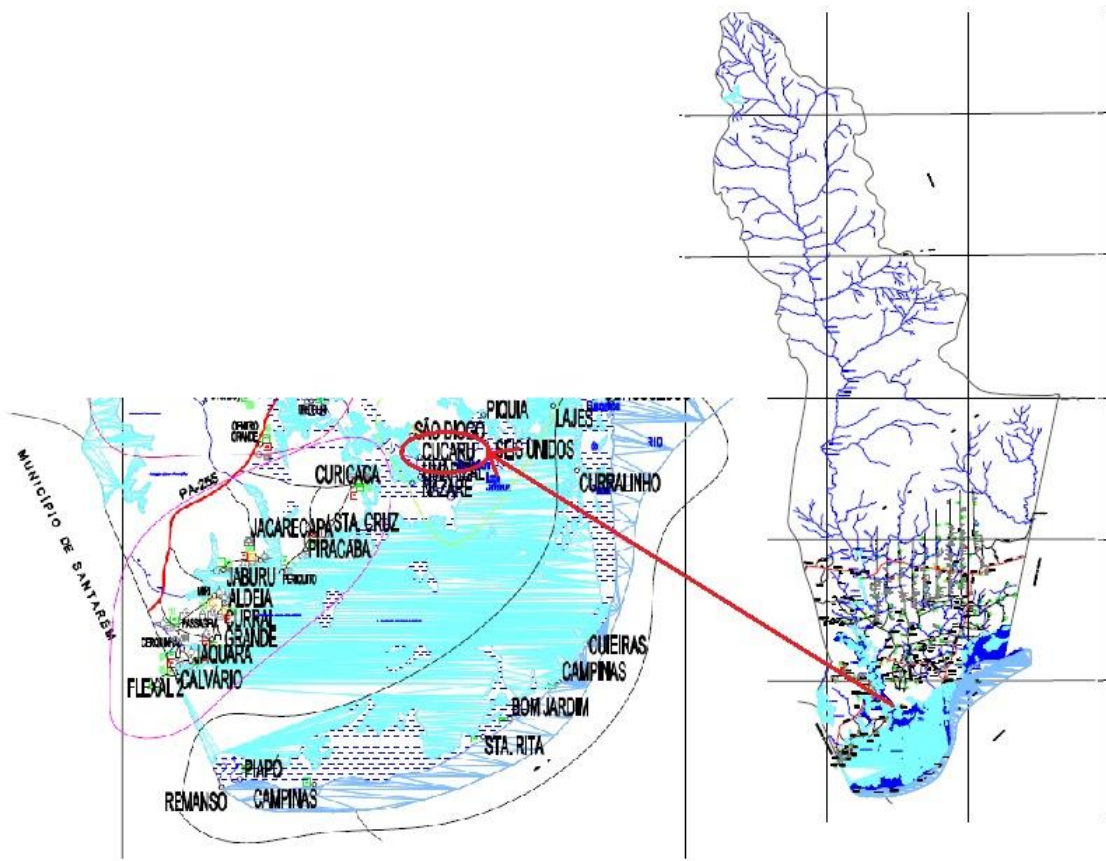


Figura 06: Localização de Cuçaru no Mapa Político do Município de Monte Alegre.
Fonte: IBGE (2014) Adaptado

Entre a sede municipal de Monte Alegre e Cuçaru os deslocamentos são feitos por via terrestre. Diariamente, um ônibus sai de Cuçaru às 4h, chegando às 5h à localidade da Canp,² de onde se pode pegar um microônibus que passa às 7h30min com destino a Monte Alegre. Para o percurso em sentido contrário, há um ônibus com saída da cidade às 11h e chegada a Cuçaru às 14h. Uma alternativa é a contratação de um taxi ou o aluguel de um carro para se chegar até lá. Como a estrada não é asfaltada, em períodos chuvosos a viagem é dificultada pelas inúmeras fossas e pode se tornar perigosa na travessia de correntezas encontradas no percurso.

3.2.2 Toponímia

² A denominação vem de Colônia Agrícola Nacional do Pará. A história da localidade, que é conhecida simplesmente como Canp, remonta a uma concessão de terras públicas para fins de colonização dada em 1927. Ali se instalou, em 1928, o Núcleo Federal Inglês de Souza, que, em 1942, foi transformado na primeira colônia agrícola contemporânea de Monte Alegre. O povoado foi elevado a distrito em 1995 e, hoje, é dotado de comércio

Os moradores contam, de forma evasiva, que a denominação da comunidade Cuçaru decorre de uma lenda envolvendo uma índia chamada Maicuru. Quando questionados sobre o teor de tal narrativa, sorriem, desconversam e recomendam que se faça a pergunta a outra pessoa, sem responder. Situação estranha e inquietante, mas que desperta ainda mais a curiosidade que só o vice-presidente da comunidade pôde, enfim, satisfazer, depois de muitos consultados o terem negado.

Aos risos, ele começou a contar que, segundo a lenda, a índia Maicuru estava grávida e, andando pelas localidades existentes em sua época, teve o filho sozinha no Pariçó, comunidade essa que teria levado esse nome, que mantém até hoje, porque a índia ali “pariu só”. Mas, após o parto, teria percebido que a criança tinha um problema na região anal: não tinha nascido com o orifício terminal do trato do intestino grosso. E a partir de então, passou a ir de comunidade em comunidade buscando os pajés e curandeiros, a fim de achar alguém capaz de curar seu filho.

Em lugar nenhum a índia encontrava a cura da criança, até que chegou a São Miguel (primeiro nome de Cuçaru) e lá o problema do seu filho desapareceu. Quando alguém perguntou a Maicuru como estava a criança, ela respondeu que “o cu çaru” [sarou] - como na forma de falar da época. Desde então, São Miguel ficou conhecido como o local onde o “cu çaru” e, no primeiro registro feito da comunidade, foi nomeado como “Vila de Cuçaru”.

Não se pretende discutir aqui a veracidade nem a validade histórica de tal relato, mas ressaltar seu valor enquanto parte da memória coletiva.

3.2.3 Histórico

Em 2013 e 2014, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) realizou pesquisas para o Diagnóstico Socioeconômico do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) de Nazaré, São Diogo, Cuçaru, Paituna e Curralinho, compilando informações importantes sobre o histórico dessas comunidades, suas principais demandas e dificuldades. No âmbito desse projeto, ocorreram oficinas de planejamento e o estímulo a lideranças comunitárias para que levantassem e/ou produzissem registros da história e da memória de cada uma delas.

Para esse fim, o então vice-presidente da comunidade de Cuçaru, Lucinaldo Batista de Souza procurou os moradores mais antigos da comunidade – a senhora Carmina da Conceição de Macedo (então com 98 anos de idade), o senhor Manoel (com 92 anos de idade) e a senhora Joana Pinheiro de Macedo (com 99 anos de idade) – para com eles, colher

informações sobre as origens e a trajetória local. O resultado de sua pesquisa nos foi cedido juntamente com suas anotações, guardadas em uma parte da casa reservada para publicações sobre os mais diversos temas e trabalhos acadêmicos sobre Monte Alegre.

Os levantamentos então produzidos por Lucinaldo vieram acompanhados das histórias contadas por antigos moradores já falecidos, todas registradas em próprio punho em um bloco de papel amarelado pelo tempo. Segundo essas notas, a comunidade de Cuçaru teria sido fundada pelo senhor José Azevedo da Silva, em 25 de dezembro de 1892, e as primeiras famílias que a habitaram foram Macedo, Brito, Nunes, e os portugueses. (INCRA, 2015).

Em 1892, assim que fizeram o primeiro registro de terra em Cuçaru, foram construídas seis casas, todas pertencentes a quatro famílias de portugueses: Souza, Di Guilherme, Maia, Macedo e Pinheiro. As moradias foram construídas com palhas costuradas, e essas casas de palha eram comumente encontradas até bem pouco tempo atrás. Aos poucos, foram substituídas por casas de madeira, a começar pela porta.

Segundo os moradores, mensurava-se a riqueza do indivíduo pelas características de sua habitação. Se ela tivesse a porta feita em madeira, era sinal de riqueza. Contam que alguns tinham a casa toda de palha, mas a porta era de madeira, o que era artigo de luxo. Há pouco tempo, com programas governamentais e facilidades de crédito, as casas foram sendo modificadas, mas algumas têm telhados e divisões internas feitos de palha, ainda hoje.

A base econômica da comunidade, em 1892, era a lavoura de milho, mandioca e feijão, e a produção de farinha (INCRA, 2015). Havia, então, um pequeno comércio no Cuçaru, que abastecia as famílias locais.

As famílias, de acordo com os relatos, eram católicas e todo ano organizavam festejos: no dia 20 de janeiro era a festa de São Sebastião, que é o padroeiro de Cuçaru, mas também celebravam São Paulo, São Pedro, São Benedito e São Lázaro. Este último tinha sua festa em junho e, nas memórias dos moradores, essa era a festa mais animada e esperada de todas. Eles faziam muitas comidas, convidavam gente das outras comunidades e davam comida e bebida para os cachorros brigarem, tinha disputa de qual ganharia. Chamavam-na de “Festa do Cachorro”. As lâmpadas eram banhadas com óleo de peixe e a vila ficava iluminada a noite toda. Até biscoitos eram pendurados nas bordas das casas e muitas pessoas das vizinhanças vinham prestigiar todo o movimento.

Contaram os antigos que não tinham instrumentos musicais, nem havia músicos habilidosos na comunidade, de modo que as festas eram animadas pela batida das colheres nas mesas. No compasso ditado pelas batidas, faziam danças de roda e cantavam cantigas portuguesas. O primeiro utensílio trazido para animar as festas foi um pequeno rádio,

adquirido pela família Azevedo. Posteriormente, ele foi trocado por um rádio maior que era alimentado por energia elétrica fornecida por um motor, adquirido pela mesma família.

Segundo os relatos, foi por volta de 1917 que Henrique Souza, que era acreano, veio para Monte Alegre, em vistas do comércio da balata que já estava atraindo muitas pessoas de fora da região. Logo se casou com uma filha de Cuçaru e aí fixou residência. Construiu uma casa grande, que era também um grande barracão, local de troca de mercadorias.

A casa do comerciante era muito conhecida por abrigar balateiros e índios que vinham de fora para trabalhar, na época, com a balata e outros gêneros florestais. Aviando mercadorias para esses homens e recebendo em troca matérias-primas que vendia para firmas das capitais e do exterior, Henrique Souza se tornou um homem de muitas posses.

Conta-se que, na descida dos balatais, quando os homens voltavam, dependendo dos resultados da safra, promovia festas fartas e mandava matar bois para alimentar a todos que vinham prestigiar os heróis da balata. Foi considerado por muitos um bom patrão e por outros um homem cruel.

A filha de Henrique Souza se casou com um paraibano, e com a morte do pai, ele passou a tomar conta do barracão, mas assim que as encomendas por balata cessaram, eles foram embora, deixando apenas a lembrança e as histórias contadas até hoje.

Lendo os escritos feitos por Lucinaldo Batista de Souza e as publicações sobre Cuçaru, percebi que o sobrenome do vice-presidente da comunidade é o mesmo do finado Henrique Souza. E assim, mais uma história foi contada por ele. Seu pai, como explicou, foi “cria de Henrique Souza”, tendo por isso adotado esse sobrenome.

A expressão “cria” é popularmente utilizada na região para designar indivíduos que são criados por outros que não os pais biológicos. Em muitos casos, os filhos são “dados”, ainda crianças, para terceiros que, em regra, têm mais posses e condições gerais de assumir investimentos com abrigo, saúde e educação, mesmo que seja – como o é, frequentemente – em troca de trabalhos fornecidos pela “cria” na casa e/ou no comércio.

Enfim, como “cria” de Henrique Souza, o pai de Lucinaldo cresceu aprendendo a lidar com ofício da extração e do comércio da balata, e se tornou alguém da inteira confiança do patrão. Foi balateiro no início e, como se destacou no grupo, passou a ajudar Henrique Souza diretamente. Depois, tornou-se também um aviador de outros extrativistas e, posteriormente, trabalhou também com comércio.

Após a década de 1970, com o fim do comércio internacional de balata, o movimento nos barracões da comunidade de Cuçaru decaiu, junto com a economia em situação de

falência em toda a região. Permaneceu apenas a comercialização de curuá, milho, feijão e farinha, segundo os informantes.

Os muitos balateiros que moravam na localidade, sem ter mais serventia aos antigos patrões, perderam o crédito e o acesso relativamente facilitado a mercadorias e dinheiro. Patrões que não chegaram a constituir patrimônio considerável também foram à falência, na medida em que secaram as fontes de recursos trocados pelo látex. De um modo geral, a comunidade, assim como outras áreas do município de Monte Alegre, entrou em decadência econômica.

3.2.4 Características gerais da comunidade do Cuçaru

Atualmente, a comunidade de Cuçaru se organiza ao longo de uma estrada principal e secundárias em cujas margens se dispõem as residências e pequenos comércios locais. Ao todo, a área de moradia da comunidade tem cerca de quatro km² abrangendo quatro bairros: Centro, Mangueirão, Enseada e Bairro Novo (CARVALHO, 2010).



Figura 07: Uma das principais ruas de Cuçaru
Fonte: Amasa Carvalho

Além do núcleo residencial, os cuçaruenses, como se chamam os moradores, ocupam também áreas de várzea e terra firme que se estendem na planície em que se situa a comunidade, e que é cortada pelo principal rio de acesso aos balatais existentes nos limites de Monte Alegre: o Maicuru.

Em relação à população local, levantamentos do IBGE em 2010 registraram 89 casas residenciais e 362 habitantes, sendo 179 homens e 183 mulheres, assim distribuídos por faixas etárias: 74 homens com idade de 0 a 18 anos, 84 homens de 19 a 59 anos e 21 homens de 60 a 100 ou mais de idade. Já as mulheres são 85 com idade de 0 a 18 anos, 78 mulheres 19 a 59

anos e 20 mulheres de 60 a 100 ou mais anos de idade. Já em 2015, o Incra contabilizou 122 famílias na comunidade de Cuçaru (INCRA, 2015).

No que tange à infraestrutura, os moradores contam com acesso à água encanada distribuída por um microssistema, um posto de saúde, uma escola de Ensino Fundamental,³ uma creche e um barracão comunitário onde se realizam reuniões, debates e demais eventos políticos e de socialização, a exemplo do que fora promovido pelo coordenador local quando do primeiro contato com a comunidade. Além disso, em Cuçaru existem três igrejas: a Igreja da Paz, a Assembleia de Deus e uma igreja Católica (CARVALHO, 2010).

De acordo com o diagnóstico socioeconômico do PAE de Cuçaru, as demandas priorizadas pelos moradores referem-se, basicamente, a educação, saúde, infraestrutura, emprego e renda. Demandam, por exemplo,: apoio financeiro e capacitação técnica para a criação de peixes; construção de uma escola de Ensino Médio na comunidade, sendo priorizada a contratação de mão-de-obra da própria comunidade; criação de cursos técnicos e mais empregos; um posto médico funcionando com profissionais competentes; melhorias na estrada de acesso a Cuçaru, com mais disponibilidade de horários de ônibus para Monte Alegre; escola de qualidade, renda para a população e melhorias no microssistema de água (INCRA, 2015).

Atualmente, o principal meio de sobrevivência das famílias é a pesca artesanal, e os peixes mais comercializados são o tambaqui, o tucunaré e o acari. De acordo com Carvalho (2010), essa atividade, hoje, responde pela subsistência de cerca de 90% dos habitantes. Pratica-se também a agricultura, e seus produtos mais importantes são o feijão branco, o milho, o arroz, a mandioca, o açaí e o murici, entre outros. Há pecuária de bovinos, equinos, bubalinos e suínos, além da criação de aves para a produção de carne e ovos (INCRA, 2015; CARVALHO, 2010, 2007). O comércio tem sido movimentado por panificadoras, oficina de móveis, extrativismo vegetal de madeira e de murici.

³ Em 2010 havia 55 alunos matriculados na Educação Infantil e 65 alunos no Ensino Fundamental, e o número de analfabetos na comunidade chegava a, aproximadamente, 65 pessoas (CARVALHO, 2010).



Figura 08: Rua de Cuçaru, ao fundo muro do campo de futebol
Fonte: Amasa Carvalho

Jogar bola é a principal atividade de lazer praticada na comunidade, que conta com dois clubes e três campos de futebol. Nela se desenvolvem programações como a Copa Intercomunitária de Futebol, a Copa dos Campeões de Futebol, a Copa da Juventude e o Torneio da Saudade, entre outros (CARVALHO, 2010).

Cuçaru se destaca no cenário de eventos municipais de Monte Alegre por receber atividades que vão desde o festival de canoagem na Semana da Pátria até o Baile da Saudade. Como outras referências culturais da comunidade aparecem narrativas do Fit (assobiador) e da Matintaperera (CARVALHO, 2010).

3.3 Na comunidade: incursões no campo

As incursões em campo tiveram o objetivo de realizar entrevistas com as mulheres dos balateiros e foram desenvolvidas em três fases. Essas entrevistas versaram sempre sobre o passado, com foco no trabalho e nas estratégias acionadas para manutenção da família nas longas ausências dos homens para extração de balata. Todas as estadas na comunidade foram muito breves, de no máximo dez dias de duração, devido à impossibilidade material de realizar trabalho de campo sistemático, motivo pelo qual foram abolidas quaisquer pretensões etnográficas nesta pesquisa.

A primeira ida a Cuçaru teve por objetivo estabelecer um conhecimento mínimo preliminar da área, e integrou a programação de uma viagem a Monte Alegre, em abril de 2015, durante a qual pude ter contato com famílias de balateiros em outros povoados rurais e em bairros da sede municipal. Essa etapa do trabalho de campo foi intermediada pela

orientadora, que me acompanhou em todo o percurso, apresentando locais e pessoas com as quais ela já havia desenvolvido pesquisas e ações de extensão universitária, e com as quais, portanto, já tinha uma familiaridade estabelecida. Assim, eu me preparava para a próxima ida a campo, na qual eu veria a “lança ou pequena baleeira” partir, afinal, eu iria sozinha (MALINOWSKI, 1978, p. 20).

Ainda nessa primeira viagem, além dos balateiros e seus familiares, conheci interlocutores da Associação Hortoflorestal de Monte Alegre, da Prefeitura, da Secretaria de Cultura e Turismo. Por acaso, em uma visita casual a uma dessas instituições, participamos de uma reunião com líderes de vários movimentos em Monte Alegre, na qual programavam um percurso competitivo de caiaque pelo rio Maicuru, revivendo os cenários e desafios que os balateiros enfrentaram décadas atrás diante das cachoeiras e correntezas.

Ao explicarmos o interesse na história desses extrativistas, os anfitriões da reunião lembraram com saudade os momentos de chegada dos balateiros no porto de Monte Alegre, onde desembarcavam a produção de seus blocos sob o som de fogos, festa e muita música. Como disseram, “lá vinham eles: os heróis, os balateiros!” Com eles vinham o dinheiro, a fama e a movimentação da economia de todo o município.

A balata vinha da floresta como que embalada em uma festa animada, nas lembranças dos nossos interlocutores. Eles eram crianças na época, e, quando cresceram, já não tiveram motivação para ir aos balatais, mas guardavam essas lembranças vívidas na experiência próxima, porque todo o universo de narrativas em torno da balata se tornou uma parte constitutiva de uma memória coletiva e uma identidade social em Monte Alegre, nos termos de Pollak.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p.02).

Após essa reunião, a ida a Cuçaru aconteceu no dia seguinte, em um carro fretado para nos levar até a localidade. Era período de chuva, e a estrada se mostrava em estado crítico em inúmeros trechos. Em alguns deles, a água cobria o caminho e era preciso desembarcar e verificar a possibilidade de passar.

Viagem bonita, vista única, bois guiados por garotos montados em cavalos, casas simples, fios elétricos, postes, parabólicas ligando mundos, troncos de árvores caídos na estrada. Um campo de futebol, bares e uma casa contígua a um bar que é espaço para shows da localidade. Chegamos.

Na chegada conheci o líder da comunidade, o vice-presidente Lucinaldo Batista de Souza, o qual nos recebeu. Ele tinha organizado o espaço amplo do barracão da casa dele com cadeiras para a reunião e convocado os balateiros e suas famílias para conversarem com a minha orientadora, que os consultaria sobre demandas para próximas ações de pesquisa e extensão.

O tema que pairou desde o início das falas foi a questão da aposentaria dos balateiros que por tanto tempo trabalharam e não foram reconhecidos pelo governo,⁴ ao contrário dos migrantes nordestinos que vieram trabalhar nos seringais. Segundo Silva (2016), estes últimos recebiam cartas, chamados e documentos assinados e datados que comprovavam que eles trabalharam nos seringais na determinada época, já os balateiros não. Uma vez que os contratos firmados com os patrões eram informais, eles oriundos da região, diferente dos seringueiros, não se deslocaram do seu estado, portanto não recebiam este chamado formal para trabalhar na Amazônia.

Após este encontro, houve a distribuição do livro “Memórias de trabalho – balateiros de Monte Alegre”, que tem fotos e entrevistas de balateiros, alguns já falecidos. Esse livro me abriu portas para várias das entrevistas, já que, além dos próprios retratados, filhos, netos e parentes querem tê-lo para guardar de lembrança dos seus.

Fomos às casas de alguns balateiros em Cuçaru, sempre acompanhadas pelo senhor Lucinaldo. Logo na primeira casa ouvi a expressão “vila de mulher só”. Desde então, de casa em casa, minha atenção se voltava principalmente à fala das mulheres que ficavam na comunidade enquanto os homens passavam a maior parte do ano longe, trabalhando nos balatais. Ouvi inúmeras histórias, conversei e perguntei bastante, e sempre deixando as portas abertas, afinal, eu voltaria em breve.

A segunda fase da pesquisa aconteceu em outubro de 2015 e, desta vez, estava sozinha com meu diário de campo, uma caneta e um gravador de voz pronto para ser usado. Era um

⁴ Fazendo um adendo para melhor compreensão do leitor, este reconhecimento foi concedido pelo Governo Federal aos soldados da borracha, que apesar da lei se referir aos “soldados da borracha”, contempla a todos os extrativistas de látex. A Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989 regulamentou a concessão do benefício de dois salários mínimos aos extrativistas que trabalharam na Amazônia entre 1943 a 1946, que contribuíram para o esforço de guerra. Entretanto, por mais que a lei contemple os balateiros, para eles a situação é bem diferente, pois como diz na lei, a comprovação da efetiva prestação de serviços só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal.

dia de semana e o líder da comunidade não se encontrava, mas o filho dele me acompanhou na busca pelas mulheres que eu tinha visitado na primeira viagem. Iniciei as visitas com a senhora de que ouvi pela primeira vez a expressão “vila de mulher só”, e, a partir de suas indicações, fui levada até mais quatro mulheres.

Aquela viagem, embora curta, me pareceu importante, pois estava sozinha, sem familiaridade com a comunidade e eu mesma tinha que me encarregar da abertura de portas para outra etapa de permanência mais prolongada. A preocupação, então, não era tanto de obter dados, mas de estabelecer diálogos. Eram conversas rápidas, mas proveitosas, nas quais as possíveis entrevistadas perguntavam muito mais sobre mim - o que eu fazia, se eu era casada, quantos anos eu tinha, se eu tinha filhos, de onde eu era - do que eu sobre elas. Respondi a todas as perguntas devagar, entendendo que elas queriam me conhecer, talvez para se sentirem seguras ou ter mais confiança.

Como de costume, o sucesso na pesquisa etnográfica só pode ser obtido através de uma aplicação sistemática e paciente de um determinado número de regras de bom senso e de princípios científicos bem definidos e não através de qualquer atalho miraculoso que leve aos resultados desejados sem esforço ou problemas. Os princípios do método podem ser agrupados em três itens principais: em primeiro lugar, como é óbvio, o investigador deve guiar-se por objetivos verdadeiramente científicos, e conhecer as normas e critérios da etnografia moderna; em segundo lugar, deve providenciar boas condições para o seu trabalho, o que significa, em termos gerais, viver entre os nativos, longe de outros homens brancos; finalmente, deve recorrer a um certo número de métodos especiais de recolha, manipulando e registrando as suas provas (MALINOWSKI, 1978, p. 23).

Passou minha qualificação e a necessidade insofismável de, mais uma vez, voltar a campo sozinha para dar conta da missão de pesquisa. Assim, em julho de 2016 foi meu retorno ao Cuçaru, quando tinha o objetivo de, através de entrevistas semiestruturadas, responder às questões da pesquisa.

Para tanto, foi elaborado um roteiro que serviria como guia para as entrevistas e que se compunha de blocos de perguntas acerca de: identificação da entrevistada, trajetória de vida, casamento, filhos, atividades desempenhadas por cada um na época em que os homens iam para os balatais, organização e divisão do trabalho. Além disso, algumas anotações prévias deviam guiar a obtenção de dados sobre o histórico de ocupação de Cuçaru, a formação da comunidade, a economia e o trabalho na época dos da exploração de balata.

Por mais que esses instrumentos ajudassem e orientar a atuação em campo, eles não davam conta de uma realidade da pesquisa envolvendo pessoas: ela é relacional. Ou seja, era preciso restabelecer relações com a comunidade da qual tiveram que me afastar desde a visita anterior para preparar o projeto de pesquisa propriamente dito.

Então, antes de partir para a terceira fase de trabalho em campo, faltando uma semana para a viagem, liguei para o senhor Lucinaldo. Entretanto, em três segundos a ligação caía. Como eu não estava certa se ele me escutava, resolvi tentar me comunicar. Depois de contar o tempo de duração até a ligação cair, resolvi falar aos poucos, fazendo várias ligações seguidas:

- “Sr. Lucinaldo!” A ligação caiu.
- “Aqui é Amasa”. A ligação caiu.
- “Aluna da Luciana”. A ligação caiu.
- “Estou indo a Cuçaru”. A ligação caiu.
- “Na terça-feira chego aí”. A ligação caiu.
- “Preciso falar com as mulheres”. A ligação caiu.
- “As mulheres dos balateiros”. A ligação caiu.
- “As mais velhas”. A ligação caiu.
- “Terça-feira chego”. A ligação caiu.

Liguei mais uma vez sem falar nada, e nada eu escutei de volta. E a ligação caiu mais uma vez.

Não sabia como tinha transcorrido minha tentativa de comunicação, não houve um retorno, então, fui como o combinado: saí de Santarém com destino Monte Alegre e na terça-feira peguei o único ônibus que vai até Cuçaru, saindo às 11h, chegando lá às 13h. Quando cheguei, para minha surpresa e alívio, o senhor Lucinaldo estava na parada à minha espera. Tinha entendido minhas ligações e feito contato com as mulheres dos balateiros – “as mais velhas”, repetiu ele. Ele ainda fez uma lista com o nome das sete mulheres e me entregou; dentre as sete, vi o nome de quatro com quem eu já tinha conversado anteriormente.

A casa dele estava bem próxima da parada do ônibus. Logo, perguntou onde eu ficaria, eu disse que precisaria de um quarto para alugar e dormir e ele disse que depois veríamos isso. Já chegando à sua residência me apresentou a esposa que, gentilmente, me recebeu. Aceitei tudo que me ofereceram, até mesmo o número de vezes que ela disse para eu repetir o prato de galinha caipira, assim eu fiz, repeti três vezes!

Enquanto almoçava expliquei ao casal e ao filho deles sobre o intento da pesquisa, qual o grupo seria pesquisado. Após os esclarecimentos, lavamos os pratos e fomos ao encontro das mulheres. Todas já sabiam que eu iria e estavam à minha espera.

Duas comentaram que eu nunca mais tinha ido, que volta e meia lembraram que uma vez foi uma moça lá conversar com elas e nunca mais tinha voltado. Outra, durante a entrevista, após intervenções do esposo quanto às suas lembranças do balatal, ela mesma o

cortou, dizendo que dessa vez quem estava sendo procurada era ela, e que era para ele ficar calado. Outra mulher comentou que estava feliz por estar sendo entrevistada, já que nunca tinham perguntado nada a ela. Lembrou que alguns anos antes, o esposo tinha sido procurado por várias moças, que faziam perguntas a ele, e ela ficava olhando e sempre quis falar, agora era a vez dela.

Durante uma das entrevistas, no dia que cheguei, uma bicicleta de som passou na rua em que eu estava entrevistando uma das senhoras, e para minha surpresa ouvi:

Hoje é uma tarde especial. Temos a presença, na nossa comunidade, da professora da Ufopa, que está aqui e veio para conversar com as mulheres dos balateiros. Dessa vez é apenas com as mulheres. Então, não deixem de falar com ela, pessoal! É a nossa história sendo contada e ouvida pelo povo da universidade.

A bicicleta passou e seguiu com as propagandas das lojas. Eu parei, sorri, queria estar passando despercebida, mas não havia como. O alarde da bicicleta de som saiu nítido na gravação de voz.

Quatro dias mais se seguiram e as entrevistas foram completadas, sendo divididas em duas por dia, uma de manhã e outra à tarde para dar mais tempo para as mulheres se acostumarem comigo.

Uma dificuldade foi encontrada apenas com a última entrevistada, que estava relutante em sair para falar comigo. Quando ela se sentou ao meu lado, me perguntou bastante sobre mim, como as demais mulheres haviam feito nas minhas primeiras visitas a Cuçaru. Respondi devagar e todas as perguntas como fiz com as outras entrevistadas. No entanto, quando ela foi questionada, disse que preferia não lembrar daquela época, que tinham se passado muitos anos, e que o passado precisa ficar e ser enterrado lá atrás. Ela não quis fazer parte da pesquisa e não me prolonguei muito, minha presença era notoriamente incômoda e não permaneci por mais tempo ali. Portanto, apesar de ter encontrado sete mulheres, a análise será realizada apenas com as seis que aceitaram fazer parte da pesquisa.

4. ELAS POR ELAS: RELATOS BIOGRÁFICOS DE MULHERES DE BALATEIROS

Este capítulo divide-se em duas seções: na primeira delas, são feitas reflexões sobre o uso da história oral na pesquisa qualitativa, a fim de justificar a escolha dos métodos adotados; na segunda, serão apresentados os relatos biográficos registrados junto ao grupo de seis mulheres selecionadas para a pesquisa, por meio dos quais elas foram provocadas a transmitir oralmente suas vivências, experiências e memórias.

4.1. A história oral em pesquisa social

De acordo com François (2006), a história oral não é uma outra história dentro daquela que está sendo levantada, mas sim um recurso para aprofundamento de dados quando métodos de outras naturezas não se mostram suficientes para fechar as lacunas deixadas por pesquisas ou documentos anteriores. Nesta perspectiva é que se parte para a escuta de relatos e depoimentos que se originam em encontros que, muitas das vezes, se tornam dinâmicos e impetuosos, provocando nos entrevistados reações emocionais muito fortes, como quando são confrontados com lugares e sensações já há muito tempo enterrados na memória.

Além de fornecer dados qualitativos vindo diretamente da visão e versão mais profunda dos atores sociais, a história oral dá ao pesquisador a possibilidade de alcançar conhecimentos novos e elaborar análises históricas inéditas. Portanto, de acordo com Lozano (2006), a história oral vai muito além de transcrever, de forma ordenada, fatos da vida de outra pessoa, mas permite produzir conhecimentos nos âmbitos científicos, sociais, históricos e pessoais.

A exploração de história oral pode ajudar as pessoas a reconhecer e valorizar experiências que foram silenciadas, ou a enfrentar aspectos difíceis e dolorosos de suas vidas. Para alguns, esse processo será extremamente polêmico; para outros, será gratificante, pois as novas histórias podem contribuir para divulgar as experiências vividas por indivíduos e grupos que foram excluídos ou marginalizados em narrativas históricas anteriores. (THOMSON, FRISCH e HAMILTON, 2006, p.71)

Apesar dos potenciais da história oral, sobretudo junto a grupos que em geral não são representados na história oficial, é preciso cuidado para registrá-la e analisá-la, com uma sensibilidade aguçada para tornar “dizível” o “indizível” (QUEIROZ, 1988).

“História oral” é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo. A história oral pode captar a

experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe destes tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim como relatos que contadores de histórias, poetas, cantadores inventam num momento dado. Na verdade tudo quanto se narra oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história de um grupo, seja história real, seja ela mítica (QUEIROZ, 1988, p. 19).

Para essa autora, a história oral é uma técnica para registrar através de entrevistas o que poderia ser perdido caso não fosse fixado em forma de documento em algum suporte. Seriam narrativas inteiras que de outra forma não conseguiriam ser conservadas, por meio das quais se consegue “captar o não explícito, e quem sabe até mesmo o indizível” (QUEIROZ, 1988, p. 15). Ainda assim, muitas críticas ao uso da história oral são feitas em relação à validade dos dados por meio dela produzidos e a outros problemas suscitados pela utilização da fonte oral (JOUTARD, 2002).

Segundo Queiroz (1988), do início do século XX até os anos 1950, a história oral foi utilizada por pesquisadores como W. I. Thomas e F. Znaniecki, ou por John Dollard e por Franz Boas, que buscou por relatos de pajés com o objetivo de preservar a memória da vida tribal. Para esses cientistas, a história oral e a história de vida tiveram papéis fundamentais em suas pesquisas.

De acordo com a autora supracitada, porém, Thomas e Znaniecki acreditavam que a história de vida só apresentava um aspecto da realidade vivida pelos atores sociais, sendo que para eles era preciso utilizar outras técnicas para os resultados serem completos, como foi o caso da pesquisa que realizaram com camponeses imigrantes da Polônia. Já para Dollard, a preocupação era de que a subjetividade do informante pudesse alterar os fatos ou a autenticidade da narrativa. Mesmo com as preocupações ou buscas por outras técnicas, os autores reconheciam a importância do relato oral como registro de indivíduos em seus meios socioculturais.

Segundo Joutard (2002), nos anos 1950, surgiu nos Estados Unidos, com o intento de coligir material para biógrafos e historiadores vindouros, a primeira geração de autores da história oral. No México, a partir de 1956 registraram arquivos sonoros dos chefes da revolução mexicana no Instituto Nacional de Antropologia. Na Itália, Ferraotti, De Martino e Bosio, fizeram uso da pesquisa oral para fazer a reconstituição da cultura popular, fazendo parte da segunda geração de historiados orais no final dos anos 1960. Essa geração de pesquisadores não trata a história oral como mais uma história, mas sim como uma outra história, dando voz às “populações sem história”, como os operários, mulheres, negros e a outras minorias, tendo um caráter militante e passível de ser produzida por sindicalistas, educadores e feministas (JOUTARD, 2002).

Pouco a pouco, a marginalização dos relatos orais em relação a técnicas de amostragem estatísticas para obtenção de dados objetivos foi dando lugar ao reconhecimento de conteúdos como valores e emoções que podem ser expressados por meio da história oral. Em 1975, no XIV Congresso Internacional de Ciências Históricas de San Francisco, aconteceu a mesa-redonda “A História Oral como uma Nova Metodologia para a Pesquisa Histórica”. No ano seguinte em Bolonha, aconteceu o primeiro colóquio internacional de história oral, chamado “Antropologia e História: Fontes Oraís” (JOUTARD, 2002).

Com o desenvolvimento de tecnologias como gravadores e fitas cassetes, os registros das falas dos atores sociais ganharam outra projeção. Podendo ser repetidamente ouvidos, apresentavam mais vivacidade e fidelidade ao dito do que os registros feitos apenas por via escrita. As pausas, choros, e nuances da voz foram sentidos e procurados com muito mais ênfase pelos pesquisadores (QUEIROZ, 1988).

A terceira geração de historiadores orais surgiu após aqueles dois encontros e com o projeto historiográfico na Itália. Após o Congresso Internacional de Arquivos, em 1988, na França e logo após na Itália, a pesquisa oral passou a ser observada também pelos alunos de História no sentido que perceberem a relação do passado com o presente após um trabalho realizado por eles com seus avós sobre a II Guerra Mundial ou a emigração (JOUTARD, 2002).

Em 1989, o lançamento da Revista *Historia y Fuente Oral* se tornou a grande referência de estudos na história oral, visto sua abertura sistemática ao resto do mundo e nos números de resenhas de trabalhos estrangeiros e artigos historiográficos (JOUTARD, 2002).

Programas de televisão que tratavam da História no século XX, utilizaram as câmeras de vídeo no lugar dos gravadores de voz e projetos de registro audiovisual passaram a ser mais estendidos ao resto do mundo. À marginalização da história oral se sobrepõe a expectativa de autenticidade do relato horal enquanto verdade e “verdade alternativa”, pelo fato de terem dado voz aos “vencidos”, expressão usada por Nuto Revelli, um dos pioneiros da história oral na Itália (JOUTARD, 2002).

A aceitação da história oral nas universidades, nos últimos 25 anos, tem influência direta da escola francesa dos *Annales*. As pesquisas feitas com a história das mulheres tem uma grande contribuição nesse sentido, tratando do cotidiano das mulheres, trabalho doméstico, militância, identidade ou sexualidade. A história oral teve com Sherna Gluck um ensaio intitulado como pioneiro sobre o tema *What's so special about women: women's oral history*, em 1977. E em 1983, aconteceu o primeiro simpósio de história oral das mulheres (JOUTARD, 2002).

Na Itália, os estudos de história oral crescem diretamente ligados ao aprofundamento das questões associadas às relações de gênero. Na França, as mulheres foram tema de uma das primeiras mesas-redondas de história oral. Em Siena, nos encontros internacionais de história oral, a presença feminina foi superior a 60%. Na Revista *Historia y Fuente Oral*, em um índice de seus principais temas o das “mulheres” ocupa o segundo lugar em número de publicações com 22 ocorrências, perdendo apenas para metodologia da história oral e, na sequência em terceiro e quarto lugar, respectivamente, “emigração” e “memória” (JOUTARD, 2002).

Hoje em dia somos todos um pouco menos ingênuos, me parece, e reconhecemos que a história oral está longe de ser uma história espontânea, não é a experiência vivida em estado puro, [...] os relatos produzidos pela história oral devem estar sujeitos ao mesmo trabalho crítico das outras fontes que os historiadores costumam consultar (HALL, 1992, p.152).

A história oral traz à tona experiências e memórias a que só se pode ter acesso por intermédio de pessoas que viveram ou viram situações passíveis de serem compartilhadas através de narrativas capazes de provocar em seus ouvintes emoções semelhantes àqueles de quem viveu as experiências narradas. Então, entrevistas, depoimentos e histórias de vida são técnicas utilizadas para responder à indagação do pesquisador, em processos nos quais o entrevistado é levado à rememoração.

Para Queiroz (1991, p.06) entrevistar é “uma relação que está presente em todas as formas de coleta dos relatos orais, pois estes implicam sempre um colóquio entre pesquisador e narrador”. Entretanto, as técnicas da história oral – entrevistas, depoimentos e história de vida – são diferenciadas pela forma de agir do pesquisador ao utilizar cada uma dessas técnicas durante o encontro.

Ao colher um depoimento, o colóquio é dirigido diretamente pelo pesquisador. [...] A entrevista pode se esgotar num só encontro; os depoimentos podem ser muitos curtos, residindo aqui uma de suas grandes diferenças com relação às histórias de vida. [...] Toda história de vida encerra um conjunto de depoimentos (QUEIROZ, 1991, p.07).

A história de vida diferencia-se da história oral, segundo Gerhardt e Silveira (2009), pelo fato da primeira referir-se a

uma narração em torno de determinados fatos ou fenômenos, nos quais se evidenciam valores e padrões culturais. É uma técnica de coleta que pode complementar dados já levantados[...]. Enquanto a História de Vida levanta a vida de uma pessoa, evidenciando valores e padrões culturais, afim de compreender as ações, os conceitos e os significados de atitudes e de comportamentos, a História Oral investiga os fatos e acontecimentos registrados na memória de pessoas da comunidade.” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.57).

Ou seja, a história de vida é uma técnica voltada a um modo de interpretar e reinterpretar os eventos, para melhor compreender os conceitos e os valores adotados pelo grupo em questão.

A história oral preocupa-se com o que é importante e significativo para a compreensão de determinada sociedade. Esse levantamento, realizado por meios mecânicos e manuais, tem como finalidade preservar as fontes pessoais, obtendo dados que podem preencher lacunas em documentos escritos, registrando, inclusive, a linguagem, os sotaques, até mesmo as entonações dos entrevistados. Na seleção dos entrevistados deve-se escolher, primeiro, os mais idosos, porque vivenciaram fatos do passado que precisam ser registrados antes que desapareçam (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.59).

Para Queiroz (1988) a forma mais difundida de coleta de dados orais é a entrevista, ela está presente em quase todas as formas de levantamento de relatos orais, pois está implícita a conversa entre o narrador e o pesquisador sobre um tema ou acontecimento que versa o trabalho. Ora oferece dados novos e preciosos, ora complementa informações previamente investigadas a partir de outras fontes, ou se certificam das situações já levantadas.

Para May (2004), nas entrevistas estruturadas, os pesquisados precisam se enquadrar no padrão estabelecido pelo pesquisador, o que dá pouco espaço ou liberdade para as pessoas se expressarem da forma como querem e se sentem mais à vontade para fazê-lo. Logo, nesta pesquisa foram feitos os registros de história oral e as entrevistas foram realizadas seguindo um roteiro previamente estabelecimento e foi deixado livre para que a entrevistada se sentisse mais à vontade para discorrer sobre os fatos que lembrava e a tinham tocado todo esse tempo.

Inicialmente era explicado sobre a pesquisa e, em alguns casos, nem a pesquisadora terminava de explicar e perguntar se aceitava participar, a senhora já estava falando sobre sua história.

Portanto, é dito que a, por vezes chamada entrevista "informal", "não-padronizada" ou "não-estruturada", obtém um foco diferente pelas seguintes razões. Primeiro, ela provê profundidade qualitativa ao permitir que os entrevistados falem sobre o tema nas suas próprias estruturas de referência. Com isso, quero dizer baseados em ideias e significados com os quais estão familiarizados. Isso permite que os significados que os indivíduos atribuem para os eventos e relacionamentos sejam entendidos nos seus próprios termos (MAY, 2004, p. 145).

May ensina também que, antes de qualquer entrevista e elaboração dos métodos, na produção de dados, é importante considerar não apenas a idade, mas também o gênero, a saúde mental e o local onde serão feitas as entrevistas, assim como a forma de falar. Esse olhar ajuda a evitar inúmeros problemas ou respostas que poderiam objetivar substancialmente a pesquisa, mas que foram substituídas pelos entrevistados por algum fator (MAY, 2004).

Ainda para May (2004) as entrevistas são verdadeiras trocas sociais, e não um encontro passivo para apenas obter informações. E como em toda troca e contato social há regras e expectativas quanto ao que irá acontecer e como se portar, tanto entrevistado, quanto o entrevistador. É importante que o entrevistado compreenda bem o que será requerido e também o que é esperado dele, isso também é ética: “O entrevistador deve fazer com que os sujeitos sintam que a participação deles e suas respostas são valorizadas, pois a cooperação deles é fundamental para a condução da pesquisa” (MAY, 2004, p. 152).

Esses métodos foram utilizados nas entrevistas desta pesquisa, tendo resultados muito positivos, levando em conta que as entrevistadas, de uma maneira geral, estavam muito abertas para responder as perguntas levantadas pela entrevistadora. Não houve interrupções nas falas, foi dado a elas o tempo em que quiseram levar. E, em sua maioria, falavam bastante, se emocionavam ao lembrar.

As entrevistas, de acordo com May (2004), não são apenas tópicos, mas são como meios estimativos que podem determinar a pesquisa. Para o autor, os pesquisadores precisam analisar suas práticas de entrevista e a forma como tratam os resultados das mesmas, para assim poder ter um bom entendimento do mundo social. No que tange ao mundo social feminino, May (2014) entende se tratar de um muito complexo que requer inúmeros cuidados. Suas vantagens e seus pressupostos precisam estar bem compreendidos antes mesmo da preparação e execução da pesquisa.

A sua base reside em tomar a desvantagem da exclusão das mulheres da esfera pública feita pelos homens e transformá-la em uma vantagem de pesquisa. Como as mulheres são "estranhas" à esfera pública e dela excluídas, isso lhes provê uma oportunidade singular para realizar pesquisas: a 'estranha' traz para a sua pesquisa exatamente a combinação de proximidade e distanciamento, preocupação e indiferença, que são centrais para maximizar a objetividade (MAY, 2004, p. 32).

Segundo May, as histórias e experiências, que também são reflexos de relações sociais dominantes das quais as mulheres fazem parte, tornam-se centrais interpretação do seu mundo social. Para o autor, as experiências das mulheres deveriam ser colocadas pelos estudos científicos em uma teoria mais ampla do seu lugar na sociedade, compreendendo a natureza dessas experiências. Logo, a disponibilização dos meios pelos quais a pesquisa é realizada é tão necessária para o processo de compreensão e para a validação das experiências por elas vividas.

E como pontos fundamentais a serem investigados em pesquisas com mulheres, May (2004) cita os seguintes: averiguar como a reprodução nas mulheres é visto na organização da vida social; se são marginalizadas na esfera pública de alguma maneira; levantar qual é a sua

contribuição para a vida cultural, política e econômica do grupo a qual fazem parte; assim como também lança um desafio ao pensamento androcêntrico na nossa sociedade.

O autor cita alguns cuidados cruciais como evitar abordagens etnocêntricas que ignoram diferenças importantes entre as experiências das pessoas, por exemplo, o de não tomar genericamente “mulheres” sem especificar sua composição social, pressupondo tratar-se de uma categoria universal sem considerar a diversidade das histórias e culturas dessas mulheres. May também afirma ser preciso aumentar o número de pesquisas quanto aos papéis de gênero, raça, classe, poder e discriminação na sociedade, assim como abrir o universo acadêmico para diversos grupos sociais, políticos e econômicos, deixando clara a ocorrência de uma troca entre pesquisados e pesquisadores, onde todos aprendem uns com os outros.

De acordo com May (2004), a pesquisa que se atenta a esses cuidados e se comporta também de maneira reflexiva, tem uma grande probabilidade de realizar análises renovadas sobre a vida social.

Por meio da história oral, pretendeu-se realizar uma abordagem qualitativa, a qual, segundo Gerhardt e Silveira (2009) permite perceber os valores, crenças, hábitos, costumes e toda a complexidade de um grupo social ou de indivíduos que estão sendo pesquisados.

Nos períodos passados em campo foi utilizado o procedimento metodológico da observação participante, cujo objetivo é observar o que as pessoas fazem no seu dia a dia. Na observação participante, segundo André (2005):

Admite que o pesquisador tenha sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a sendo por ela afetado. Isso implica uma atitude de constante vigilância, por parte do pesquisador, para não impor seus pontos de vista, crenças e preconceitos. Antes, vai exigir um esforço deliberado para colocar-se no lugar do outro, e tentar ver e sentir, segundo a ótica, as categorias de pensamento e a lógica do outro. A observação participante e as entrevistas aprofundadas são, assim os meios mais eficazes para o pesquisador se aproxime dos sistemas de representação, classificação e organização do universo estudado (ANDRÉ, 2005, p. 27).

Além do procedimento da observação participante, outro procedimento utilizado na pesquisa foram alguns métodos utilizados no levantamento do material etnográfico, sem que este trabalho se caracterize propriamente como uma etnografia, para o que seria necessário um aprofundamento de experiências de campo inviável para o momento. De acordo com Malinowski (1978)

Seria fácil citar obras de grande reputação e de cunho científico reconhecido, em que somos confrontados com generalizações por atacado, sem qualquer informação relativa às experiências que conduziram os autores às suas conclusões. Ora eu penso que a linha que separa os resultados da observação direta e as declarações e interpretações nativas das inferências do autor baseadas no seu senso comum e capacidade de penetração psicológica só pode ser traçada com base nessas fontes etnográficas de inquestionável valor científico (MALINOWSKI, 1978, p. 18).

Nos trabalhos etnográficos, há uma distância grande do momento que se adentra sozinho no ambiente do grupo que será pesquisado, até o momento da escrita final, por isso, segundo Malinowski (1978) é tão importante salvaguardar esses escritos, sendo esses até mais preciosos que discussões abstratas e longas.

Imagine o leitor que, de repente, desembarca sozinho numa praia tropical, perto de uma aldeia nativa, rodeado pelo seu material, enquanto a lancha ou pequena baleeira que o trouxe navega até desaparecer de vista. Uma vez que se instalou na vizinhança de um homem branco, comerciante ou missionário, não tem nada a fazer senão começar imediatamente o seu trabalho etnográfico. Imagine ainda que é um principiante sem experiência anterior, sem nada para o guiar e ninguém para o ajudar, pois o homem branco está temporariamente ausente, ou então impossibilitado ou sem interesse em perder tempo consigo (MALINOWSKI, 1978, p. 20).

Dessa forma, o cuidado na fala, na escuta, no olhar sem preconceitos e a atenção em observar o dia a dia, foram o norte para a estada em campo, as entrevistas e a observação participante, como ensina a tradição etnográfica.

Da mesma forma, este trabalho dialoga com pesquisas etnográficas realizadas com mulheres, perpassando temas como aviamento, campesinato, divisão e organização do trabalho e família.

4.2. Relatos biográficos de mulheres de balateiros

Para se chegar aos relatos ora expostos, foram realizadas entrevistas com perguntas que envolviam questões sobre o casamento com um balateiro; o trabalho na roça e na casa; a ajuda de vizinhas, parentes e dos maridos no trabalho da roça; a venda ou troca dos produtos colhidos na roça; a chegada dos filhos e a ajuda deles no trabalho da casa e da roça; o uso do dinheiro; os períodos do ano que aconteciam as plantações e colheitas; expectativas e sentimentos. E entendendo que de seis a oito meses, Cuçaru era uma “vila de mulher só”, como era o cotidiano e a vida dessas mulheres e suas relações de espera ou não a estes homens, na perspectiva das mulheres dos balateiros de Cuçaru.

Em comum, todas foram ou ainda são casadas com os balateiros, que moraram em Cuçaru na época do auge da extração de balata (e ainda moram na comunidade). Suas idades vão de 59 anos e 79 anos; duas são viúvas e moram com os filhos, três moram seus esposos; e uma mora com o esposo, filhos e netos.

A vida social dessas mulheres esteve permeada das unidades de produção em seus locais que envolveram a casa, o roçado e o balatal. Na fala das mulheres, percebe-se que suas trajetórias de vida, desde a infância, já traziam costumes e uma cultura que envolvia a balata,

já que vieram de famílias de balateiros e viam seus irmãos mais velhos, tios, avós, pais e as mães em trabalhos como balateiros ou como costureiras, ou como quem cuidava da casa, da roça e das crianças.

Este capítulo, como o próprio nome preconiza, será tratado sobre as mulheres dos balateiros, entretanto, não as apresentarei com minhas palavras por entender que qualquer perfil traçado agora por mim não as representaria como elas merecem. Portanto, serão trabalhadas aqui as falas delas na íntegra, transcritas para a análise e colocadas para uma melhor compreensão da profundidade de suas histórias.

Maria Santana Batista da Fonseca

Viúva do balateiro Gomancindo (Nhuca)

76 anos



Figura 09: Dona Santana
Foto: Amasa Carvalho

Aquele tempo da balata? Ah! Meu marido não conseguiu nada de se aposentar pela balata, porque ele nasceu em 1934, e disseram que era de 1933 para frente. Mas em 1950, quando ele tinha 16 anos, a mãe dele morreu e ele foi trabalhar com balata.

Tinha um patrão aqui, o finado Henrique Souza, e meu marido veio aqui atrás de trabalho com a balata e arranjou. E quando ele apareceu, a gente se olhou e se arrumou logo pra casar. Ele era da Canp [comunidade próxima a Cuçaru], eu que sempre fui daqui, sou filha daqui!

Meu pai não era balateiro, ele fazia de tudo, consertava tudo dentro de casa, pescava também. Já minha mãe costurava para balateiro. Os balateiros se aviavam e tiravam aquela porção de pano grosso para levar para o balatal e ela ia fazer o embutidor, carregador, calça, camisa, tudo para eles levarem para lá para o balatal. Quando dava outubro, novembro, lá vinham eles com as coisas aqui para ela fazer e quando dava janeiro eles iam embora para o balatal. Quando dava agosto, setembro, eles começavam a chegar. E enquanto isso a gente se virava com as crianças que não eram poucas, eu mesma tive nove filhos! E a gente ficava aqui fazendo uma coisa, fazendo outra para as crianças não passarem fome.

Eu me casei com 17 anos e ainda casei meio velha, se casava mais nova, com 12, 15 anos, já tinha gente casando, como até hoje, né? Casam bem novas. Eu casei em dezembro e em janeiro ele foi embora para o balatal. Mas era assim, a gente casava e eles iam embora. E aí ele foi em janeiro e quando foi em agosto ele chegou, eu olhei para ele e pensei: Mas foi com esse homem que eu me casei? Eu não estava reconhecendo ele não, todo barbudão assim!

[risos] . Mas casar com balateiro era bom e ruim. Porque passava só um pouquinho aqui e já iam explorar de novo para o balatal, passava um mês e pouco escolhendo o lugar e vendo o que iam precisar para a subida de novo para o balatal e em janeiro subia de novo. Era assim a vida do balateiro.

Eles diziam que a vida deles era difícil para lá, mas eu brincava dizendo: Quer trocar com a minha? [risos]. Eu ficava aqui e eram as crianças para parir, cuidar, alimentar, fazer roçado, tirava arroz, juntar curuá para a gente vender, trocar por café, roupa para as crianças, coisas para a casa, cuidar de menino quando adoeciam.

A gente se virava aqui das cinco horas da manhã até de noite, era luta! Ele dizia que ficava tranquilo lá, sabendo que eu estava aqui com as crianças, cuidando das coisas. Graças a Deus, quando ele chegava estava tudo organizado.

Quando chegou o primeiro filho, eu estava com dois anos de casada, e de dois em dois anos foi chegando os outros, e assim foi com os nove filhos. Eu ia guardando os panos, porque sabia que logo ia vir outro. Só tem uma que morreu. Ela morreu na gravidez dela, morreu ela e o bebê. Foi para Belém passando mal, era nova, e na gravidez quando estava com sete meses, morreu. Já estava perto de ter a criança.

Quando meus filhos nasciam, a maioria deles, meu esposo estava para o balatal. Só uma vez ele estava aqui. Vixi, estava nervoso, porque eu com o bucho apontado mesmo assim eu estava na roça, tinha as outras crianças para alimentar, não podia parar de trabalhar e aí ele estava comigo. Mas nem me lembro, foi tudo com parteira, ela era a Nossa Senhora daqui.

Com ela, todos os partos eram normais, não tinha isso de não ter como nascer, a parteira resolvia coisa que nem os médicos em Monte Alegre resolviam! Lá, diziam que a criança estava torta, com risco, e aí as mulheres iam embora de lá e vinham bater aqui com a parteira e ela salvou tudinho!

Essa parteira fez um curso com um padre e umas freiras que vieram há muitos, muitos anos atrás, eu era criança e ela era bem novinha e desde então, foi a salvação de todas nós. Ela tratava da gente oito dias, ensinava tudo o que a gente tinha que fazer, era a mãe da Zenila e cuidou de todas nós. Era parteira daquelas boas mesmo, andava com umas roupas que cobriam o corpo todo, arrastava no chão.

Quando eu paria, era tranquilo assim porque eu não morava sozinha, eu tinha um tio que ficava comigo. Ele já era velho, não tinha mais como ir para o balatal, era pescador e ficou comigo. Daí ele não quis ter família, minha mãe morreu e ele ficou aqui, as crianças começavam a nascer e ele gostava de criança e as crianças todas gostavam dele e aí ele foi ficando.

Ele ajudava porque ele era pescador e depois de uns anos conseguiu se aposentar e aí continuou morando e ajudando a gente. Tinha poucas casas, pouca gente morava aqui, as casas eram todas longe, mas a gente se ajudava, eu e minhas comadres, a gente fazia os puxiruns ajudando nas roças de cada uma. Mas meu esposo me ajudava fazendo uma rocinha antes de ir para lá, porque dezembro era tempo de plantar a maniva, era tempo de bastante chuva, então, ele já deixava plantada, eu só colhia depois. Não era muita roça, porque era só ele para limpar a terra, queimar, mas tinha milho, arroz e feijão também.

Naquele tempo não tinha isso, as terras não tinham dono, a gente fazia roça onde queria fazer, sabia que tinha dono, mas não sabia de quem era e era muito chão. Eram terras e terras livres sem ninguém e a gente abria fazendo roça. Diferente de hoje que tudo é marcado com cerca, dá até morte, mas naquele tempo não, eram terras de alguém, mas sem ninguém nelas.

Então, antes dele ir para o balatal já deixava tudo plantado, mais ou menos no mês de setembro até dezembro, tudo mês de plantar e ele ia abrindo a roça e plantando. Aí pro final de dezembro eles iam para o balatal e eu fazia todo o resto. Quando dava março, abril, maio, já era colhendo tudo. Eu e a dona Creuza, esposa do Paçoca, era nós duas que íamos para roça. A gente batalhava! Íamos juntas pelo caminho, ia até lá conversando, levando as crianças, e aí ela dobrava e eu seguia minha roça era mais na frente. Os “maiorizinhos” iam com a gente carregando o que eles conseguiam carregar. Aí eu ia para cá e ela para lá, a gente ia conversando, ela era muito boa com os filhos dela, iam com ela e, os que ficavam, ela deixava trabalho para todos: um torrava café, outro lavava a roupa, outro arrumava a casa, outro fazia a comida e quando voltava já estava tudo arrumado. Eu via isso e fazia o mesmo com os meus, a gente se ajudava a ser mulher assim, forte.

Dona Creuza teve cinco homens e a mais nova era mulher, ela teve os dela primeiro que eu. E era assim, fulano faz isso, ciclano aquilo e fulano aquilo outro e, quem ficava em casa, ficava fazendo outras coisas de casa ou cuidando dos menores. Eles varriam casa, varriam o terreiro, torravam café, lavavam os panos dos menores.

Todos ajudavam na lida, até a menina, ela quando cresceu foi a primeira que foi embora, está para Santarém. Os meninos quando se formaram homem, saíram de casa, mas estão tudo aí, só tem um que mora perto dela, bem pertinho, o Raimundo.

E os meus filhos era do mesmo jeito, os maiores eu levava pra roça, cinco, seis anos já era grande e já podia ajudar. Os que podiam cuidar dos menores ficavam, e cada um fazia uma coisa para ajudar, bem pequenininho já tinha que ajudar também e assim a gente ia levando. Quando chegava já estava mais arrumado, o mais velho é que sempre estava comigo na roça, o Sid capinava. Mas todo mundo foi para roça, foram crescendo fui levando tudo, todos

aprenderam a fazer tudo, quando não podiam ficar, a gente fazia um cercadinho e colocava uns dentro e os outros ajudavam na roça. Agora que não fiz mais roça, consegui me aposentar e já entra um dinheirinho e não fiz mais roça, agora só capinar mesmo o quintal, o Sid (um dos filhos) ajuda até hoje.

Hoje sou aposentada. Me aposentei da lavoura.

Trabalhei muito na roça. A gente vendia farinha para o patrão, mas era mais para o gasto de casa mesmo, para o nosso consumo mesmo e não faltava nada para comer, graças a Deus que não. Naquele tempo tinha o peixe que era muito farto, a gente não passou fome. Tinha muita fruta, arroz, feijão, feijão a gente trocava por café que não tinha muito, depois veio a escola e aí tinha que comprar caderno e lápis, o que era mais difícil, porque era coisa muito cara. A gente trabalhava, juntava curuá, amontoava, e quando secava a gente ia vender, apanhava feijão, passava necessidade, mas a gente não abusava dos homens pedindo dinheiro. Aí quando eles chegavam a gente tirava uma despesinha, e quando eles viajavam a gente se virava.

A gente não chegou a passar necessidade, porque a gente se virava pra ajudar os maridos, hoje as mulheres não querem nada, não querem trabalhar, só reclamam dos maridos, naquele tempo não, a gente não esperava o dinheiro deles e nem as mensalidades dos patrões que às vezes não vinham. Tinham maridos que acabavam com o dinheiro, quando não tinha juízo, mas tinham maridos que ajudavam e chegavam com dinheiro, o meu era assim e assim a gente ia levando a vida.

Naquele tempo a gente comia peixe! Não tinha carne naquele tempo, só quando matavam um boi, um porco, aí os vizinhos nos davam um pouco, mas naquele tempo, peixe era muito farto, peixe graúdo, hoje tem só miudinho.

Eu não pescava, meu tio ficou em casa, era idoso e não tinha força pra ir pro balatal e aí ele pescava pra gente. E a gente fazia farinha, arroz, era nossa base. E fruta quando era tempo, tinha coco, cupuaçu, castanha, eles traziam dos balatais também quando vinham. E a gente se virava. Antes a gente tinha que trabalhar até dizer já chega, hoje é bom, tem ajuda maternidade, bolsa escola, bolsa família. Hoje se tem filho para ter dinheiro: é dois mil reais por menino! Hoje os netos não sabem nem pescar e até reclamam do que tem para comer. Naquele tempo se pescava flechando os peixes ou de linha. Depois veio a coisa do pneu, e colocavam pneus na água e quando viam estava cheio de peixes.

Aquele tempo só era ruim assim porque eles iam para lá e a gente ficava esperando, mas graças a Deus nunca traí meu marido. Agora as mulheres tudo, qualquer coisa traem o marido, naquele tempo não, a gente aguentava como mulher mesmo.

Eu nunca pensei em fazer isso com o meu marido. Hoje, qualquer coisa se separam, mesmo que estejam erradas, levam tudinho do marido. Naquele tempo não, a gente tinha a mensalidade do patrão, às vezes o patrão dava, às vezes não e a gente não dependia não, trabalhava mesmo e ainda vendia para o armazém, trocava, né? E naquele tempo não tinha telefone, levava meses para saber de alguma notícia de lá, só quando vinham mesmo, aí contavam o que acontecia para lá.

Mas era o jeito, né? Com meus irmãos foi assim, meu tio, quando era novo, foi também para o balatal, e as mulheres ficavam, né? Ir para o balatal a gente não podia, porque tinha as crianças e a roça aqui, então, a gente tinha que aguentar. As mulheres aguentavam. Cada um com seu papel, esse era o nosso: aguentar!

Era ruim, mas não tinha outro jeito, tinha que aguentar firme.

Nenhum dos meus filhos quis ir ao balatal, não sei o porquê. Quando o pai deles voltava contava como tinha sido lá, eles sentavam tudo no pé da rede e ele contava, naquele tempo não tinha televisão, a noite era hora de conversar as coisas, e ele dava muito conselho para os filhos, ele foi um bom pai. Mas nenhum quis ir não [silêncio].

Hoje é tudo no celular e televisão e nunca mais se escuta, nem conta história e nem faz mais nada assim de plantação como a gente fazia antes. Ele aconselhava tanto os meninos. Ele dizia que quando os maiores iam crescendo para trabalhar nas casas de São Diogo [comunidade localizada próxima a Cuçaru], dizia que o fulano ia deixar dinheiro e joia só testando e que não era para pegar.

Hoje não tem mais conselhos desses. O pai deles tinha esse cuidado e aconselhava muito os meninos, hoje não tem nada mais disso, hoje é só tristeza [silêncio]. Pois é, mas essa história só não foi bonita porque não recebemos os cinco mil da aposentadoria.

E ainda perdemos dinheiro, porque tinha uma advogada que veio no São Diogo dizendo que estava fazendo o cadastro dos balateiros. E a gente ainda pagou 250 reais para ela e não valeu de nada, era tudo mentira, e ele era balateiro mesmo, desde os dezesseis anos ele estava para os balatais mesmo e teve gente que nunca subiu num balatal e conseguiu se aposentar pela balata. Isso é que revolta a gente. Não sabem nem o peso de um bloco, nem que altura tinha a balateira, nada! E conseguiram.

Mas é aquilo, a justiça dos homens e a justiça de Deus. Aqui, graças a Deus nunca precisamos fazer isso com os outros. E eu quero que com essas entrevistas aí que a senhora está fazendo da gente, as pessoas fiquem sabendo o que esses advogados fizeram com a gente que não tem estudo, né? A gente acreditou neles e teve gente que recebeu, mas não mereceu. Isso está errado, meu marido merecia! A gente passou tanto sofrimento com ele para lá e na hora que

era para receber algo, não recebeu. Minha filha, por hora, eu estou cansada. Quer saber mais alguma coisa? Domingo é meu aniversário, venha por aqui, é coisinha nossa, assim simples mesmo, mas venha!

Menair dos Santos

Esposa do balateiro Raimundo Sérgio Pinheiro (César)

69 anos



Figura 10: Dona Menair
Foto: Amasa Carvalho

Quer saber daquele tempo? Ali foi luta! [risos]. Me casei tão nova, não lembro. Isso é o César quem sabe. César! [chamou o esposo e perguntou a ele], quantos anos eu tinha quando a gente se casou?

[O esposo veio lá de dentro da casa e se sentou junto dela. Ele respondeu]

Ela tinha 17 anos, eu tinha 18. Começamos a namorar ela tinha 16 e eu, 17.

[Eu perguntei voltando meu olhar para ela]

E como era casar com um balateiro?

[César se levantou sorrindo e disse que era melhor ele entrar na casa; ela sorriu e retomou a palavra]

Era assim, era difícil, mas era difícil para todas nós. Eles saíam para o balatal e a gente ficava e aí deixava pouco dinheiro e a gente ficava sofrendo necessidade, né? Se não fosse a sogra estar perto da gente, conversando, aí a gente sofria mesmo.

Nós dois nascemos e nos criamos aqui, nós dois e se conheceu por aqui mesmo.

Meu pai era comerciante e minha mãe era empregada, mas ele abandonou minha mãe sozinha e foi embora e nunca quis saber de nós. Não lembro dele. Minha mãe que criou a gente. Cresci sem ele, só com ela batalhando com todos pequenos. Ela trabalhava na casa da finada Filica. A dona Filica morava mais para ali, era mulher de patrão, eles tinham um comércio grande. Minha mãe era empregada dela e lutou para criar todos nós e meu pai desprezou todos

nós. Aí eu cresci ajudando ela a criar os menores, e assim eu cresci e logo que conheci meu esposo eu saí de casa. A gente se casou.

Meu esposo trabalhou muitos anos ainda no balatal, depois foi trabalhar nas colônias, sempre assim longe e a gente aqui. Era o jeito, né? Não tinha outro jeito. Os filhos foram chegando e eu tinha que ficar e ele sempre para as lidas.

Quando os filhos nasciam eu estava só, minha sogra que me ajudava. Eu tive ao todo, 10 filhos. Sofri um aborto e morreu outro com um ano e nove meses. Vivos, tenho oito filhos. Tem dois em Monte Alegre, um em Belém, outro em Parauapebas e os outros quatro todos em Manaus. Vai vir um hoje à tarde, por isso a arrumação na casa, porque ele vai vir. Mas quando eles nasceram, ele estava para o balatal, teve um que ele estava aqui, mas não lembro qual.

E foi lida! E quando ele deixou de ir para o balatal, ele ganhava as colônias e a gente ficava. Ele não parava, ele nunca ficava perto de mim, e eu tinha que entender, ele tinha que trabalhar, né? Eu não entendia muito isso, mas minha sogra vivia as mesmas coisas e dizia que era assim mesmo.

Ele ia para o balatal e eu ia para a roça, era cada um com seu trabalho e tinha que fazer e era o que a gente fazia. Trabalhei muito na roça, vixi! Com mandioca, feijão, plantava arroz, colhia curuá também. E, com o que a gente colhia, a gente vivia, ficava para a gente, mas, às vezes, a gente vendia também para tirar uma despesinha.

Ah, naquele tempo não tinha as despesas com fogão, água, energia. Naquele tempo a gente cozinhava com lenha, areava as panelas com areia fina, lavava roupa com sabugo de milho. Usava o óleo do peixe ou de banha para fazer sabão, mas a despesinha a gente tirava do comércio do patrão um tecido para fazer uma roupa, tirava também um creme, um remédio, café, açúcar, sal, tudo despesa de casa, um pouquinho de cada um, mulher de balateiro tinha direito de tirar.

Coisa para as crianças estudarem na escola, na creche que tinha, chegou tarde, mas chegou. A primeira creche, faz muito tempo e aí ficou bom, eu não tive como estudar, mas eles estudavam e ajudavam a gente na roça. Mas aí depois o César arranhou um emprego no motor de luz, antes era no motor. E aí ele foi ficando perto da gente e foi ganhando melhor e a vida foi melhorando e todos ficaram mais felizes. Mas aí quando a criançada foram inteirando os quinze anos eles foram indo tudo embora, nenhum ficou mais aqui, ficou só nós dois.

É difícil ver as crianças crescendo e saindo de casa para trabalhar em outros lugares, mas quando era ele quem ia, era pior. Mas o que tinha para fazer? Não tinha outro jeito. Eu e

minha sogra trabalhamos na roça desde cedo e continuamos trabalhando quando ele foi para o balatal, não tinha outro jeito.

Quando o menor morreu, foi muito difícil, ele morreu de infecção, tinha um ano e três meses. Dois dos maiores ficavam em casa arrumando as coisas e não limpavam ele direito, não faziam como nós, e aí já viu, pegou uma infecção. Mas a gente era obrigada a fazer isso: deixar os maiores cuidando dos menores em casa, enquanto os outros iam com a gente para a roça. A gente era obrigada.

Nós sofremos muito. Hoje em dia a gente não é rico, mas melhorou foi muito a vida. Minha mãe me ajudava também, dava quando não tínhamos as coisas em casa.

Hoje a casa é de alvenaria, mas antes era de barro, no chão mesmo, só um salão. Dormia todo mundo junto, a gente não tinha condição de fazer uma coisa boa. A gente morava para ali. Era chão mesmo, sofremos muito. Aí ele foi trabalhar no motor e aí foi melhorando um pouquinho e de pouquinho em pouquinho. O banheiro ficava lá fora, lá longe da casa, coberto de palha, cavado um buraco, tudo era assim, hoje é muito diferente. Tem sanitário e é dentro da casa, casa boa, banheiro é dentro mesmo. Antigamente a gente usava lamparina, a água a gente buscava na beira, longe, nos baldes na cabeça, as crianças cada um do seu tamanho traziam também, chegava à noite era lamparina e vela.

Eu lembro muito daquele tempo, me lembro sempre, era muito sofrimento, eu pensei que não ia aguentar tudo aquilo, mas minha sogra me aconselhava muito para esperar, para ter paciência e eu fico feliz por ter tido. Agora eu olho para trás, ele, quando vinha do balatal não tinha juízo não, e isso foi meu maior sofrimento, nossa vida podia ter sido diferente, mas foi muito difícil, era difícil para eles e era difícil para nós também. Ter paciência de esperar as coisas mudarem, era o que minha sogra pedia. Eu pedia a Deus muita força para suportar [choro]... e agradeço a Deus por ter aguentado tudo isso, foi sofrimento demais quando eles iam e a gente ficava sozinha, e ele, quando voltava, era pior, ele não tinha jeito, chegava com muito dinheiro e não tinha nenhum juízo [choro]...

Graças a Deus, ele mudou, e esse homem que eu casei, estou com ele até hoje, meu Deus. Eu me lembro muito pelo que nós passamos, agradeço a Deus porque tive paciência.

As mulheres aqui passavam pela mesma coisa, a maioria sim. Nossa sina era sofrimento [silêncio]. Isso que passei, muitas passaram. Muitas, os maridos já morreram, ou morreram para o balatal. Quando os outros balateiros chegavam de lá, contavam que quando iam procurar, o homem já tinha morrido pendurado, esfaqueado ou tinha caído no rio durante as correntezas, e a mulher ficava aqui sem nada e sofrendo.

Conheci muitas, muitas já morreram também. Mas o César, ele que me registrou no poder dele, eu não era registrada, minha mãe não tinha condição e ele que foi me registrar no poder dele para eu poder casar. Minha mãe ficou feliz, ela não tinha condições de nos criar [choro]. Ele quem registrou os nossos filhos também, os filhos iam crescendo e ele já ia registrando e tirando os documentos deles, foi muito bom nisso.

Mas vixi! Tinha mulher que nem via o marido quando voltava do balatal, já iam ver quando já estavam para ir de novo, com o César não foi fácil também [choro]. Era difícil. Hoje, ele é quem cuida na minha saúde, tenho problemas no meu joelho de tanto trabalhar e hoje é só nós dois e ele que cuida de mim, eu agradeço a Deus por ter dado paciência, senão, eu estaria onde agora?

Ele nunca me bateu, nunca precisei gritar para os vizinhos virem me salvar, separar briga, nunca. Ouvi vizinha gritando. Era muito difícil antes. Muito. E hoje também, às vezes, não é nem marido e as mulheres estão por aí apanhando que quase morrem de tanta porrada que levam, não sei como essas mulheres aguentam.

Eu disse para as minhas filhas quando saíram de casa, disse para elas: Olhem para o que a gente passou, arrumem um marido que saiba cuidar bem de vocês, assim como seu pai cuida hoje de mim. Hoje, graças a Deus só uma tem marido, ele é o saber dela, e a outra só trabalha. Eu tinha vontade de ir embora, se fosse por mim eu não estava mais nem aqui, meus filhos queriam muito que eu fosse embora, diziam que iam cuidar de mim, que era para eu ir embora com eles. Nenhum ficou, foram ganhando idade de 14, 15 anos e me chamando para ir junto, mas não fui, eu nasci aqui, me criei aqui e aí eu digo: Não, meus filhos, eu não vou, é aqui o meu lugar. Mas graças a Deus, eu fiquei, eles se preocupam muito até hoje, esse filho que vai chegar hoje, é muito apegado comigo. E mãe, já viu, mas eu não consigo sair, mas vontade não faltou, mas minha sogra conversava muito comigo, ela trabalhava na roça também, vivia o mesmo que eu, me dava muitos conselhos.

Ela dizia para eu ter paciência, para olhar a vida dela de luta também, das outras mulheres e eu tive. Hoje, daqui acolá vou ver meus filhos, eles mandam me buscar, eles querem que eu vá para lá.

Não vou embora hoje, porque eu arranjei marido aqui, então é aqui que tenho que ficar. Agora não tenho vontade de ir embora, mas já tive. As outras, minhas colegas também casaram, todas casaram e ficaram, né? Mas momento de raiva na família, já teve sim [choro]. Mas graças a Deus passou tudo. Acabou.

A parte boa daquele tempo eram esses meninos, a gente ia para a roça conversando, eu ia cantando e eles me acompanhavam. Chegava a noite, todos pequenos já tinham comido,

estavam cansados e dormindo. Eu ficava feliz de estar ensinando as coisas da vida para eles, eram muitos e não deu para passar tudo, mas o que eu pude ensinar eu ensinei. Não ensinei estudo, mas incentivei a aprenderem a escrever os nomes, todos eles sabem. Isso é meu orgulho. Hoje trabalham, buscaram uma vida melhor do que tiveram aqui. Mas foi aqui que aprenderam a trabalhar, a ser gente assim.

Creuza da Silva

Esposa do balateiro Juracir da Silva (Paçoca)

79 anos



Figura 51: Dona Creuza
Foto: Amasa Carvalho

Quando eles iam para o balatal era difícil, para eles e para nós também. Eu sei que para mim, era muito difícil, porque as crianças vieram vindo e todos pequenos e eu só aqui, e era muito difícil fazer as coisas, tomar as decisões. Eu trabalhava por nós e por eles. E os homens saíam e passavam seis a oito meses fora! Ele já passou dez meses fora e a gente aqui sem saber notícia! Quando o patrão era bom, ele dava dinheiro para comprar café e remédio; quando não era bom, era o jeito trabalhar para pagar as coisas, aí eu trabalhava, ganhava aquele dinheirinho e ainda criava dois cunhados.

A mãe dele morreu e ficou um filho dela de três anos e de dois anos e nós criamos. E aí eu tinha que dar conta, eu era homem e mulher, né? Ele roçava, já deixava uma parte plantada e outra deixava por plantar. Naquele tempo eu era nova, tinha força.

Minha mãe foi quem me ensinou a ser assim, ela trabalhava na roça, meu pai pescador, quando não ia para as colônias e eu ficava ajudando ela e aprendendo a ser gente. Quando vieram os meus filhos, foi o que fiz, ensinei desde que nascia a fazer as coisas por si e pelos outros e assim foram virando gente. Ensinei todos a serem homem e mulher, como eu fui.

Desde a hora de acordar, não tinha isso de ficarem dormindo não, todo mundo tinha suas tarefas, os mais velhos de cinco e seis anos vinham comigo, os de quatro já ensinava a limpar

a casa e limpar os menores, quando não levava tudinho comigo para a roça, no caminho já ia explicando o que fazer e o que não fazer, o caminho era longo, então ia ensinando as coisas.

Quando era tudo pequeno demais, fazia um cercado debaixo da sombra, deixava tudo lá dentro e já iam me olhando trabalhar, já iam aprendendo. Hoje tem um filho em Manaus, que não teve sorte com a esposa, se separou, e cuida sozinho da casa e dos dois filhos dele. E sabe fazer tudo dentro de uma casa, tudinho, porque quando eram crianças, eu ensinava isso para eles, ensinava a serem gente.

Ensinava que quando fossem trabalhar em casa de família, não era para pegar nada, nem dinheiro, nem joia, nada, porque as pessoas iam deixar lá solto, não porque esqueceram, mas para testar se eles eram decentes. E eu ensinei tudo isso para eles, o pai ficava só um ou dois, três meses aqui, então, era eu quem tinha que ensinar eles a serem gente.

Eu me casei com 15 anos e ele estava com 18 anos. E aí já viu, quando se casa já logo começa a chegar as crianças, e aí quando se tem filho o sofrimento chega, né? E aí vem um, vem outro, vem um, vem outro e vieram sete! [risos].

Os homens tinham que ir para o balatal e a gente tinha que ficar e sofrer. Mas naquele tempo tinha muita fartura, tinha muito peixe, muita fruta, e a gente ia escapando, a gente não tinha nada assim, mas fome nunca passamos.

E foi o tempo que os meninos foram crescendo e já foram entendendo e quando estavam assim com cinco ou seis anos já iam comigo me ajudarem no roçado e desde pequenino todos aprenderam. Hoje dizem assim: “Ah, você foi malvada com seus filhos!” Eu não fui malvada! Ensinei eles a serem gente!

Hoje tenho um neto que vem às vezes aqui, acorda às 10h da manhã, olha para a mesa e diz que não quer comer biscoito e café, quer pão e manteiga. Você vê? Ele quer escolher o que comer e não come o biscoito! Aí vai e deita no sofá, quer ligar a televisão e passar o dia assistindo televisão! O que é isso? Isso é ser gente? Ele olhando a comida com cara de nojo é ser gente? Não saber fazer nada dentro de casa é ser gente? Na minha cabeça não!

As pessoas me conhecem tudo aqui, viram como criei meus filhos e não tem nenhum doutor, mas todos têm suas famílias, fazem tudo dentro de casa e todos sabem assinar seus nomes! As minhas noras vêm aqui, e ficam: “Ai que seu filho, foi ontem pescar e ainda não voltou”. “Ai que já mandei mensagem para ele e ele não respondeu”. As mulheres hoje não sabem nada da vida não! Não sabem o que é esperar um homem por quase um ano e sem notícia nenhuma, sem nem saber se está vivo ou morto, e quando voltam é só um tempinho e já vão embora de novo e sabe Deus quando volta. E não tinha desespero, não.

Tinha desespero quando as crianças ficavam doentes, porque quando uma pegava uma doença, as outras todas adoeciam e aí eu sentava e chorava junto, porque não tinha remédio como tem hoje e o jeito era fazer chá e esperar ficarem bons. A palavra para nós aqui foi sempre essa: esperar. E assim eu tive sete filhos, tudo espalhado. Um para Monte Dourado, Santarém, Manaus, só tem um que ficou aqui perto de mim. A que está em Santarém não trabalha nem estuda, só vive para o marido, o saber dela é o marido dela. E aí eles vão vivendo. Aqui, meu marido viveu vinte nove anos da balata, vinte nove! E eu ficava só, eu me virava, trabalhava de terçado, cuia, machado, linha, o que me dessem para trabalhar eu trabalhava. E estamos hoje, graças a Deus nessa idade, os dois juntos, vivos, ele com 82 anos e eu com 79.

E casar com balateiro era bom, né? O balateiro era homem corajoso, forte [risos]. E eles iam e as mulheres ficavam, e sempre foi assim. A gente ficava mais tempo só, porque eles passavam a maior parte do tempo para lá, iam para explorar e depois voltavam para passar os meses todos lá, e chegava já era o tempo de voltar de novo. Mas antes não era como hoje, o marido sai e a mulher já está reclamando que não volta cedo, não volta logo. Naquele tempo não. A gente não se confiava em marido, tudo a gente sabia fazer e fazia. Agora que não faço, essa idade, meus joelhos não me deixam mais trabalhar, né? Mas quando eu era nova, mas rapaz, mas quando que eu recusava serviço, tem muita gente que lembra de mim aqui, pode perguntar para qualquer um, para trabalhar comigo, tinha que ser macho, porque se não, não aguentava, mas quando! Eu capinava, roçava, sabia fazer roçado, colhia, descascava curuá, castanha, fazia farinha, cansei de levar mandioca na cabeça e ralava no ralo, torrava, passava o dia inteiro na beira de um forno torrando farinha e nem trocava a camisa [risos]. Quantas fornadas eu fiz, só eu e Deus que as crianças não alcançavam. Imprensava, torrava, era tudo eu.

A nossa casa era uma parte de palha, barro e outra de tábuas. Era no chão e era mais para lá, demoramos para vir para cá e levantar essa. Naquele tempo não é que nem hoje que se tem uma casinha melhorzinha, né? Era embarreada, era bem difícil ter uma casa assim de tábuas, fechada, entabuada. As nossas casas tudo eram cobertas com palha, não era nem pregado, era amarrado, ia caindo e a gente ia amarrando outra, né? E assim a gente foi sofrendo um bocado. Mas aí as crianças foram crescendo e foram ajudando mais e aí a vida foi melhorando.

A gente começava a procurar a roça em julho, quando eles tinham voltado do balatal. Isso de procurar o lugar para plantar isso eram eles que faziam. Finalzinho de julho, início e agosto os homens saíam para derrubar as árvores grandes, mato alto e depois queimavam o roçado. Isso

eram eles para lá, às vezes eu ia, mas nisso as crianças não iam, eu achava perigoso demais, quando foram crescendo eu deixava.

Quando dava dezembro, janeiro, tempo das chuvas, tempo que os rios estavam enchendo para eles irem ao balatal, eu e as crianças, a gente ajudava a arar e plantar, às vezes, a gente fazia isso só nós, pois ele já tinha que ir para o balatal. Era a chuva chegando e levando eles rio acima. Janeiro, fevereiro a gente fazia aqueles carreirão de covas e ia plantando, fazendo o começo da roça, né? E aí quando dava as chuvas mais grossas, já estava tudo debaixo da terra. A gente ia e plantava arroz, milho, feijão, a gente plantou muito feijão, porque ele a gente conseguia vender e diziam que depois da balata, aqui era o feijão que sustentava a economia, né? Era o que diziam e mandavam a gente plantar e a gente plantava! A gente vendia quando precisava de um dinheirinho; quando não, a gente comia tudo! [risos]

Arroz, feijão, mandioca, tudo que era enquanto a gente tirava da roça, não tem quem tivesse que comprar, quando alguma comadre adoecia a gente ia e ajudava a plantar, quando ela estava melhor, ia lá e colhia, porque a terra aqui dava tudo o que plantasse! Dizem que a terra daqui é diferente, dizem que é muito boa, eu acho que é mesmo! [risos].

O que a gente quisesse era só plantar e ninguém precisava comprar. Porque isso de comer não tinha valor, não tinha valor para vender aqui, todo mundo tinha! A terra não tinha dono assim, se tinha, ninguém sabia de quem era, e era só a gente entrar no mato fazer o roçado e plantar, porque dava, tinha chuva em abundância, terra em abundância. Todo mundo tinha!

Tinha a casa de farinha aqui e se juntava aquele mundo de gente para fazer farinha, beju, o que quisesse fazer. Aí se juntava aquele puxirum, e descascava, torrava, conversava, cantava enquanto fazia, as crianças tudo sentada no chão ajudando no que podia, e hoje não vejo isso, as mães vão tudo para a frente da televisão e ninguém ensina nada de ser gente. Ninguém tem roça mais, hoje o de comer tudo é comprado, antigamente não!

Olhe, dona menina, nós trabalhamos muitos anos com roça, mas a senhora acredita que nunca vendi um torrão de tapioca para ninguém daqui? Aquela porção de tapioca, para fazer um beju, nada, a gente dava assim entre a gente, mas vender? Não! Para ninguém! Um tinha tapioca, outro tinha arroz, outro tinha peixe e assim a gente vivia.

A gente falava que quando a gente fosse morrer ia para o céu! [risos]

Tinham aquelas vizinhas que não ajudavam, que não foram gente, mas eu sempre que podia ajudar, eu ajudava. Eu fico assim porque digo que não presto mais para nada, mas ele [esposo] diz aqui que meu coração é bom.

A senhora pode vir em qualquer horário; se tiver com fome, come. Se quiser um pouquinho de água, tem de coração assim. Mas tem gente que não é assim, anda nas casas e só toma um

copo de água, porque pede. Mas eu não sou assim. Tem o Lucinaldo aí que me conhece bem, é cria de casa.

E meus filhos aprenderam a ser assim.

Eles estudavam. Quando já eram grandes, chegou a creche, mas foram. Do pouco que eu ganhava dava para comprar o material, a roupa deles, às vezes as professoras ajudavam e davam, às vezes não. Estudaram!

Dona menina, todos sabem assinar o nome deles!

A que mais estudou foi a menina que mora em Santarém, a Branca, ela estudou muito, os outros não estudaram mais porque iam crescendo e já iam saindo para trabalhar. Mas tudo, graças a Deus, sabem assinar o nome, pegam qualquer serviço, como eu fazia quando eles eram crianças.

Graças a Deus, quando eu adoecia, tinha que dar meu jeito para ficar boa logo, porque naquele tempo a gente se curava todo com remédio da terra. Não é que nem hoje que tudo é comprado, é médico, hospital. Naquele tempo não.

Sofremos sarampo, guariba, aquela tosse velha perigosa, umas piras que ninguém sabia o nome, sofremos um grande mal naquela época. Mas graças a Deus, o remédio naquela época era de Deus, né? Aí ficaram bom e estão hoje espalhados tudo por aí e eu estou aqui, graças a Deus, ainda.

Eu sempre pedia quando meus filhos eram pequenos, eu pedia para que Deus não me tirasse, para meus filhos não ficassem sós nas mãos dos outros. Porque é tanta história que a gente ouve, mas Deus me ouviu.

Quando meus filhos vêm aqui, quando chegam em casa é a maior alegria, porque não tem alegria maior do que os filhos quando voltam para casa, né? A senhora tem filhos?

Essa minha filha não é casada. Ela diz que não tem vontade de casar não. Ela só ficou estudando e trabalhando, ela diz que quer um futuro melhor, aí só depois ela diz que vai arrumar um casamento, mas agora não (risos). Naquela época, não tinha assim de escolher não casar. Os tempos são outros. E que bom! Eu sofri mesmo. Fazia carvão, fazia tudo.

Tinha ajuda de uma vizinha e da minha mãe, ela era muito trabalhadora, ela me ajudava muito, já as vizinhas, não era direto, só a época dos mutirões e aí tinham os puxiruns, porque sozinhas não dávamos conta, aí a gente se juntava mesmo. Pegava umas cinco e entrava mato adentro com um mundo de criança atrás, tudo piquixito, era bonito de se ver.

E aí quando eles estavam aqui, já era tempo de roçar de novo. Eles já deixavam tudo capinado, roçado grande eles faziam e era só o que faziam quando ajudavam, porque iam embora e ficavam fora, já passaram dez meses fora! Eita, eu sofri mesmo.

Não era fácil, ter filho pequeno e o marido não parava perto, não era fácil, não. Era difícil, e é o que falo para as noras: Hoje em dia teu marido sai para pescar, passar três dias fora e quando volta tu já fica nervosa, pensando que ele estava para não sei onde. Não sabe o que é sofrer, não! Eu passava meses, quase um ano sem ele e sem notícias. Elas ficam aqui no celular e ficam chateadas porque eles não respondem logo! Eles estão trabalhando, eu digo para elas!.

E elas aqui, com eles direto, eu não tive isso, às vezes, eu chorava junto com as crianças, quando eu adoecia, as crianças adoeciam tudo junto e eu tinha que ficar boa logo. Quando eu adoeci de sarampo, todos adoeceram, um atrás do outro [choro].

Um chorava para um lado, outro para o outro.

Um das crianças adoeciam mais e outras menos e a gente chorava, porque a gente vê o filho da gente doente, sofrer e sozinho, sem pai, só a gente, mas a gente foi levando. Muitas mães deixam seus filhos por aí, jogam na água, lixeira, numa caixa, abandonam. Não é fácil. Ter filho sozinho é muito difícil.

Outro dia ouvi no jornal que uma mãe, em Santarém, arrumou a criança de dois anos, deixou lá no viaduto, brincando e foi embora, e quando apareceu a polícia, levou a criança! É mãe sem coração, mas quando! Ela vai se arrepender tanto, porque é muito sofrimento, mas ver eles crescendo e trabalhando e tendo suas casas, suas vidas, é tão bom, sabe? Mas, hoje, as mulheres não são assim.

Não sei se meus filhos lembram de mim, mas eu não me esqueço nenhuma hora de nenhum deles.

Ele [esposo] também. Quando ele chegava do balatal, eu ajudava. Quando vinha doente, eu cuidava. E ele era chamado para trabalhar direto, chamavam ele para as colônias, porque ele trabalhava bem e gostavam do trabalho dele e ele ia e quando dava a época de ir pro balatal, ele voltava de onde ele estava, vinha aqui e ia para o balatal. Ele gostava mesmo era de trabalhar na roça, aí depois acabou o trabalho no balatal e ele ficou na roça mesmo, fazendo farinha. Aí não tinha mais balata e passaram a comprar da gente para vender nos comércios daí tudo e vendemos muito, nossa roça era grande, trabalhamos muito.

A roça não era nossa, porque a terra não era nossa. Era terra de ninguém, devia ter dono, né? Mas todo mundo ia, fazia seus roçados, e não dava as contas para ninguém. Era muito mato sem ninguém naquela época, aqui mesmo tinha umas vinte casas, tudo distante uma das outras, hoje é assim, tudo junto, deve ter um *mundaral* de casa hoje.

Naquela época se tinha vinte, era muito, e todas distantes. Ele tinha roça também para as colônias que ele ia trabalhar, ia trabalhar e já fazia roçado, capimzal, plantava milho, feijão e

assim ia vivendo, né? Mas as coisas foram acabando, aí ele sentiu muita dor e sofreu próstata, se operou e parou de trabalhar. Isso é complicado, mas naquela época? Aaah, um balateiro, isso é que era homem! [suspiro e risos].

Era muito bom casar com balateiro. Iam só os machos mesmo e isso era bom e o ruim é que ficamos muito sós. Mas era ruim, a gente casava, mas sabia que não era como um casamento assim que casa e fica junto todo o tempo, porque a gente casava e sabia que não ia ficar junto, que eles iam ficar mais tempo fora do que com a gente, mas a gente queria e aceitava. Ele não podia levar mulher, então a gente aguentava. Aquelas que não aguentavam essa vida, quando eles voltavam, elas já estavam com outros, já tinham ido embora para a cidade. Já aquelas que tinham opinião, quando eles voltavam, elas estavam aqui com tudo em ordem. E foi assim.

Teve muitas que não aguentaram. Teve uma que, quando o marido voltou, soube que a mulher tinha ficado com outro, esse balateiro deu um tiro no cabra e foi embora, trabalhar nas colônias e nunca mais ninguém soube dele. A mulher ficou com os filhos todos e sem nada, nem ajuda dos patrões, porque não era mais casada, então não podia tirar as coisas no armazém, nada. Aí ela foi para Monte Alegre trabalhar nas casas de família para criar os filhos. Dizem que não conseguiu mais casar e sofreu que só para criar tudo.

Mas as mulheres iam embora, faltava o dinheiro, não aguentavam e iam embora. Outras ficavam e sofriam, as que tinham opinião, ficavam. Eu e outra dali se ajudávamos e muito no roçado, íamos juntas, levávamos as crianças todas, fazíamos um cercadinho assim e lá ficavam. A gente conversava muito, explicava, sentiam falta do pai.

Os meninos queriam ir junto para o balatal, mas eram muito pequenos, não podiam ir, então ficavam trabalhando na roça e a gente ensinando a ser gente. Mas graças a Deus, nunca precisei pedir nada a ninguém, muito sofrimento, mas tinha quem ajudar, o pior era quando adoeciam mesmo, aí eu tirava um crédito, porque nada a gente precisava aqui, então a gente guardava um troquinho aqui e acolá, mas era sofrimento e solidão.

A parte boa era quando o marido era bom pra gente, mas tinha marido ruim que extraviava dinheiro, chegava e ia direto para a cachaça, voltava igual bicho, animal, mas o meu não, ele não bebe, então, não faltava nada, porque ele não bebia, não tinha camaradagem, mas muitos e muitos não, vixe!

O que essas mulheres sofriam, sofriam quando iam e quando voltavam mais ainda, porque voltavam tudo bêbado e se faziam violentos e era aquele sofrimento.

Porque chega assim e eles tiravam aquele trocado e ficavam cego com bebida, né? E não precisa disso, né? Não gasta com besteira, coisa sem necessidade, agora outros tantos não, bebiam, gostavam da festa, da sacanagem e aí era difícil, né?

Chegava e tinha aquelas bebedeira, festa, rojão, mulher, tudo! Ficavam cegos! Mas ele não gostava dessas coisas, aí tinha dinheiro para um tempo, dava para comer coisa diferente, comprar coisas para a casa, fazer a casa de farinha, a maior era nossa. E a gente até empregava gente para fazer farinha, vixe! E mesmo assim, mesmo tendo o dinheiro, a gente trabalhava e sempre tinha.

Mas muitas mulheres, vixe! Sofriam muito, o marido chegava porre com arma para matar a mulher, dizendo que ela tinha tido outro homem e as mulheres corriam para dentro do mato com os filhos, para não morrerem, a gente só ouvia os gritos, mas a gente não se metia, é briga deles, né? Depois a gente conversava, aconselhava, mas tinha que ficar, não tinha outro jeito, né? Mas teve mulheres que foram embora, não aguentaram, as que eram fortes ficaram. Eu nunca fiz uma clínica.

É clínica, ir para o hospital para parir. Eu nunca fui, minha avó era parteira, fez um curso com uns padres, andava com uns vestidos que cobriam o corpo todo e todas as mulheres aqui eram amparadas por ela, quando ela morreu, todo mundo ficou triste, o que ia ser das mulheres que iam parir, iam ter que ir para o hospital e lá ainda botam um monte de complicação, deixam o parto mais difícil do que já é. Naquele tempo com ela não.

Ela endireitava a criança pegando na barriga, conversando com ela e com a gente, acalmava, conversava e nascia. Aí a fralda de um a gente escaldava, secava, guardava numa caixa. Hoje não! Tudo tem que ser novo, tem que ser comprado, essas fraldas descartáveis deixam eles tudo assado, tudo cheio de alergia, mas não, tem que ser tudo novo.

As mulheres hoje fazem chá de bebê só querendo o que é melhor, tudo novo! Joga fora tudo do filho anterior, não dá para entender não! E aí passam o dia no celular e na frente da televisão, como é que vai ser gente um dia? Não vai! E aí estão hoje batendo em professores, nos próprios pais! Mas quando!

O que estão fazendo hoje está tudo errado. A senhora vai escrever o que eu estou falando aqui? Então, escreve aí: hoje está tudo errado!

E quando a gente fala, ainda reclamam! Por isso eu ensinava os meus tudinho a serem homem e mulher, a serem gente. A gente ia caminhando para a roça, tudo pequeno e eu a comadre dali, ela ia pra roça dela e eu seguia para a minha, tudo pequenino, e ia explicando as coisas, endireitando os que eram malinos [danados], aconselhando, explicando como fazer as coisas direito e hoje tudo tão aí, nenhum foi preso, nem coisas com drogas, não tem problemas com bebidas, não ficaram pelos bares daqui, como muitos, nada disso.

Hoje é tudo tão solto, vejo as crianças passando o dia na frente da televisão, naquele tempo não, não tinha essas fraldas de hoje, essa coisa que hoje os pais não estão nem aí, eu acho isso tão estranho.

Como essas crianças vão ser quando adulto?

Onde vão trabalhar se não sabem fazer nada?

Como vão ser para os maridos, para as esposas?

Isso aí que a gente vê?

Minha nora toda desesperada, meu filho sai para o trabalho. Vê se pode? Quando eles vêm para cá me ver, passar uns diazinhos eu aconselho muito ela, conto como a gente viveu, e o quanto ela tem que trabalhar também e cuidar das coisas dela.

Eu não dependia do dinheiro dele não, eu ia atrás do meu, só quando adoecia mesmo e não tinha jeito, mas não era porque ele trabalhava que eu não ia trabalhar, não!

Eu era como minha mãe era e me ensinou a ser: homem e mulher dentro de casa, na roça e foi assim que ensinei meus filhos a serem também, a serem gente.

Escreve aí que esse jeito de agora está tudo errado.

A gente não desistiu! Quando a gente chegava da roça era muito cansada, mas desistir? Minha mãe não desistiu. Eu mesmo já chegava e vinha direto para casa puxando as crianças tudo, aqui era banhar, limpar as feridas, fazer comida, comer e dormir cedo, porque cedo a gente levantava de novo.

Eu não ficava pela casa de paricera [colegas], não gostava de andar pela casa de ninguém. Já tinha coisa demais para fazer na minha e aqui eu ficava fazendo.

A casa da minha mãe e dos meus tios eram perto uma da outra, a gente se ajudava e assim ficava. Ia para o serviço, e quando voltava era assim, não tinha tempo, era capinando, lavando uma roupa, varrendo, ajeitando a casa para cedo levantar, olhava as coisas deixando tudo só no jeito para o trabalho, chegava uma hora e deitava cansada já pensando o que fazer no outro dia.

Mas tinha a d. Santana. Eu e d. Santana éramos parceiras de juntar tucumã para vender para quem criava porco. O caroço a gente juntava, tinha o curuá também e compravam da gente, era bom. A gente fazia carvão para vender também.

O meu filho mais velho, o Raimundo, torrava o café, me ajudava no roçado, capinava; o Jeco, foi o segundo, ele ficava e tomava conta dos outros, varria a casa, limpava a cozinha, lavava roupa, mas rapaz, cada um tinha a sua tarefa.

Fulano faz isso, ciclano faz aquilo.

Quando eram muito pequenos, a mamãe ficava com eles, mas quando foram crescendo cada um levava sua enxadinha.

Tudo perto de mim ali, tudo que eles tiravam já era ajuda, mas rapaz.

Para carregar mandioca, cada um com maturá nas costas e vinham embora, não davam nem confiança. Diziam que eu era malvada com meus filhos. “Malvada são vocês! Os meus vão ser gente”.

Hoje sabem trabalhar, eu vou criar debaixo da saia para depois não saberem fazer nada, tudo preguiçoso aí, nas farras. Os meus não! Desde pequeno aprendendo a fazer e a me ajudar, hoje em dia eles tudo sabem fazer as coisas, e assim foram ajudando e a gente foi melhorando a casa e hoje a gente mora aqui.

Isabel Batista Maia

Esposa do balateiro Se Quiser (Domingos Maia)

59 anos



Figura 62: Dona Isabel
Foto: Amasa Carvalho

Eu me lembro de uma vez que ele veio doente de lá, uma rasgadura aqui na frente dele, e ele veio aqui foi se tratar em Monte Alegre e disse: “Eu já vou e você vai comigo”. Aí eu ficava lá na beira da casa, eram três crianças que eu tinha na época, aí eu vinha para cá e eu ia lá, para ver se ele me dava a coisa do dinheiro. Quando que muito peleva ele dava, mas ele não dava tudo de dinheiro para eu me manter aqui com os meninos. Aí ele foi embora para lá trabalhar, comprar remédio, se tratar de vez, tomar remédio e depois ele voltou e quando voltou já foi para o balatal trabalhar. Ele não deixava todo o dinheiro que ele ganhava lá, e sumia por tempos, e aí quando voltava já era para ir para o balatal.

Mas sempre foi assim, a gente se casou aos 17 anos e mesmo antes da gente se casar, ele já trabalhava na balata.

Antes de eu me casar, eu trabalhava nas casas de família e ele já era balateiro. O que nós fazíamos aqui era trabalhar.

E era difícil! Ele ia para lá, passava uns tantos tempos, aí que ele vinha, trazia, deixava dinheiro pras crianças, aí era bom. [risos]

Eu ficava aqui com os curuminzinhos [crianças], aí quando a gente via, ele chegava, eu não trabalhava, tinha o dinheiro que ele deixava, tinha minha mãe que ajudava, e aí eu ficava só cuidando dos meninos.

Meus pais moravam muito longe, mas a gente sempre se via. Quando acabou o trabalho na balata, ele foi se embora para colônia, trabalhar para lá, e aí ao invés de balatal era colônia e assim ia, mas era do mesmo jeito, ele vinha deixava o dinheiro, passava uns tempos para lá, vinha e depois ia de novo.

Eu fui lá para a colônia uns tempos também, aí lá tinha roçado, a gente plantava, colhia, capinava todo ano dava bem colheita lá, terra fértil, dava tudo que a gente plantava. Aí eu acho que ele enjoou de lá, não sei, mas quis vir embora com tudo, e aí viemos embora para cá de novo. E aqui já temos 25 anos que voltamos da colônia e assim vamos levando a vida, né?

Ele se aposentou, eu também pela lavoura e aí estamos aqui. E os filhos vieram tudo assim, aqui e lá na colônia. Eu tive duas barrigadas de gêmeos, disseram que é genético, né?

A família dele teve gêmeos também, e aí eu fiquei com medo, porque a briga estava grande demais. O primeiro, segundo, terceiro, o quarto eu tive tudo em casa, mas a quinta e a sexta barrigada foram de gêmeos e aí eu já estava para a colônia e fiquei com medo de ter para lá e procurei o hospital.

Aí pronto, o último foi também no hospital, tenho já quatro netas, que eu estou criando, os filhos estão todos para o mundo, só dois ficaram aqui, trabalham ali na pesca, né? E as netas estão tudo aqui comigo não me largam, tem aquela ali e as duas que estavam na porta quando a senhora entrou, tudo são minhas netas, a outra deve estar escondida com vergonha, estão todas aqui comigo.

Eu que converso, ensino as coisas, as mães estão para Macapá, Manaus, Santarém. Mas aí conseguiram o [programa] “Bolsa família” que ajuda com 100 reais por menino, mas já é uma ajuda.

Melhor que naquele tempo. Não tinha trabalho aqui, então ele ia pescar para conseguir dinheiro. Agora que ele não pesca mais assim para conseguir mais dinheiro, agora é só assim, só para gente mesmo.

Naquele tempo era bem simples, até nossa casa. Ah, antigamente, era de pau, palha, remendo, aí a gente trocava só as palhas, as chuvas eram bem forte e tinha muita árvore ao redor, não é como hoje, cheio de casa, uma do lado da outra, eram todas distantes. Mas o dinheiro que a gente recebe junto não dá para nada, só para gente mesmo, só ganha 800 e aí não dá para trocar de casa, arrumar alguma coisa. Aí a gente botou esse comérciuzinho, aí a gente tem tirado um pouquinho mais.

Antes era muito diferente, hoje tudo se compra, antes não, comida não tinha valor. Tem o Bolsa família para ajudar, mas o das duas mais novas já cortaram, e disseram que vão ter mais cortes, e tudo é gasto, escola gasta com livro, e tem coisa na escola para comprar telha, fogão e os pais que tem que ajudar com as comidas e se a gente quiser comer, tem que pagar!

Sete de setembro é roupa, é tudo que a gente tem que fazer e chega a dar uma tristeza isso, porque eles sabem que a gente não tem muito e cobram e para a gente não ver nossas netas fora das coisas da escola, a gente vai e faz, mas é muito difícil e antes era muito mais, não tinha tanta cobrança, mas é porque não tinha nada, não tinha escola, era só roça, era a escola deles, a escola da vida. Mas estamos levando.

O momento mais difícil foi quando acabou a ida ao balatal e ele ficou aqui sem trabalho e os meninos todos pequenos demais e ele foi para a pesca até aparecer a colônia para ele trabalhar. Mas até isso, foi difícil, tinha gente que vinha da cidade e pedia para eu dar meus filhos, aí eu engravidei dos gêmeos e pediam para eu dar um mas aí eu pensava que se Deus me deu é porque estava me experimentando para ver se eu aguentava, se eu era forte para criar. E eu fui forte.

Não passamos fome, mas por dificuldade sim. Hoje estão todos trabalhando, coloquei todos na escola, só não consegui colocar na faculdade, mas o quanto eu pude colocar para estudar eu coloquei. Teve um que não queria fazer o segundo grau, mas eu disse que era para terminar os estudos. Mas essas foram as dificuldades.

Teve uma vez que ele me deixou só lá em cima, lá perto da estrada, deixou dinheiro e foi para o balatal. Eu sei que eu me vi ali e disse: Eu vou voltar para a casa da mamãe. E fui embora de lá, é vida difícil demais, peguei meus trecos, peguei meus filhos e vim embora. Quando ele chegou eu já estava era aqui, na casa da mamãe e aí que ele foi fazer uma casinha ali perto da dela.

E quando era lá da colônia ainda foram chamar ele para ir para o balatal, mas já era pouca encomenda, ele ainda foi uns três anos para o balatal depois que a gente se casou. Disseram que ele era bom. Tinha patrão que vinha atrás dele, querer que ele fosse balateiro dele, era disputado, e tinha rojão, era festa para ele e tudo aqui.

E os patrões sempre deixavam coisa para a gente, não faltava, diziam que ele era bom balateiro, acho que ele gostava, fala até hoje de lá. Hoje estamos aqui, velhinhos os dois, dificuldades já passamos, só criando as netas, estão todas de férias. Ele conta que um ano fez muita balata, teve um ano que ele adoeceu muito e veio para cá, se tratou, foi no último ano foi quando já vinham de avião e trataram dele, deram remédio, foi numa senhora, porque

rasgou aqui, e foi uma rasgadura, costuraram no hospital e mandaram ele de volta para o balatal, ele tirava muita balata, e mesmo com tudo isso, ele tirou muita balata.

Me deixou no tempo da enchente e se mandou para o balatal. Foi no tempo da água grande, aquela beira ali estava tudo cheia, andava por cima das tábuas para sair de lá, eu tinha uma fileira de curuminzinho e aí os mais novos, estão com 25 anos, os últimos gêmeos, são bem jovens, os outros dois gêmeos estão com 35 anos.

Meu pai era pescador também e minha mãe era costureira, costurava roupa para balateiros! Costurou por muitos anos. Eu costuro também, mas só assim para casa só, não era para vender como ela. Eu cresci vendo minha mãe costurar para esses homens! Eram tantas camisas, eram tantas calças, eram aqueles negócios de botar o leite, ixi maria, era tudo, e era na medida!

Ela entrava madrugada fazendo costurando com lamparina aquelas coisas todas, naquele tempo não tinha energia, era tudo muito dificultoso.

Ela tinha daquelas máquinas antigas, ela sempre gostou de costurar, aí uma vez essa máquina quebrou e era tempo de arrumar para subirem para o balatal, aí os filhos que moravam em São Miguel se juntaram e compraram outra máquina para ela e aí ela recebeu daquela safra.

Os balateiros traziam os panos, até os botões das camisas, linha, tudo traziam para ela só fazer, nada era dela, só a máquina e os balateiros traziam tudo. E aí tiravam as medidas e eles iam embora, ela costurou até com uns 70 e poucos anos.

Mas ela costurou por muitos anos, desde nova ela já costurava para esses balateiros, mas aí com uns 74 ou 75 anos ela adoeceu das pernas.

Minha mãe costurava e trabalhava em casa, quando a gente morava em casa eu ajudava, alinhavando quando ela pedia, mas sabe como é menina nova, eu dava trabalho. [risos) Eu não era a mais nova, mamãe teve muitos filhos, teve 14, mas morreram dois, meus irmãos chegaram a ir para os balatais, mais de quem queria ser balateiro, mas queriam ser bons balateiros, até o papai foi trabalhar na balata, naquele tempo mesmo, de meses para chegar lá, foi nesse tempo que o papai foi, ele conseguiu se aposentar na balata e a mamãe também conseguiu, mas aí morreram e ficou para lá essas coisas. Eles passaram muita coisa, viam onça, o patrão não levava despesa e eles passavam muita dificuldade de remédio. Mas aí ficavam bravos, e aí levavam para eles. Já veio muita menina fazer entrevista com meu esposo, ele já contou muito essa história.

Às vezes, eu ficava ouvindo, quando vinham fazer entrevista e eu ficava lá e ele conta que uma vez ele deu um tiro numa onça, era mais caça que eles comiam, mas eu não quero nem papo com balata, mas ele gostava muito. Mas eu disse que isso não é mais para ele que é

velho que está baixando pressão, mas aqui tem muitos, bem ali tem a mulher de balateiro, mais para ali tem também.

Elas vão te contar, chamavam isso aqui de “vila de mulher só” riam que só da gente por causa disso. É que eles iam embora e a gente ficava aqui só com os velhos e os curumim, mas sempre foi assim. Meu avô, meu pai, meus irmãos todos foram balateiros. Foram lá, nem que fosse umas safras. E as mulheres ficavam costurando para eles, cuidando deles quando voltavam, sempre foi assim. Por isso chamavam aqui assim, era coisa de muito tempo.

E não era ruim, não. Minhas filhas perguntam como eu aguentei essa vida - eu aguentei como minha avó aguentou, minha mãe aguentou e como elas aguentam e vão aguentar as coisas que os homens fizerem para elas. O homem tem as coisas dele e ele faz, as mulheres têm outras e, no meio, está isso de aguentar.

Doracir Vieira de Sousa

Esposa do balateiro Arivaldo

Macedo (Triste)

69anos



Figura 73: Dona Doracir
Foto: Amasa Carvalho

Aquele tempo lá? Era pejeja! Eles deixavam um dinheiro, pouco, mas deixavam e os patrões ficavam para dar as mensalidades.

O que nós fazíamos era ganhar o roçado, e tinha um senhor ali que quando a gente precisava a gente pegava fiado com ele. E às vezes, o patrão era bom, outros não, e assim a gente ia levando até eles chegarem.

Às vezes a gente pegava a cidade pra vender um porquinho, uma galinha, às vezes fazia uma farinha e vendia. Porque eles ficavam até oito meses fora. Então, o dinheiro era do roçado.

Era eu, a dona Creuza e uma outra senhora dali. A gente capinava os quintais dos patrões que às vezes pediam e a gente ia, levava as crianças e tirava um dinheirinho.

Eu tive dez filhos! Todos vivos, graças a Deus! O mais velho foi quem ficou em casa, não casou. Um mora em Belém, outros Manaus, outros São Diogo e tudo por aí.

Mas quando crianças, não tinha babá, empregada que nem hoje, e nem dinheiro para isso, era tudo a gente que fazia junto e se ajudava e a gente fazia um cercadinho e colocava as crianças dentro enquanto trabalhava e os mais velhos cuidavam dos menores.

Os mais velhos tinham uns cinco anos, mas já cresciam sabendo que tinham que cuidar dos menores pra não comerem terra ou se baterem, enquanto a gente trabalhava no roçado. E quando não tinha como levar, uma vizinha ficava, quando não ia trabalhar, os filhos ficavam todos com a que não ia trabalhar. E ela cuidava bem deles todos. E a gente saía atrás de lenha pra vender, fazer terçado, machado e a gente cortava madeira pra vender, a gente fazia carvão, e ia levando até os homens chegarem.

Aqui a gente comia era peixe, muito peixe, era farto peixe naquele tempo, mingau de farinha, tapioca, mandioca, laranja, quando matavam um porco davam um pedaço pra gente.

E eles trabalhavam quando chegavam. Iam ver a roça, ver o mato para baixar, a terra para queimar e antes de eles irem para o balatal, eles deixavam plantado maniva, feijão, arroz. Por

volta de dezembro que tinha chuva eles plantavam, dois, três meses depois já estava colhendo. Terminava as colheitas em maio ou junho e já era só para vender ou para consumo mesmo.

Mas, para conseguir dinheiro, bom mesmo era a venda do feijão. A senhora sabe que até hoje Cuçaru é conhecida pela venda para fora de feijão? Antigamente era balata e feijão, hoje é peixe e feijão que vendem. Feijão é só plantar que dá e dá muito.

Meus filhos nunca souberam o que era leite, pão. Era no mingau de farinha e eles tudo cresceram e são fortes. Minha filha que mora em Santarém me liga dizendo que sou uma guerreira por ter criado sozinha os dez filhos. Porque eu criei sozinha eles.

Os maridos vinham passavam uns três, quatro meses só em casa e depois iam para os balatais de novo. Aí quando ele parou de ir pro balatal ficou na pescaria e aí parou mais em casa.

Eu não ia sozinha para a roça, eu sempre ia com uma vizinha. E quando eles já tinham seis anos já iam comigo com machadinhos e iam trabalhar.

Quando eu paria, as mulheres vinham varrer minha casa, lavar a roupa dos meus filhos, quando elas pariam eu ia fazer o mesmo por elas. Era pouca gente aqui, era só a nossa casa, a da vizinha do lado, tinha uma na frente, mais umas duas casas pra lá, tinha a da dona Creuza, o resto era tudo mato.

Quando eles iam pros balatais, ficavam só os velhos pescadores ou os doentes e as mulheres. Só! Mas graças a Deus, não passamos uma vida boa, mas estamos vivos.

Minha mãe morreu eu era pequena. Meu pai era balateiro e quase nunca voltava e minha madrastra era muito ruim comigo. Meus irmãos morreram criança, só ficou eu. Eu fui embora da casa dela. Ela disse que ia me arrepender, eu tinha doze anos quando saí e me casei e eu me arrependi mesmo. Mas não voltei não.

Tive meus filhos todos aqui, não tinha hospital, nada. Eu era uma menina, mas a avó dele era parteira, uma Nossa Senhora aqui e meus filhos todos nasceram. O último quase não nasce, porque teve um problema e quase eu morro, mas ela me ajudou e a dona Creuza também.

Não tinha remédio aqui e aí era mais lento tudo. Era tudo remédio caseiro, agora não, tudo é da farmácia. Mas naquele tempo não, era casca de árvore, folha das plantas, e esfregava no peito deles, picada de bicho tinha os chás certos, demorava, mas curavam. Meu último filho nasceu deficiente de uma perna e pedi pra chamar ele [esposo] do balatal, mas não veio, eu precisava de dinheiro pra ir pra Santarém, porque em Monte Alegre, naquela época, não tinha médico. Então, eu e umas vizinhas se juntamos, pegamos umas galinhas e bingou [fez um bingo] pra juntar dinheiro e conseguimos!

Nós fomos com ele para Santarém, mas o filho não teve jeito, ficou deficiente da perna. Mas graças a Deus sobreviveu. E era assim, a gente se ajudava, uma ajudava a outra quando

precisava. Às vezes, a gente ouvia alguma gritando pedindo ajuda e a gente saia correndo pra ver o que era, e era o filho tendo ataque, falta de ar, e as vizinhas faziam chá, benziam e passava, porque se não passasse era morte, não tinha como correr daqui assim atrás de médico, só às vezes, quando era grave assim a gente se juntava para conseguir dinheiro e ir se tratar.

Os homens que ficavam, eram muito velhos e não se metiam, ajudavam quando traziam peixe. O meu filho mais velho que trabalhou mais de todos e nunca saiu do meu lado.

Ele não conversa e não gosta nem de falar sobre balata.

Ah, ele é assim. Calado. Nunca casou.

A senhora já viu cacho de curuá? [eu respondi que não e ela perguntou se eu queria ver e eu disse que sim e ela me levou até o quintal].

Sebastiana Barbosa Pinto

Esposa do balateiro Genésio Pinto (Goné)

78 anos



Figura 84: Dona Sebastiana
Foto: Amasa Carvalho

Hoje é um dia de muita tristeza, minha filha. Hoje faz três meses que ele [esposo] morreu. Ele trabalhou tanto na balata, tanto, disse que um dia o dinheiro viria e morreu quando viu que o dinheiro veio e eu estava bem, ele não me deixaria ruim. Eu sabia que ele ia se emocionar muito quando visse o dinheiro todo, o dinheiro de uma vida de luta. Foi o dinheiro de uma vida inteira. Foi muito sofrimento que passamos.

A gente sempre morou aqui, afastado assim, mas antes, eram mais distantes as coisas, a casa mais perto era muito longe. Meu único medo foi no parto, mas graças a Deus a parteira chegava a tempo.

Eu e meu marido somos daqui. Eu me casei aos dezesseis anos, mas meu primeiro marido me deixou. Ainda bem que não tive filhos com ele, a vida seria muito mais difícil.

Aí logo conheci o Goné, ele me trouxe para cá e me ensinou a atirar. Como aqui é longe, se alguma coisa acontecesse eu saberia me defender e defender as crianças. Logo que a gente casou as crianças foram chegando, eu tive seis. As duas mais novas moram ainda aqui comigo, com os netos. Eu não fiquei sozinha, eu estava com Deus e as crianças.

Não teve vizinha, porque aqui era longe, mas tinha terra para plantar. Eu aprendi a roça com minha mãe e meus irmãos. A gente plantava tudo, era só obedecer o tempo da natureza e a gente sempre obedeceu. Meu marido era muito bom comigo, deixava dinheiro, trazia fruta, uma vez trouxe um rádio, trazia remédio da cidade, tudo da balata.

Ele era muito bom, eu sinto muita falta dele. Foram 59 anos de casado.

Conhece alguém assim com 59 anos juntos e que sentem tristeza de estar longe? Sou eu!

Minha filha, me desculpa, mas desde que ele morreu estou assim. [choro]

Minhas filhas fizeram um bolo porque você vinha e ainda agora me levaram para tomar banho, eu não tenho vontade de nada, só de ficar aqui nesta rede.

Daquela época só restou nós aqui e esta casa. Hoje é grande, naquele tempo era só um quadrado e o resto era chão.

Aqui eu plantava de tudo, tem tudo isso de árvore, foi tudo eu que plantei para fazer suco, pegar as frutas, remédios. Hoje, tudo se compra, naquele tempo não. A gente caçava, plantava, colhia. Tudo isso para sobreviver. As crianças todas sabem plantar. Caçar que não, só os homens aprenderam, eu que ensinei. Mas hoje nem fazem isso. Dizem que podem comprar, eu não gosto. Gostava mais quando era tudo plantado. A gente buscava lenha, os meninos que carregavam, a noite a lua iluminava tudo, a gente dormia cedinho, eu tinha medo das coisas da mata, a noite apareciam, diziam de feitiço. Eu nunca vi nada.

Eu esperava ele voltar e estou esperando ele para me levar. As minhas filhas me perguntam como eu aguentei lutar aqui sozinha, aqui longe de tudo, porque não fui embora. Mas quando. Ir para onde? Minha mãe já tinha ido, meus irmãos todos balateiros já tinham ido para as suas coisas. Aqui tinha a minha terrinha, meu canto e uma hora, demorava, mas ele ia voltar com uma rendinha, uma coisa para comer, e ficar aqui com a gente. Ele vinha na metade do ano e deixava tudo pronto na terra, no final do ano ele ia de novo. Era bom e era ruim para mim e para as crianças. Mas eles cresceram todos e estão bem. Não perdi nenhum dos meus filhos. Uma vez que a parteira demorou para chegar, pedi para um dos meninos ir chamar ela e ela não estava em Cuçaru, meu filho andou muito até conseguir avisar ela e ela vir.

Ela chegou e o menino nasceu. Você está entendendo o que estou dizendo? Estou chorando porque sinto falta, lembrando, isto é sofrer. Lembrar é sofrer, mas eu fui feliz também.

Meu marido conseguiu se aposentar pela balata e quando o dinheiro chegou ele veio para casa e disse que ele falou que um dia o dinheiro vinha e veio. Ele comprou este carro aí e colocou no meu nome, ele disse que era para mim. Eu sinto tanta falta dele. Desculpe, minha filha. Hoje está difícil demais.

Filha, traz o bolo para a moça aqui. Lucinaldo, você quer também? O Lucinaldo é da família. Ele vem aqui me ver, saber como eu estou, porque ele gostava muito do Goné. Todo mundo gostava. [choro]

5. O TRABALHO NAS FAMÍLIAS DOS BALATEIROS

As reflexões deste trabalho se iniciaram com Chayanov (1974), que considera que a unidade de produção e a unidade familiar das famílias camponesas acontecem simultaneamente, levando em consideração seu tamanho, disponibilidade e composição. Seguiram com Heredia (1979), que toma os estudos de Chayanov para a discussão de sua pesquisa sobre unidade de reprodução familiar em Pernambuco. Entretanto, ela compreende que produção e consumo - “casa e roçado” – precisam ser vistos separadamente. Procuramos, então, verificar como as famílias se dispunham em Cuçaru.

Havia famílias nucleares e extensas, entre as mulheres entrevistadas. De acordo com Wolf (1976), as famílias nucleares são formadas pelo casal e filhos, já a família extensa é aquela que é composta por certo número de famílias nucleares dentro uma mesma residência. Dentre as famílias de balateiros de Cuçaru, cinco das famílias, segundo as mulheres, eram compostas, na época em que os homens iam para os balatais por famílias nucleares, ou seja, são compostas por pai, mãe e os filhos, ainda pequenos. E apenas uma das famílias, na época era composta pelo pai, a mãe, filhos pequenos e um tio.

Segundo Wolf (1976) as famílias extensas têm dificuldade em se manterem unidas em períodos de escassez, entretanto, em períodos do trabalho coletivo, são as que mais se beneficiam por se ajudarem em prol do sustento em comum. Como foi o caso da família entrevistada, onde, o tio ajudava, visto que já era idoso e também pescador.

Quando eu paria, era tranquilo assim porque eu não morava sozinha, eu tinha um tio que ficava comigo. Ele já era velho, não tinha mais como ir para o balatal, era pescador e ficou comigo (Dona Santana, em entrevista concedida em julho de 2016).

Na pesquisa realizada com famílias de quatro localidades do nordeste paraense, a predominância também foi do tipo de famílias nucleares, da mesma forma como na literatura de povos autóctones, migrantes e “caboclos” da Amazônia (MOTA, 2014).

Esta predominância se deu, de acordo com Hemming (1995), porque entre as cláusulas da legislação do sistema de suporte jesuíta no século XVIII constava que os índios que viviam nos povoamentos ordenados pelos jesuítas tinham que morar em casas separadas, pois acreditavam ser uma grande “indecência” várias famílias indígenas morarem todos juntos em uma mesma maloca. E, portanto, este modelo foi adotado também pelos “caboclos” (HEMMING, 1995).

Segundo Wagley (1977), quanto aos seringais na Amazônia, este ponto do número de pessoas por família se dá pela instabilidade econômica nos locais de extração fazendo, com isso, que poucas pessoas fossem para as zonas de seringueiras. E, para Parker (1985), no

extrativismo da borracha, a segmentação da família se tornou uma das condições do aviamento, tendo em vista, as dificuldades enfrentadas para se chegar e permanecer vivo nos locais de extração. No caso da balata, não foi diferente.

Ir para o balatal a gente não podia, porque tinha as crianças e a roça aqui, então, a gente tinha que aguentar. As mulheres aguentavam. Cada um com seu papel, esse era o nosso: aguentar! (Dona Santana, em entrevista concedida em julho de 2016).

As famílias dos balateiros, tanto nucleares quanto as extensas traçaram estratégias para a sobrevivência e estas estratégias eram diretamente ligadas ao espaço da roça, pesca e dos arranjos formados entre os membros.

Tinha ajuda de uma vizinha e da minha mãe, ela era muito trabalhadora, ela me ajudava muito, já as vizinhas, não era direto, só a época dos mutirões e aí tinham os puxiruns, porque sozinhas não dávamos conta, aí a gente se juntava mesmo. Pegava umas cinco e entrava mato adentro com um mundo de criança atrás, tudo piquixito, era bonito de se ver (Dona Creuza, em entrevista concedida em julho de 2016).

A predominância de famílias nucleares em relação às extensas, da mesma forma como na pesquisa realizada por Alves (2010) no nordeste paraense, está ligada às estratégias de distribuição do número de membros e à disponibilidade de alimentação para todos da família.

‘Viver cada um em seu canto’ significa conseguir ter um controle maior dos recursos e habilidades requeridas para a família e sua unidade de produção. No caso das famílias extensas onde existem várias famílias vivendo de uma mesma terra, demanda que a unidade de produção permita a condição de produção e reprodução de sua existência (ALVES, 2010, p.70).

Entretanto, por mais que não morassem na mesma casa, nos relatos, elas trouxeram que moravam próximo de algum parente ou de uma vizinha. Woortmann (1967) afirma que a cooperação existente entre uma família que não mora na mesma residência não depende da coresidência, pois a família de procriação ou de matrimônio, normalmente, busca morar próximo da família de origem – visando tanto a interação entre os parentes, quanto a troca de favores.

A casa da minha mãe e dos meus tios eram perto uma da outra, a gente se ajudava e assim ficava. (Dona Creuza, em entrevista concedida em julho de 2016).

Para Woortmann e Woortmann (1997, p.37) “a casa é o núcleo simbólico da família”. E entendendo que Mendras (1978) afirmou que o significado de família vai além da questão consanguínea e de morada, mas que alcança também os laços afetivos, e foi percebido nas entrevistas, o quanto as vizinhas estiveram presentes nas falas e nas vidas dessas mulheres:

E quando não tinha como levar, uma vizinha dali ficava quando não ia trabalhar. Os filhos ficavam todos com a que não ia trabalhar. E ela cuidava bem deles todos (Dona Doracir, em entrevista concedida em julho de 2016).

A gente se ajudava, eu e minhas comadres, a gente fazia os puxiruns ajudando nas roças de cada uma (Dona Creuza, em entrevista concedida em julho de 2016).

Eu não ia sozinha para a roça, eu sempre ia com uma vizinha (Dona Doracir, em entrevista concedida em julho de 2016).

Eu e a dona Creuza, esposa do Paçoca, era nós duas que íamos para roça. A gente batalhava! Íamos juntas pelo caminho, ia até lá conversando, levando as crianças, e aí ela dobrava e eu seguia minha roça era mais na frente. Os “maiorizinhos” iam com a gente carregando o que eles conseguiam carregar. Aí eu ia para cá e ela para lá, a gente ia conversando, ela era muito boa com os filhos dela, iam com ela e, os que ficavam, ela deixava trabalho para todos: um torrava café, outro lavava a roupa, outro arrumava a casa, outro fazia a comida e quando voltava já estava tudo arrumado. Eu via isso e fazia o mesmo com os meus, a gente se ajudava a ser mulher assim, forte (Dona Santana, em entrevista concedida em julho de 2016).

Nas falas se percebe elementos fortes que permeiam a palavra “ajuda” e trazem à tona também a segurança que sentiam enquanto companhia no caminho para a roça, segurança de ter com quem deixar os filhos. Para Durkheim (1999), procuramos os amigos porque estar em sua companhia nos faz se sentir protegidos, acolhidos, ajudados em seus conselhos, companhia e dores. E a divisão do trabalho proporciona e determina esta ligação.

Nesse caso, de fato, os serviços econômicos que ela pode prestar são pouca coisa em comparação com o efeito moral que ela produz, e sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade. Como quer que esse resultado seja obtido, é ela quem suscita essas sociedades de amigos, e ela as marca com seu cunho (DURKHEIM, 1999 p.21).

No último trecho da fala da dona Santana acima, a solidariedade vinda da divisão do trabalho, trouxe o aprendizado e a reprodução do conhecimento que era passado de geração a geração. Nesta perspectiva, Mauss (2003) esclarece que estes favores prestados sobre a dádiva e as trocas, não entre indivíduos, mas entre coletividades, traz como sendo uma das três obrigações que são a de dar, receber e retribuir os favores, como foi percebido na pesquisa, através de tudo que estas mulheres fizeram para, juntas, sobreviver.

Segundo Neves (1981) os arranjos familiares dão o suporte para as atividades realizadas na unidade de produção, influenciando suas histórias e todo ciclo de desenvolvimento da sociedade. O ciclo de desenvolvimento, para Fortes (1974) são as fases em que a família vive, desde casamento, a chegada dos filhos, até a saída destes de casa para constituírem suas próprias famílias. E da morte de algum dos membros.

Nesta pesquisa, o ciclo de desenvolvimento esteve traçado apenas nas primeiras fases do casamento e chegada dos filhos. Apesar das entrevistadas terem transcorrido para a saída dos filhos ou a permanência dos mesmos em casa, mas não corresponde ao recorte cronológico dado e, portanto, não serão tratados aqui.

De acordo com Moore (1987), por mais que existam um conjunto de arranjos sociais distintos, no caso da família camponesa se tem uma identidade comum, com seus objetivos e necessidades em torno do trabalho. Como afirma Martins (2013), o trabalho está associado à

formação de identidades sociais e práticas culturais que são passados de geração a geração, o que Bourdieu (1974) chama de “habitus”, as estruturas constitutivas aprendidas e passadas de geração a geração.

Sobre a construção da identidade e do “habitus” em perguntas referentes como era a vida delas na época em que os homens estavam para o balatal, elas responderam:

Minhas filhas perguntam como eu aguentei essa vida - eu aguentei como minha avó aguentou, minha mãe aguentou e como elas aguentam e vão aguentar as coisas que os homens fizerem para elas (Dona Isabel, em entrevista concedida para julho de 2016).

Minha mãe foi quem me ensinou a ser assim, ela trabalhava na roça, meu pai pescador, quando não ia para as colônias e eu ficava ajudando ela e aprendendo a ser gente. Quando vieram os meus filhos, foi o que fiz, ensinei desde que nascia a fazer as coisas por si e pelos outros e assim foram virando gente. Ensinei todos a serem homem e mulher, como eu fui (Dona Creuza, em entrevista concedida em julho de 2016).

Desde a hora de acordar, não tinha isso de ficarem dormindo não, todo mundo tinha suas tarefas, os mais velhos de cinco e seis anos vinham comigo, os de quatro já ensinava a limpar a casa e limpar os menores, quando não levava tudinho comigo para a roça, no caminho já ia explicando o que fazer e o que não fazer, o caminho era longo, então ia ensinando as coisas. Quando era tudo pequeno demais, fazia um cercado deixava tudo lá dentro e já iam me olhando trabalhar, já iam aprendendo. (d. Creuza em entrevista concedida em julho de 2016).

As crianças, na época da pesquisa, as mais velhas, estavam com cinco ou seis anos e vinham próximos de um nascimento de uma para o nascimento da outra. As mulheres falam com alívio e saudade da época dos filhos apesar das dificuldades que passaram.

Quando chegou o primeiro filho, eu estava com dois anos de casada, e de dois em dois anos foi chegando os outros, e assim foi com os nove filhos. Eu ia guardando os panos, porque sabia que logo ia vir outro (dona Santana, em entrevista concedida em julho de 2016).

A parte boa daquele tempo eram esses meninos, a gente ia para a roça conversando, eu ia cantando e eles me acompanhavam. Chegava a noite, todos pequenos já tinham comido, estavam cansados e dormindo (dona Santana, em entrevista concedida em julho de 2016).

Nenhum dos meus filhos quis ir ao balatal, não sei o porquê. Quando o pai deles voltava contava como tinha sido lá, eles sentavam tudo no pé da rede e ele contava, naquele tempo não tinha televisão, a noite era hora de conversar as coisas, e ele dava muito conselho para os filhos, ele foi um bom pai. Mas nenhum quis ir não [silêncio] (dona Santana, em entrevista concedida em julho de 2016).

Diante das perguntas feitas, principalmente sobre os filhos e a luta pela sobrevivência, percebi o silêncio que ficava após as respostas. Para Pollack (1989, p. 5) “o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa, antes de mais nada, encontrar uma escuta”. Ainda segundo o autor supracitado, “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é uma resistência”, o qual, de acordo com o autor, é a forma como a sociedade civil se posiciona frente aos discursos oficiais. Ao mesmo

tempo, em que transmite as lembranças aos familiares e amigos, enquanto aguarda a hora em que, através de questões políticas ou ideológicas, alguém busque a verdade (POLLACK, 1989).

Apesar de irem para a roça e ajudar e cuidar dos menores, as crianças ainda eram muito pequenas para a realização do trabalho para, de fato, garantir um excedente de produção e atender a demanda da unidade de produção, mas elas foram chegando. Woortmann e Woortmann (2004, p. 26) afirma que “um maior número de filhos significaria mais pessoas contribuindo para a manutenção do domicílio [...] no limite, poderia ter apenas filhas ou apenas filhos, mas o grupo doméstico precisa tanto de uns como de outros”.

Mas aí as crianças foram crescendo e foram ajudando mais e aí a vida foi melhorando (Dona Creuza, em entrevista concedida em julho de 2016).

A segunda fase do ciclo do desenvolvimento corresponde ao crescimento dos filhos e as novas rotas de desenvolvimento do grupo social para conseguir renda e novas estratégias, já que o número de consumidores, como preconiza Chayanov (1974), passam a aumentar, assim como o número de produtores também.

O número de membros da família tanto nuclear quanto extensa do grupo pesquisado, naturalmente, aumentou com o passar do tempo. E este aumento no número de membros e o tamanho ao qual ele chegou é importante ser ressaltado, visto que Batista (2009) discute que as famílias do meio rural, sofrem alterações lentas em seu ciclo de desenvolvimento, e mesmo as famílias tendo transformações, as rurais ainda apresentam um número maior de membros do que as famílias que residem em áreas urbanas.

Chayanov (1981) afirma que no “modo de produção doméstico”, o grupo não visa necessariamente o lucro, mas sim a satisfação das necessidades do grupo como um todo. E a composição da família determina o limite máximo e mínimo da atividade econômica camponesa. Na época pesquisada, as famílias dos balateiros chegavam a ter de seis a dez membros na mesma casa.

Witkoski (2007, p.167) sobre a sobrevivência na Amazônia, afirma que “o trabalho e os produtos do trabalho da unidade de produção só são possíveis porque a família funciona como uma espécie de máquina humana produtiva”. E nesta máquina, cada um tem o seu papel e sua importância, visto que a família é o grande agente integrador das relações sociais no interior das unidades de produção (ALVES, 2010).

Eles diziam que a vida deles era difícil para lá [balatal], mas eu brincava dizendo: Quer trocar com a minha? [risos]. Eu ficava aqui e eram as crianças para parir, cuidar, alimentar, fazer roçado, tirava arroz, juntar curuá para a gente vender, trocar por café, roupa para as crianças, coisas para a casa, cuidar de menino quando adoeciam (Dona Santana, em entrevista concedida em julho de 2016).

Segundo Alves (2010), a trajetória de vida e o ciclo de desenvolvimento das famílias estão interligados diretamente com a organização do trabalho que cada uma.

O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à utilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação (...) cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história (ARENDDT, 1987, p. 16-17).

Segundo Durkheim (2007, p. 02) as crenças, as práticas religiosas, sistemas de signos morais, de moedas, etc., norteiam maneiras de sentir, pensar e agir a partir de propriedades existentes fora das consciências individuais, as quais possuem uma força “imperativa e coercitiva” que são absorvidas pelo indivíduo querendo ou não.

Quando desempenho minha tarefa de irmão, de marido ou de cidadão, quando executo os compromissos que assumi, eu cumpro deveres que estão definidos, fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Ainda que eles estejam de acordo com meus sentimentos próprios e que eu sinta interiormente a realidade deles, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu que os fiz, mas os recebi pela educação (DURKHEIM, 2007, p. 02).

Ou seja, a aproximação com o outro através da educação, religião e trabalho é um efeito da divisão do trabalho.

Meu avô, meu pai, meus irmãos todos foram balateiros. Foram lá, nem que fosse umas safras. E as mulheres ficavam costurando para eles, cuidando deles quando voltavam, sempre foi assim (Dona Isabel, em entrevista concedida em julho de 2016).

Eu cresci vendo minha mãe costurar para esses homens! Eram tantas camisas, eram tantas calças, eram aqueles negócios de botar o leite (Dona Isabel, em entrevista concedida em julho de 2016).

Através desses relatos, vemos que essas mulheres traziam em suas histórias de vida exemplos de gerações que viviam, trabalhavam e se organizavam a partir do processo e período de exploração da balata e foi o que elas trouxeram como história e reproduziram.

Claval (1999, p 85) “ao homem cabe controlar os espaços produtivos externos à casa e cabe à mulher, o governo e o controle da mesma.” Furtado (1993) afirma que os espaços como rios, lagos e igarapés são configurados como sendo segmentos masculinos para meios de produção, já para as mulheres cabe apenas o mundo doméstico e a característica de “ajuda” aos maridos no complemento da renda familiar.

Na pesquisa realizada por Soares (2011) sobre o trabalho da mulher na pesca na comunidade de Lago do Rei-Careiro da Várzea/AM, teve como conclusão que a divisão sexual do trabalho na pesca foi profundamente marcado pela forma como o espaço público da pesca foi negado às mulheres.

E Simonian (1995) em seus estudos sobre as mulheres nos seringais, afirma que a participação feminina foi invisível e tiveram sua presença silenciada até mesmo dos livros dos padrões, não constando seus nomes como receptoras de pagamentos ou mercadorias, constavam os nomes dos maridos e irmãos, mas delas não.

Na dissertação sobre as mulheres na pesca artesanal da Vila de São Miguel/RS, Fassarella (2007, p. 36) afirma que “as relações sociais desiguais entre homens e mulheres” se explica pela forma como estas relações se constituem social e culturalmente na história das sociedades. Diante a estas constituições, quando perguntadas sobre a divisão do trabalho nas famílias de balateiros, elas responderam:

Ele ia para o balatal e eu ia para a roça, era cada um com seu trabalho e tinha que fazer e era o que a gente fazia (Dona Menair, em entrevista concedida em julho de 2016).

É difícil ver as crianças crescendo e saindo de casa para trabalhar em outros lugares, mas quando era ele [esposo] quem ia, era pior. Mas o que tinha para fazer? Não tinha outro jeito. Eu e minha sogra trabalhamos na roça desde cedo e continuamos trabalhando quando ele foi para o balatal, não tinha outro jeito (Dona Menair, em entrevista concedida em julho de 2016).

E eu ensinei tudo isso para eles, o pai ficava só um ou dois, três meses aqui, então, era eu quem tinha que ensinar eles a serem gente (Dona Creuza, em entrevista concedida em julho de 2016).

É que eles iam embora e a gente ficava aqui só com os velhos e os curumim, sempre foi assim (Dona Isabel, em entrevista concedida em julho de 2016).

A gente começava a procurar a roça em julho, quando eles tinham voltado do balatal. Isso de procurar o lugar para plantar isso eram eles que faziam. Finalzinho de julho, início e agosto os homens saíam para derrubar as árvores grandes, mato alto e depois queimavam o roçado. Isso eram eles para lá, às vezes eu ia, mas nisso as crianças não iam, eu achava perigoso demais, quando foram crescendo eu deixava (Dona Creuza, em entrevista concedida em julho de 2016).

Como foi visto nas falas das entrevistadas, a divisão do trabalho existente entre homens e mulheres, tinha como marco o “público” e o “privado”, cabendo aos homens à ida ao balatal e às mulheres o cuidado da casa, dos filhos e da roça. Sendo que na roça, aos homens era destinada a fase inicial da plantação que, como elas relatam, é a derrubada das árvores, o corte do “mato alto” e a queima do local. E às mulheres, a plantação e a colheita. Sendo que elas não permitiam que os filhos pequenos participassem da fase inicial.

Segundo Stancki (2003), o conceito de gênero está relacionado às relações sociais baseadas em diferenças entre masculino e feminino, entendendo que as diferenças entre os papéis de cada um são construções sociais, onde questões relativas a poder e hierarquia se fazem presentes e as relações de trabalho são diretamente sentidas pela questão de gênero. “A

divisão do trabalho deixa de ser vista como um processo natural, mas como uma expressão da assimetria das relações entre homens e mulheres” (STANCKI, 2003, p. 3).

Meu esposo trabalhou muitos anos ainda no balatal, depois foi trabalhar nas colônias, sempre assim longe e a gente aqui. Era o jeito, né? Não tinha outro jeito. Os filhos foram chegando e eu tinha que ficar e ele sempre para as lidas (Dona Menair, em entrevista concedida em julho de 2016).

Para Witkoski (2007), a família é uma unidade econômica que produz valores de uso para toda uma sociedade, partindo dela uma “multiplicidade de atividades” ou como disse Castro (1997), “mundos de trabalho”. Segundo Witkoski (2007), as principais características nas comunidades rurais são: mão-de-obra familiar, divisão de tarefas levando em conta o sexo, idade e a mulher enquanto papel central. E como foi visto na família de balateiros, as mulheres assumiam este papel central, tendo que tomar as decisões, organizar e dividir as tarefas, assim como assumir o cuidado com a saúde de todo o grupo e delas também.

De acordo com Castro (2005), são as mulheres as responsáveis pelos filhos, pelo espaço doméstico, pela administração econômica da família e a execução das tarefas em prol da renda do grupo. Van Velthem (1995) afirma que a mulher, na cultura Wayana, detém o papel principal, mediador, transformador e na coprodução dos filhos e dos alimentos. Para Lima (2003), na dissertação sobre as pescadoras e donas de casa na praia Baía do Sol em Belém/PA, o trabalho feminino se configura na pesca, nos trabalhos manuais, no conserto das redes de pesca, em desfiar o pescado, tudo isso para comercialização e ainda cuida da casa e dos filhos.

Segundo Soares (2011) na pesquisa realizada com a comunidade amazonense Cristo Rei, a presença do trabalho feminino na pesca não é esporádico, mas sim é uma alternativa de subsistência e faz parte da organização social da comunidade. E as mulheres dos balateiros, da mesma forma como as mulheres citadas nas pesquisas acima, também tinham atividades elencadas em prol da renda familiar, ou seja, “mundos de trabalho”:

Naquele tempo tinha o peixe que era muito farto, a gente não passou fome. Tinha muita fruta, arroz, feijão, feijão a gente trocava por café que não tinha muito, depois veio a escola e aí tinha que comprar caderno e lápis, o que era mais difícil, porque era coisa muito cara. A gente trabalhava, juntava curuá, amontoava, e quando secava a gente ia vender, apanhava feijão, passava necessidade, mas a gente não abusava dos homens pedindo dinheiro. (Dona Santana, em entrevista concedida em julho de 2016).

Trabalhei muito na roça, vixi! Com mandioca, feijão, plantava arroz, colhia curuá também. E, com o que a gente colhia, a gente vivia, ficava para a gente, mas, às vezes, a gente vendia também para tirar uma despesinha (Dona Menair, em entrevista concedida em julho de 2016).

Aqui, meu marido viveu vinte nove anos da balata, vinte nove! E eu ficava só, eu me virava, trabalhava de terçado, cuia, machado, linha, o que me dessem para trabalhar eu trabalhava (Dona Creuza, em entrevista concedida em julho de 2016).

Às vezes a gente pegava a cidade pra vender um porquinho, uma galinha, às vezes fazia uma farinha e vendia. [...] A gente capinava os quintais dos patrões que às vezes pediam e a gente ia, levava as crianças e tirava um dinheirinho. [...] E a gente saía atrás de lenha pra vender, fazer terçado, machado e a gente cortava madeira pra vender, a gente fazia carvão, e ia levando até os homens chegarem (Dona Doracir, em entrevista concedida em julho de 2016).

Aqui eu plantava de tudo, tem tudo isso de árvore, foi tudo eu que plantei para fazer suco, pegar as frutas, remédios. Hoje, tudo se compra, naquele tempo não. A gente caçava, plantava, colhia. Tudo isso para sobreviver. As crianças todas sabem plantar. Caçar que não, só os homens aprenderam, eu que ensinei. Mas hoje nem fazem isso. Dizem que podem comprar, eu não gosto. Gostava mais quando era tudo plantado (Dona Sebastiana, em entrevista concedida em julho de 2016).

A gente se virava pra ajudar os maridos. [...] a gente não esperava o dinheiro deles e nem as mensalidades dos patrões que às vezes não vinham (Dona Santana, em entrevista concedida em julho de 2016).

No total das unidades de produção estudadas, todas as entrevistadas falaram sobre trabalhos com culturas como mandioca, feijão, arroz, milho, curuá, peixe e frutas. Falaram também da colheita da castanha, da procura por lenha não apenas para o autoconsumo, mas também para trocar com os vizinhos e no comércio. Entre elas, uma relatou que caçava e que ensinou aos filhos homens, o ofício. Outras mulheres relataram que capinavam e lavavam as roupas dos patrões.

Contudo, estas atividades dependiam do período do ano e da mão de obra disponível para a execução das atividades, sendo aqui importante ressaltar que as culturas de milho, arroz e frutas tiveram nas falas delas, assim como o peixe, um cunho mais voltado para o autoconsumo. Diferente do que falaram sobre o feijão, mandioca e a castanha que, de fato, plantavam ou colhiam também para a venda ou troca.

Para Tepitch (1973) é nas “forças marginais” formadas pelas mulheres, crianças e velhos que estão as peças-chave da produção e reprodução social camponesa. Como se pode ver nos recortes de falas, a organização do trabalho das famílias dos balateiros está inteiramente ligada a dependência dos membros quanto a mão de obra.

Na organização destas atividades listadas acima na unidade de produção, a família se dividia, tendo cada um dos membros o seu papel.

Com os meus filhos era do mesmo jeito, os maiores eu levava pra roça, cinco, seis anos já era grande e já podia ajudar. Os que podiam cuidar dos menores ficavam, e cada um fazia uma coisa para ajudar, bem pequenininho já tinha que ajudar também e assim a gente ia levando. Quando chegava já estava mais arrumado, o mais velho é que sempre estava comigo na roça, o Sid capinava. Mas todo mundo foi para roça, foram crescendo fui levando tudo, todos aprenderam a fazer tudo, quando não podiam ficar, a gente fazia um cercadinho e colocava uns dentro e os outros ajudavam na roça (d. Santana em entrevista concedida em julho de 2016).

Assim, nem todos realizam todas as atividades. Heredia (1979) e Garcia Junior (1983) analisam a divisão do trabalho como sendo delimitada através da idade e do sexo e, segundo Alves (2010), a divisão do trabalho perpassa também pela construção social ressignificada em cada um dos grupos.

Na pesquisa realizada com as famílias dos balateiros, demonstrou que o homem (balateiro) tinha a responsabilidade pela unidade de produção e o sustento da família com o dinheiro trazido dos balatais e das colônias e, a mulher, o cuidado pela casa e pela colheita. Segundo Batista (2009), os papéis ocupacionais dos membros misturaram-se no dia a dia do trabalho, mas não foi o que apareceu como respostas nas famílias de Cuçaru.

A pesquisa aponta que as entrevistadas apresentavam flexibilidade entre as atividades desempenhadas pelos meninos e meninas quanto a casa e roçado. Onde tanto os meninos cozinhavam, limpavam a casa, varriam e cuidavam dos menores, como as meninas iam para a roça.

No entanto, é preciso levar em consideração que na primeira e segunda fase do ciclo de desenvolvimento das famílias de balateiros de Cuçaru, havia uma escassez de mão de obra e, dessa forma, os filhos mais velhos se tornavam, naturalmente, responsáveis por dividir as tarefas com a mãe. Sendo, inclusive, eles quem aos cinco ou seis anos passavam a ajudar a mãe em períodos de resguardo e garantir a sobrevivência dos menores, pelo fato que limpavam e vigiavam os pequenos.

Através da análise da composição da família e das atividades realizadas por cada um, foi percebido que o espaço de trabalho da roça, é também o espaço que as mulheres usaram para a construção do diálogo, trocas e exemplos do o que era, para elas, “ser gente”. Nas falas das entrevistadas, o caminho para a roça era usado para as mulheres conversarem com os seus filhos e, quando eram muito pequenos, mesmo assim os levavam, seja por não ter com quem deixar, seja por, segundo elas, o fato deles estarem olhando elas trabalharem, já estavam aprendendo o que era para ser feito.

Outro ponto analisado na organização e divisão do trabalho foi que, em meio a produção e reprodução social, a noção de sofrimento se articula intimamente com as experiências de trabalho e vida familiar das mulheres, assim como Prado (2008) constata em uma pesquisa realizada em quatro municípios no Piauí sobre a memória, sonhos e o cotidiano de mulheres casadas com homens aliciados para o trabalho escravo:

a mulher é a grande perdedora neste jogo pesado de vida e de morte. A saudade transparece nos olhos teimosos em querer ver e viver uma vida melhor. No entanto, a evocação emocionada que as mulheres fazem dos sofrimentos passados pelos homens, por elas próprias e por suas famílias, em razão da precariedade e indignidade das condições impostas pelas relações de trabalho existentes, leva a

pensar que, naquela região, as formas de sobrevivência e de relacionamento entre os sujeitos sociais vêm se esgarçando de maneira significativa (PRADO, 2008, p. 327).

Prado (2008) analisa como elas, que são mães, filhas, irmãs desses homens, vivem sem notícias deles, durante meses esperando e tendo que sobreviver, organizar a casa e cuidar dos que ficaram. As mulheres cujas vidas são relatadas por Prado (2008) têm que assumir a chefia da casa em situação de muita pobreza diante da emigração dos homens em busca de trabalho em outras regiões associadas a diversos perigos. O trabalho mostra como a pobreza e a ausência dos homens faz com que as mulheres busquem recursos na coleta de coco babaçu que, segundo elas, “quase não dá pra nada” (PRADO, 2008, p. 319).

A pobreza expulsa os homens, sobrecarrega as mulheres e finda por criar situações desfavoráveis, pois não deixa outra opção ao trabalhador pobre e sem instrução formal, senão aceitar a ocupação que lhe é oferecida, mesmo sabendo que terá problemas (PRADO, 2008, p. 319).

Segundo Prado (2008, p. 320), no relato das mulheres entrevistadas para a pesquisa no Piauí, frequentemente, “os homens vão e as mulheres ficam” e estas mulheres cuidam da roça, da casa, “faz” a roça quando é preciso, criam sozinhas os filhos, e dizem “sozinha”, pois os homens passam mais tempo fora do que em casa. Sentimentos como abandono, solidão e pobreza, aparecem na maioria de suas falas, assim como a crença de que “a mulher sofre mais”, pela percepção de que o homem é o que “sai”, viaja, é quem “trabalha”, enquanto elas ainda têm preocupações com a saúde e a infidelidade dele.

De acordo com a pesquisa realizada com as mulheres dos balateiros, os sentimentos de abandono e solidão eram compartilhados entre elas, tendo como base a reprodução social e a solidariedade.

Isso que passei, muitas passaram. Muitas, os maridos já morreram, ou morreram para o balatal. Quando os outros balateiros chegavam de lá, contavam que quando iam procurar, o homem já tinha morrido pendurado, esfaqueado ou tinha caído no rio durante as correntezas, e a mulher ficava aqui sem nada e sofrendo (Dona Menair em entrevista concedida em julho de 2016).

Os homens tinham que ir para o balatal e a gente tinha que ficar e sofrer (Dona Creuza em entrevista concedida em julho de 2016).

As mulheres de hoje não sabem nada da vida não! Não sabem o que é esperar um homem por quase um ano e sem notícia nenhuma, sem nem saber se está vivo ou morto, e quando voltam é só um tempinho e já vão embora de novo e sabe Deus quando volta. E não tinha desespero, não. (Dona Creuza em entrevista concedida em julho de 2016).

A palavra para nós aqui foi sempre essa: esperar. (Dona Creuza em entrevista concedida em julho de 2016).

Ele, quando voltava, era pior, ele não tinha jeito, chegava com muito dinheiro e não tinha nenhum juízo [choro] (Dona Menair em entrevista concedida em julho de 2016).

Mesmo diante a tantas dificuldades de não saber se estavam vivos ou não, e tanto sofrimentos vividos sem estar ao lado do companheiro, uma das questões levantadas, foi a relação com estes homens, quanto ao significado deles na vida de cada uma delas e deste coletivo e compreender o porquê da escolha e espera por eles. E para compreender melhor quem era a figura do “balateiro” para elas, foram feitas perguntas relacionadas ao casamento.

Eu casei em dezembro e em janeiro ele foi embora para o balatal. Mas era assim, a gente casava e eles iam embora. E aí ele foi em janeiro e quando foi em agosto ele chegou, eu olhei para ele e pensei: Mas foi com esse homem que eu me casei? Eu não estava reconhecendo ele não, todo barbudão assim! (Dona Santana, em entrevista concedida em julho de 2016).

E casar com balateiro era bom, né? O balateiro era homem corajoso, forte [risos]. (Dona Creuza, em entrevista concedida em julho de 2016).

Aaah, um balateiro, isso é que era homem! [suspiro e risos]. (Dona Creuza, em entrevista concedida em julho de 2016).

Aí logo conheci o Goné, ele me trouxe para cá e me ensinou a atirar. Como aqui é longe, se alguma coisa acontecesse eu saberia me defender e defender as crianças (Dona Sebastiana, em entrevista concedida em julho de 2016).

Meus irmãos chegaram a ir para os balatais, mais de quem queria ser balateiro, mas queriam ser bons balateiros, até o papai foi trabalhar na balata, naquele tempo mesmo, de meses para chegar lá, foi nesse tempo que o papai foi, ele conseguiu se aposentar na balata e a mamãe também conseguiu, mas aí morreram e ficou para lá essas coisas (Dona Isabel em entrevista concedida em julho de 2016).

Eu cresci vendo minha mãe costurar para esses homens! (Dona Isabel em entrevista concedida em julho de 2016).

Eu esperava ele voltar e estou esperando ele para me levar. As minhas filhas me perguntam como eu aguentei lutar aqui sozinha, aqui longe de tudo, porque não fui embora. Mas quando. Ir para onde? Minha mãe já tinha ido, meus irmãos todos balateiros já tinham ido para as suas coisas. Aqui tinha a minha terrinha, meu canto e uma hora, demorava, mas ele ia voltar com uma rendinha, uma coisa para comer, e ficar aqui com a gente. (d. Sebastiana em entrevista concedida em julho de 2016).

Essas mulheres cresceram vendo os avôs, pais e irmãos indo aos balatais e as mães costurando para eles e esperando por eles, financeiramente e afetivamente. A chegada desse homem – o balateiro – era seguida de festa, rojões, mulheres que os desejavam, patrões que chegavam a negociar suas dívidas para tê-los! Eles eram chamados de heróis e tratados como heróis de toda uma economia. Isto, para o imaginário feminino e a construção da “consciência coletiva”, já bastava para a construção de comportamentos de todo um grupo social voltado ao desejo por este homem. E com estas mulheres, não foi diferente.

Além do mais, pelo fato de serem casadas com um balateiro, elas desfrutavam do direito de poder retirar “uma despesinha” do comércio do patrão.

Hoje, ele é quem cuida na minha saúde, tenho problemas no meu joelho de tanto trabalhar e hoje é só nós dois e ele que cuida de mim, eu agradeço a Deus por ter dado paciência, senão, eu estaria onde agora?(Dona Menair em entrevista concedida em julho de 2016).

A mulher ficou com os filhos todos e sem nada, nem ajuda dos patrões, porque não era mais casada, então não podia tirar as coisas no armazém, nada. (Dona Menair em entrevista concedida em julho de 2016).

tinha dinheiro para um tempo, dava para comer coisa diferente, comprar coisas para a casa, fazer a casa de farinha, a maior era nossa. E a gente até empregava gente para fazer farinha (Dona Creuza em entrevista concedida em julho de 2016).

Ele ia para lá, passava uns tantos tempos, aí que ele vinha, trazia, deixava dinheiro pras crianças, aí era bom. [risos] E os patrões sempre deixavam coisa para a gente, não faltava, diziam que ele era bom balateiro, acho que ele gostava, fala até hoje de lá. (Dona Isabel em entrevista concedida em julho de 2016).

Meu marido era muito bom comigo, deixava dinheiro, trazia fruta, uma vez trouxe um rádio, trazia remédio da cidade, tudo da balata. [...] Aqui tinha a minha terrinha, meu canto e uma hora, demorava, mas ele ia voltar com uma rendinha, uma coisa para comer, e ficar aqui com a gente. Ele vinha na metade do ano e deixava tudo pronto na terra, no final do ano ele ia de novo (Dona Sebastiana em entrevista concedida em julho de 2016).

Ou seja, essas mulheres tinham dinheiro em algum momento do ano; quando adoeciam tinham suporte das amigas, vizinhas que eram também esposas, filhas ou netas de balateiros, e também, sendo esposas dos balateiros elas faziam parte de um grupo social, se denominavam “fortes” por terem resistido a tantas adversidades. Tinham o apoio financeiro e afetivo da família dela e do esposo, diferente do que acontecia com as mulheres que não aguentavam, traíam e eram descobertas.

As mulheres dos balateiros exemplificam uma história que percorre gerações, produzindo e reproduzindo um comportamento, uma lembrança e um lugar. Lugar este construído pelas categorias do “trabalho”, “família” e “natureza”. Segundo Marx e Engels (1986) não se pode compreender a história da natureza sem compreender a história do homem e essas duas histórias em um ponto se cruzam: na esfera do trabalho.

Witkoski (2007) a família e trabalho têm por base a terra, floresta e a água e esta relação com a natureza é mediada através do trabalho, onde os ciclos naturais determinarão as formas como serão utilizados; os períodos do ano e os meios pelos quais serão realizadas a produção.

Era a chuva chegando e levando eles rio acima (Dona Creuza em entrevista concedida em julho de 2016).

Porque isso de comer não tinha valor, não tinha valor para vender aqui, todo mundo tinha! A terra não tinha dono assim, se tinha, ninguém sabia de quem era, e era só a gente entrar no mato fazer o roçado e plantar, porque dava, tinha chuva em

abundância, terra em abundância. Todo mundo tinha! (Dona Creuza em entrevista concedida em julho de 2016).

A gente plantava tudo, era só obedecer o tempo da natureza e a gente sempre obedeceu (Dona Doracir em entrevista concedida em julho de 2016).

E assim as mulheres ficavam nesta “vila de mulher só” que após perguntas em busca deste significado, respondiam:

Elas vão te contar, chamavam isso aqui de “vila de mulher só” riam que só da gente por causa disso. É que eles iam embora e a gente ficava aqui só com os velhos e os curumim, mas sempre foi assim. Meu avô, meu pai, meus irmãos todos foram balateiros. Foram lá, nem que fosse umas safras. E as mulheres ficavam costurando para eles, cuidando deles quando voltavam, sempre foi assim. Por isso chamavam aqui assim, era coisa de muito tempo (Dona Isabel em entrevista concedida em julho de 2016).

Quando eles iam pros balatais, ficavam só os velhos pescadores ou os doentes e as mulheres. Só! [risos] (Dona Doracir, em entrevista concedida em julho de 2016).

O significado de “vila de mulher só” apareceu em todos os relatos delas, desde o início da pesquisa, lá estava esta vila composta por mulheres, velhos e crianças que, com suas histórias de resiliência, espera e trabalho foram peças primordiais para a sustentação e sobrevivência de todo um grupo social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a organização e divisão do trabalho de famílias de balateiros da comunidade de Cuçaru, sob o ponto de vista das mulheres. Como resultado, observou-se que a vida cotidiana das famílias de balateiros de Cuçaru era organizada essencialmente, como na literatura discutida, em torno da unidade de produção formada pela combinação “casa” e “roça”, sendo que, para as entrevistadas, tanto a “casa” quanto o “roça” eram considerados como “trabalho” a ser dividido entre todos que ficavam na comunidade de Cuçaru, quando os homens estavam para os balatais.

Quanto a organização do trabalho e seus ciclos de desenvolvimento, foram analisados apenas dois ciclos, visto que foram os ciclos vividos na época pesquisada: o primeiro que compreende o casamento e chegada dos filhos e o segundo, o crescimento e ajuda dos filhos e da família no trabalho.

Sobre o primeiro ciclo, foi identificada a trajetória de vida dessas mulheres onde, desde a infância, todas as referências socioculturais do trabalho giravam em torno da roça, da criação dos filhos e da espera pelos homens balateiros que eram considerados corajosos e fortes. Essa organização de papéis na família lhes parecia o único jeito que tinham para viver, considerando-se mulheres fortes por terem resistido às adversidades da espera e das lutas que enfrentaram.

Durante o segundo ciclo, que versa sobre o crescimento e ajuda dos filhos no trabalho, elas relatam que as atividades realizadas eram feitas na companhia das vizinhas, comadres ou familiares, desde a ida juntas à roça ou companhia de uma a outra na volta, seja no exemplo que uma via a outra fazer com os filhos “fulano faz isso, ciclano faz aquilo” e reproduziam com seus próprios filhos em suas casas. E também no aprendizado sobre como fazer a roça, cuidar da casa, fazer a higiene dos menores e a própria no período do resguardo.

A idade de cinco ou seis anos era, para elas, considerada a idade em que as crianças já sabiam fazer as coisas e que já se tinha responsabilidade para ficar em casa com os menores ou ir à roça já formando número na força de trabalho na unidade de produção.

Quanto à divisão sexual do trabalho para os filhos, as entrevistadas relataram que apresentam flexibilidade entre as atividades desempenhadas pelos meninos e meninas quanto a casa e a roça. Onde tanto os meninos cozinhavam, limpavam, varriam, como as meninas iam para a roça.

Na organização do trabalho entre os homens e mulheres, cabia aos homens a responsabilidade da unidade de produção e sustento da família através do balatal e, às mulheres, a casa, a roça e o cuidado e criação dos filhos.

Quanto às atividades desempenhadas visando renda e autoconsumo, todas entrevistadas relataram trabalhar com culturas como mandioca, feijão, arroz, milho, curuá, peixe e frutas. E realizavam atividades como colher castanha, procurar lenha, assim como capinar os quintais e lavar as roupas dos patrões.

Quanto ao objetivo específico da pesquisa de verificar os arranjos sociais e a cooperação e ajuda mútua, foi percebido que estas mulheres que viviam em famílias tanto nucleares quanto extensas, viviam sob o processo da solidariedade entre os vizinhos ou familiares, onde em momentos específicos como na colheita, no resguardo ou na doença, podiam contar umas com as outras.

Já quanto ao objetivo de avaliar como se dava o cotidiano das mulheres dos balateiros quando estes se encontravam para os balatais, concluí que o dia a dia dessas mulheres girava em torno das unidades de produção da “casa” e da “roça”. Desde a hora de acordar até a hora de dormir, estas mulheres trabalhavam nestas duas frentes que significavam produção de bens de consumo e troca, além de transmissão de conhecimento e formação.

Esta pesquisa possibilitou contribuir com a produção de uma literatura que se mostrou, no caso das mulheres da Amazônia, escassa, mas como um campo amplo para aprofundamentos e descobertas deste mundo feminino maquiado pelo viés da “ajuda” ao homem, quando na verdade está baseado na força, coragem e esperança. Neste viés, é reconhecida a importância de novos estudos e pesquisas que ampliem a discussão, problematização e reflexões por parte das ciências sociais a respeito das mulheres, famílias e trabalho na Amazônia.

Como conclusão, estas mulheres tiveram um papel muito importante na organização, na divisão do trabalho e nos arranjos e trocas sociais vivenciados em Cuçaru, garantindo com isso a sobrevivência das famílias no período de extração da balata.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ketiane dos Santos. **Organização do trabalho de famílias agricultoras na comunidade Nossa Senhora de Lorde, Nordeste Paraense**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém-PA, 2010.

ANDRÉ, M. E. D. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília, DF: Liber livros, 2005. 70 p.

ARAMBURU, Mikel Otazu. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Lusotopie**. 1996.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

BATISTA, Maria Grings. **Terra de família-família de trabalho**: estudo de famílias agricultoras no nordeste paraense. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 484 p.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. (Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra capa liv., 1998. p. 228.

CARVALHO, Luciana Gonçalves de.(org.). **Memórias de trabalho – balateiros de Monte Alegre**. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2011. p. 212.

_____.Relações de trabalho nos balatais do Pará. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 373-400, jan./jun. 2013.

CARVALHO. Rosivaldo. **Almanaque Monte Alegre**. 2010.

_____. **Almanaque Monte Alegre**. 2007.

CASTRO, Edna Maria Ramos. **Tradição e modernidade**: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. Seminário Temático Trabalho, trabalhadores e sindicatos: desafios teóricos. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21.,1997, Caxambu/MG. **Anais ...** Caxambu.

CASTRO, A. P. **O saber local dos caboclos-ribeirinhos amazônicos e os sistemas agroflorestais tradicionais**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. Manaus. Amazonas, 2005. 107 p.

CATANI, D. B. et al. História, memória e autobiografia na pesquisa educacional e na formação. In: CATANI, D. B. (Org.) **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 1997, pp. 15-48.

CHAYANOV, Alexander. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A questão agrária: Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stalin**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *La organización de la unidad económica campesina*. Trad. R. M. Rúsovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (Orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: 2ª ed. Martins Fontes, 1999.

_____. **As regras do método sociológico**. Tradução Paulo Neves. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FARIA, Alexandre Magno de Melo. A não consolidação das previsões clássicas do fim do campesinato sob o capitalismo: uma resenha. **Revista de Estudos Sociais**. Ano 3 n. 6, 2001, p. 45-58

FASSARELLA, Simone Simões. **A voz e a vez das mulheres que atuam em atividade de pesca da vila São Miguel(RS)**. Trajetórias e Perspectivas. Dissertação de estrdo defendida em maio de 2007, UNB.

FENTRESS, J., WICKHAM, C. Social memory. Cambridge: Blackwell, 1994, 229 p.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**. A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FORLINE, Louis Carlos. A mulher do caçador: uma análise a partir dos índios Guajá. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda e D'INCAO, Maria Angela (Org.). **A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995.

FORTES, Meyer. **O Ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**. Brasília-DF: Ed. da UnB, 1974. p. 01-09.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FURTADO, Lourdes. Pescadoras do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. **Museu paraense Emílio Goeldi**: Belém, 1993.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. Salário e campesinato. In: R. Novaes (org.) **Encontros sobre a realidade nordestina**. Campina Grande: UFPb, 1980.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA, Brígida; DE OLIVEIRA, Orlandina. La familia y el trabajo: principales enfoques teóricos e investigaciones sociodemográficas. In: TOLEDO, Enrique de la Garza. (Coord.). **Tratado latinoamericano de Sociología**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006. p. 148-170.

GERHARDT, T.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Michael. História oral: os riscos da inocência. O direito à memória. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 157-160.

HEMMING, J. **Amazon frontier: the defeat of the brazilian indians**. 2nd, ed, Londres: Papermac, 1995. 618 p.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HUDA A. Pinterest. Sheroes you should know. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/qhuda/>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informações completas (2008, 2010, 2014, 2015). Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 mar 2015.

INCRA. **Diagnóstico Socioeconômico dos PAE's Nazaré, São Diogo, Cuçaru, Paytuna e Currealinho que compõem o lote XII**. Chamada Pública nº 01/2014 – contrato INCRA – 08/2014-UASG Assistência Técnica e Extensão Rural Lote XII. Monte Alegre – PA, 2015.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. IN.: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da história oral**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.43 – 62.

LIMA, J. L. **Pescadoras e donas-de-casa: a invisibilidade do trabalho das mulheres numa comunidade pesqueira – o caso da Baía do Sol**. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Pará (UFPA). 2003.

LINS, Cristóvão. A exploração da balata. In: **Jari: setenta anos de história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001, p.126-132.

LISBOA, P. L. B.; GOMES, I. A.; LISBOA, R. C. L.; URBINATI, C. V. O Estilo Amazônico de sobreviver: Manejo dos Recursos Naturais. In: **Natureza, Homem e Manejo dos Recursos Naturais na região de Caxiuanã, Melgaço, Pará**. Organizador: Pedro L. B. Lisboa. Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. 43-168 p.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MACGRATH, David. Parceiros no crime o Regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos Cadernos NAEA** vol. 2, nº 2 - dezembro 1999. p. 57 – 72.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANESCHY, Maria Cristina; ALENCAR, Edna; NASCIMENTO, Ivete Herculano. Pescadoras em busca de cidadania. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda e D'INCAO, Maria Angela (Org.). **A Mulher Existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995.

MARTINS, Carlos Benedito. Em defesa do conceito de sociedade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 28, n 82, 2013 p. 229-246.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. 10. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3ª.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004

MEIRA, Silvio. **Os balateiros do Maicuru**. Rio de Janeiro. ed. Francisco Alves/Pró-memória.1984.

MELLO, A. B. F. de. **A pesca sob o capital**: a tecnologia a serviço da dominação (um estudo sobre o caso amazônico). 1985. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1985.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978. 268 p.

MOORE JR., Barrington. **Injustiça**: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MORAES, Maria Dione de Carvalho. **Memórias de um sertão desencantado** (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2000, 475 p.

MORAES, Maria Dione de Carvalho. Falas da experiência feminina: memória, narrativa e trajetória de mulheres camponesas nos cerrados piauienses. **Raízes**. Campina Grande, vol. 22, nº01, p.30-45, jan/jun.2003.

MOTA, Dalva Maria da. Família e grupos Domésticos na Amazônia Paraense. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n.2, p. 289-314, maio/ago.2014.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamento político**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 44-151.

_____. **Lavradores e Pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital**. Rio de Janeiro: Zahar. 1981. 212 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, dez., 1993.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. **Encontros com a Civilização Brasileira**, v. 11, p. 101-141, 1979.

PARKER, E. P. **The Amazon caboclo**. Historical and contemporary perspectives. Williamsburg: Department of Anthropology, College of William and Mary, 1985. 317 p.

PEREIRA, H. S. et al. A diversidade da pesca nas comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: FRAXE, T. J. P. (org.) **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007, p. 171-195.

PERROT, M. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, A. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M., AMADO, J. (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV. 1996, p.103-130.

PRADO, Adonia Antunes. “Entre lembranças e perdas: a memória que não se cala”. In: **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia**. / Org. Gelba C. de Cerqueira e outros. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008: 311-346.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais do “indizível ao dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes. **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RAPOZO, Pedro; WITKOSKI, Antônio Carlos. Pescadores e as transformações sociais do trabalho na Amazônia Brasileira: memória social e as dinâmicas de apropriação comum dos recursos. **Estud. Sociol.**, Araraquara, v. 16, n. 31, p. 511-528, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Coleção A Obra Prima de Cada Autor. São Paulo – SP: Editora Martin Claret, 2003.

SAHLINS, M. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, 148 p.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho: estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1984. 182 p.

SILVA, J. C. Corpo e saúde como espaço privilegiado para o resgate da cidadania feminina. In: FERREIRA, M. (org.). **Mulheres, Gênero e políticas públicas**. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha/UFMA, 1999, pp.53-76.

SILVA, Marcelo Araújo da. **Condições de efetivação dos Direitos Ambientais de um grupo de Balateiros diante das Concessões Florestais na Flota Do Paru**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. 2016. 99 p.

SILVA, Graciete Branco Cunha da; PASTANA, José Maria do Nascimento, **Socioeconomia do município de Monte Alegre – Pa**. Programa Informações para Gestão Territorial. Estado do Pará: CPRM. Município de Monte Alegre – Belém: CPRM.PRIMAZ, 1999

SIMONIAN, L. T. L. Relações de trabalho e de gênero nos balatais da Amazônia Brasileira. In: SHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. de (Org.). **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 195-232.

SIMONIAN, L. T. L. Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira: uma vida de trabalho silenciado. In: ÁLVARES, M. L. M. e D'INCAO, M. Â. (Org.). **A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: MPEG, 1995. p. 97-115.

SOARES, Sara Moreira. As pescadoras e a luta por reconhecimento “o trabalho não visto” **Anais V Jornada Internacional de Políticas Públicas de 23 a 26 de ago de 2011**. Universidade Federal do Maranhão.

SOUZA FILHO, B. A produção de soja no Sul do Maranhão e suas implicações para a pequena produção de alimentos. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Antropologia, Belém, v. 12, n. 1, julho de 1996, pp. 37-53.

STANCKI, Nanci. **Divisão Sexual do Trabalho: a sua constante reprodução**. São Paulo, 2003. 12p.

TEPICHT, Jerzy. **Marxismo na Agricultura: Le Paysans Polonais** Paris: Librairie Armand Colin, 1973.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre a memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VAN VELTHEM, Lucia Hussak. A mulher Wayana, seus espaços de transformação e fabricação. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda e D'INCAO, Maria Angela (Org.). **A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia**. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terra, floresta e água**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Edua, 2006.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terra, floresta e água**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 1 ed. Manaus: EDUA, 2007.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. São Paulo: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Klaas. Grupo Doméstico e Parentesco num Vale da Amazônia. **Revista do Museu Paulista, Nova Série**, Vol. XVII, 1967, p. 209 -377.

WOORTMANN, Klaas. O Modo de Produção Doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. **Série Antropologia**. Brasília, 2001

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaus. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, DF: Ed. UnB, 1997.

WOORTMANN, K. e WOORTMANN, E. F. **Monoparentalidade e chefia feminina**: conceitos, contextos e circunstâncias. 2004. 99 p. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/woortmann.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.